

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na Escola Secundária Gago Coutinho, em Alverca do Ribatejo, pelas 9,30 horas, do dia 2013/12/11

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
1	Ata nº 24/2013 da reunião de câmara de 2013/11/27			Aprovação
2	Grandes opções do plano para o quadriénio 2014/2017 e orçamento municipal para 2014			Aprovação
3	Orçamento dos SMAS para 2014			Aprovação
4	Plano plurianual de investimentos dos SMAS para o quadriénio 2014/2017			Aprovação
5	Transferências financeiras para as juntas de freguesia no âmbito do exercício de competências municipais			Aprovação
6	Mapa de pessoal da câmara municipal para 2014			Aprovação
7	Mapa de pessoal dos SMAS para 2014			Aprovação
8	Projeto de regulamento e tabela de taxas e preços da câmara municipal para 2014 - Discussão pública			Aprovação
9	Tabela de tarifas e preços dos SMAS para 2014			Aprovação
10	Lista dos procedimentos com encargos plurianuais ao abrigo da autorização prévia genérica prevista na Lei dos Compromissos - SMAS			Conhecimento
11	~~Moção Sobre o Orçamento de Estado para 2014~~	~~Realizado~~		~~Aprovação~~

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na Escola Secundária Gago Coutinho, em Alverca do Ribatejo, pelas 9,30 horas, do dia 2013/12/11

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA			
~~12~~	~~Relação de atos da competência da câmara municipal delegados e praticados pelo Sr. Presidente~~	~~Relizado~~		~~Conhecimento~~
13	Alteração ao loteamento denominado por Casal do Moledo - Alvará de loteamento nº 8/01, de 21/06	Dicosul – Construções, Lda	Alverca do Ribatejo	Aprovação
14	Loteamento do Pardieiro I - Receção definitiva das obras de urbanização e libertação da caução	TNS3 - Construções, SA	Sobralinho	Aprovação
15	Auto de vistoria – Rua João de Deus, nº 4	Joaquim Augusto Vieira de Matos	Vila Franca de Xira	Aprovação
16	Proposta de redução de taxas devidas pela regularização de construções			Aprovação
17	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 124 do loteamento Terra da Pastoria	António Gouveia Fernandes	Forte da Casa	Aprovação
18	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 23 do loteamento Casal do Freixo	Manuel Guterres Basílio	Vialonga	Aprovação
19	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 27 do loteamento Casal do Freixo	Manuel Guterres Basílio	Vialonga	Aprovação
20	Cancelamento da hipoteca legal a favor do município sobre o lote 179 do loteamento Casal do Freixo	Paulino Mateus Simões	Vialonga	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na Escola Secundária Gago Coutinho, em Alverca do Ribatejo, pelas 9,30 horas, do dia 2013/12/11

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS			
21	Novas instalações da UDV e zona de estacionamento das embarcações - Auto de vistoria e liberação parcial da caução	Costa & Carvalho, SA	Vila Franca de Xira	Aprovação
22	Construção do jardim de infância do Bom Sucesso - Auto de vistoria e liberação parcial da caução	Joaquim Fernandes Marques & Filho, SA	Alverca do Ribatejo	Aprovação
23	Adaptação do edifício do mercado da Póvoa para espaço cultural - Alteração da data da conclusão da obra	Consórcio, CONSTROPE – Congevia, Engenharia e Construção SA / Gigabeira - Instalações especiais	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
24	Adaptação do edifício do mercado da Póvoa para espaço cultural - Desenvolvimento do plano de segurança e saúde	Consórcio, CONSTROPE – Congevia, Engenharia e Construção SA / Gigabeira - Instalações especiais	Póvoa de St.ª Iria	Aprovação
	APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS			
25	Relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Marina Tiago, no uso da delegação e subdelegação de competências do Sr. Presidente			Conhecimento
26	Reinspeção de ascensor - Rua Padre José Rota, Lote C-1, Quinta dos Caniços - Restituição de valor pago indevidamente	Administração do condomínio	Forte da Casa	Aprovação
27	Reinspeção de ascensor - Rua General Humberto Delgado lote 5 - Restituição de valor pago indevidamente	Administração do condomínio	Vila Franca de Xira	Aprovação
28	Reinspeção de ascensor - Rua Egas Moniz nº 8, Bom Retiro - Restituição de valor pago indevidamente	Administração do condomínio	Vila Franca de Xira	Aprovação

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na Escola Secundária Gago Coutinho, em Alverca do Ribatejo, pelas 9,30 horas, do dia 2013/12/11

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA			
	. Assuntos apresentados para conhecimento Da competência do Presidente da C.M.			
29	~~Relação dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal~~	~~Realizado~~		~~Conhecimento~~
30	Despacho nº 58/2013 - Horário de trabalho			Conhecimento
31	Legislação síntese			Conhecimento
32	Pagamentos autorizados			Conhecimento
33	Balancetes			Conhecimento
34	Parecer prévio vinculativo e abertura do procedimento - Ajuste direto do regime geral - Prestação de serviços de apoio e informação ao gabinete dos Vereadores da Coligação Novo Rumo			Aprovação
35	~~Parecer prévio vinculativo e abertura do procedimento - Ajuste direto do regime geral - Prestação de serviços de apoio e informação ao gabinete dos Vereadores da Coligação Democrática Unitária~~	~~Realizado~~		~~Aprovação~~
36	Parecer prévio vinculativo e abertura do procedimento - Ajuste direto do regime geral - Prestação de serviços de apoio e informação ao gabinete dos Vereadores do Partido Socialista			Aprovação
37	~~Parecer prévio vinculativo e prorrogação de contrato de prestação de serviços por avença~~	~~Artur Miguel Ribeiro da Silva Peixe~~	~~Realizado~~	~~Aprovação~~

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na Escola Secundária Gago Coutinho, em Alverca do Ribatejo, pelas 9,30 horas, do dia 2013/12/11

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
~~38~~	~~Parecer prévio vinculativo e prorrogação de contrato de prestação de serviços por avença~~	~~Manuel Santos Rodrigues de Almeida~~		~~Aprovação~~
	~~Retirado~~			
39	Plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas - Atualização			Aprovação
40	Contratação de serviços para a implantação da 3ª fase da vinha na Quinta Municipal de Suberra - Assunção de compromisso plurianual			Aprovação
41	Contratação de serviços de assistência técnica e manutenção do sistema AVAC para o Museu Municipal - Núcleo de Alverca - Assunção de compromisso plurianual			Aprovação
42	Fornecimento em contínuo de pastelaria para o Setor de Restaurante e Bares - Assunção de compromisso plurianual			Aprovação
43	Fornecimento em contínuo de pão para o Setor de Restaurante e Bares, para o ano 2014 - Assunção de compromisso plurianual			Aprovação
44	Fornecimento em contínuo de gás natural veicular para abastecimento das viaturas afetas à frota ambiente do município para o ano 2014 - Assunção de compromisso plurianual			Aprovação
45	Aquisição de equipamento audiovisual para a Nova Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira - Assunção de compromisso plurianual			Aprovação
46	Aquisição de equipamento para a receção da Nova Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira - Assunção de compromisso plurianual			Aprovação
47	Aquisição de cabazes para famílias carenciadas para o ano 2014 - Assunção de compromisso plurianual			Aprovação
~~48~~	~~Extinção do direito de superfície sobre o lote 1 do bairro dos Avieiros de Alhandra e consequente reversão para a propriedade plena do município~~	~~João Manuel Soares Mendes~~	~~Alhandra~~	~~Aprovação~~
	~~Retirado~~			

ORDEM DO DIA

Reunião ordinária e pública da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, na Escola Secundária Gago Coutinho, em Alverca do Ribatejo, pelas 9,30 horas, do dia 2013/12/11

P	Assunto			Objetivo
	Designação	Interessado	Local	
	EDUCAÇÃO E CULTURA			
49	Refeições escolares - Devolução do valor pago em excesso pelo aluno Guilherme Filipe Duarte Miguel			Ratificação
50	~~Protocolo de utilização do barco varino "Liberdade" - Projeto Barcas do Tejo~~	~~Retizado~~		~~Aprovação~~
51	Bienal de Fotografia - Definição de taxas e locais de candidaturas, de levantamento das obras fotográficas e períodos da exposição			Aprovação
52	Doação de comedouro para pássaros e boneca ao Museu Municipal - Núcleo de Alverca, por Maria Jacinta Farinha			Aprovação
53	Doação de pintura representando a igreja de Alverca ao Museu Municipal - Núcleo de Alverca, por Maria Fernanda Teixeira Durães			Aprovação
	AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL			
54	Protocolo de iniciativas desportivas	Juventude Desportiva Alhandrense		Aprovação
55	~~Horário de funcionamento das quintas municipais de Suberra e Sobralinho para 2014~~	~~Retizado~~		~~Aprovação~~
	ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL			
56	Ata em minuta da reunião			Aprovação

MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA E PÚBLICA DE 2013/12/11

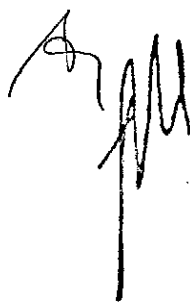
Aos onze dias do mês de dezembro de dois mil e treze, pelas 9h30, na Escola Secundária Gago Coutinho, em Alverca do Ribatejo, reuniu a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, sob a presidência do Sr. Alberto Simões Maia Mesquita, Presidente da Câmara Municipal, estando presentes os Srs. Vereadores: -----

. Nuno Miguel Marques Libório; -----
. Fernando Paulo Ferreira; -----
. Ana Lúcia Alves Cardoso; -----
. Vítor Manuel Jorge da Silva; -----
. Marina Estevão Tiago; -----
. Aurélio dos Santos Marques; -----
. António José Sequeira Félix; -----
. Paulo Sérgio Pinto Rodrigues; -----
. José António da Silva de Oliveira; -----
. Ana Paula Bayer Lourenço. -----

Estiveram ausentes os Srs. Vereadores: João Manuel Correia Pires de Carvalho, tendo sido substituído pelo Sr. Vereador Vítor Manuel Jorge da Silva, e Rui Ribeiro Rei, tendo sido substituído pela Srª Vereadora Ana Paula Bayer Lourenço. -----

A reunião foi secretariada por Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, assessorado por Sónia Isabel Duarte Ferreira, Assistente Técnica. -----

Declarada aberta a reunião, foram tomadas as seguintes deliberações sobre o expediente apresentado: -----



Assunto: PRESENÇAS DO PESSOAL DIRIGENTE E TÉCNICOS-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL-----

. Presidente-----

GABINETE DE APOIO À PRESIDÊNCIA-----

. Adjuntos-----

Mário Nuno Duarte-----

Jorge Zacarias-----

. Técnico Superior-----

Dr. Renato Gonçalves-----

GABINETE DE APOIO À VERAÇÃO-----

. Adjuntos-----

Dr. Alexandre Sargento-----

Adão Conde-----

. Secretárias-----

Fernanda Gomes-----

. Assessoria-----

Drª Susana Santos-----

DIVISÃO DE INFORMAÇÃO MUNICIPAL E RELAÇÕES PÚBLICAS-----

. Coordenadora-----

Drª Filomena Serrazina-----

GABINETE DE APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS-----

. Coordenadora-----

Drª Isabel Araújo-----

NOTARIADO PRIVATIVO MUNICIPAL-----

. Técnica Superior-----

Drª Paula Ascensão-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA-----

. Chefe da Divisão de Recursos Humanos-----

Drª Maria de Lurdes Pinto-----

. Chefe da Divisão de Planeamento Financeiro e Controlo Interno-----

Drª Nélida Soares-----

. Chefe da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Atà 003

Reunião de 2013/12/11

Procº _____

Deliberação nº _____

Dr. Rui Galhardo-----

DEPARTAMENTO DE GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA-----

. Diretor -----

Arqtº Nuno Santos-----

. Técnica Superior-----

Engª Carla Alcobia-----

DEPARTAMENTO DE OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS-----

. Diretora-----

Engª Rosário Ferrão-----

. Chefe da Divisão de Infraestruturas Tecnológicas-----

Engº Clemente Rocha-----

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA-----

. Diretor -----

Dr. David Santos-----

. Chefe da Divisão de Educação-----

Drª Fernanda Roma-----

. Chefe da Divisão de Cultura, Turismo, Património e Museus-----

Drª Maria de Fátima Faria Roque-----

DEPARTAMENTO DE AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL-----

. Chefe da Divisão de Ambiente, Sustentabilidade e Espaço Público-----

Arqtª Catarina Conde-----

. Chefe da Divisão de Desporto e Equipamentos-----

Dr. Vítor Félix-----

. Chefe da Divisão de Desenvolvimento Social-----

Drª Ana Carla Costa-----

. Coordenador da Divisão de Apoio ao Movimento Associativo e Juventude-----

Dr. Pedro Montes-----

EQUIPA MULTIDISCIPLINAR DA REABILITAÇÃO URBANA-----

. Chefe da Equipa-----

Urbª Luís Matas de Sousa-----



Reunião de 2013/12/11

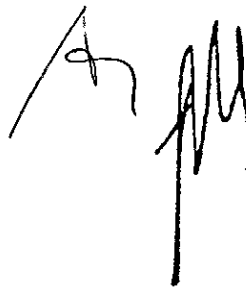
Deliberação nº _____

[Handwritten signature]

_____
Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho

3/3

CAPÍTULO: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA



Assunto: PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

INTERVENÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA JUNTA DE FREGUESIA DA UNIÃO DAS
FREGUESIAS DE ALVERCA DO RIBATEJO E SOBRALINHO -----

Interveio o Sr. Presidente, dando início à reunião cumprimentando os presentes, saudando em especial o Sr. Diretor da Escola Secundária Gago Coutinho, onde decorre a reunião, agradecendo o acolhimento feito e a disponibilidade, desde que a câmara municipal solicitou o espaço para a realização da reunião de câmara, o que fez na perspetiva de num ato simbólico, para chamar a atenção a quem de direito para as obras que ainda não estão concluídas, e que o sejam o mais breve possível, para benefício de todos quantos estudam e desenvolvem a sua ação pedagógica na escola, bem como todos os que nela trabalham. -----

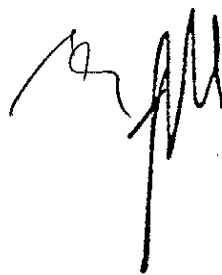
Cumprimentou ainda o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Alverca do Ribatejo e Sobralinho, solicitando-lhe uma breve intervenção, de saudação ou de mais alguma questão que queira colocar. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente da junta, saudando os presentes, e dando um cumprimento especial ao Prof. Sérgio Amorim, Diretor da Escola Secundária Gago Coutinho, não só pela cedência das instalações, mas também pela questão que se está a ultrapassar.-----

Referiu não ir colocar nenhuma questão, pois está já agendada uma reunião de trabalho e uma visita à freguesia, que irá decorrer neste mês, e irá aproveitar esse momento para, em contacto direto com os Srs. Vereadores, colocar e debater as questões que preocupam a freguesia.-----

Contudo, estando neste estabelecimento de ensino, não pode deixar de focar a preocupação. É uma obra que se pensava que iria requalificar e dar melhores condições, tanto aos professores, como aos alunos, e seria uma escola modelo, mas infelizmente as obras pararam, e neste momento a escola está com graves problemas.-----

Grande parte do recreio, como se poderá ver, que era dedicada ao desporto e ao lazer, está ocupada pelo estaleiro da obra, que não terminou. Além disso, há uma grande parte da obra, que já foi visitada diversas vezes, e que tem muito boas condições, que não pode ser utilizada. Grande parte das oficinas e equipamento desportivo está feita, e poderia ser colocada à disposição desta população



estudantil, e não está. -----

Desta forma, chama novamente a atenção ao Sr. Presidente, embora saiba que há um grande imbróglio, e que há até questões de tribunal com a empresa construtora, que pelo menos se possa limpar ou reduzir parte do estaleiro e que os alunos possam usufruir da parte que já está construída, que tem muito boas condições.-----

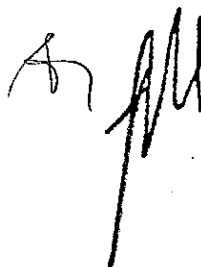
Concluiu, desejando um bom trabalho e um bom mandato para todos os eleitos, o que é bom para a população do concelho. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, cumprimentando os presentes e dizendo que a CDU não podia estar mais de acordo com aquilo que o Sr. Presidente da junta acabou de dizer. De facto, assistiu-se a obras que a Parque Escolar desenvolveu em todo o país, que em muitos casos viram aumentado o seu orçamento para privilegiar alguns daqueles que estavam interessados em que a Parque Escolar fosse também uma bandeira ou cartão do Partido Socialista, e que poderiam e deveriam ter sido feitas diretamente pelo Ministério da Educação e não por esta empresa chamada Parque Escolar, que ao mesmo tempo que fez um trabalho meritório de modernização, acabou também, de alguma forma, por privatizar aqueles que são os espaços da escola pública.-----

De qualquer forma, o que importa perceber e defender é que as obras que a Parque Escolar começou devem ser terminadas rapidamente, sob pena de se estarem a prejudicar as comunidades educativas onde estes casos acontecem, mais concretamente na Escola Secundária Gago Coutinho.-----

Concluiu, referindo que os membros da CDU solicitam à câmara municipal, na pessoa do Sr. Presidente, que junto do Ministério da Educação e da Ciência reforce esta posição, que é de toda a câmara municipal e também da junta de freguesia, para que o ministério faça os esforços necessários para ultrapassar as dificuldades de todo o processo, para que a comunidade educativa da Gago Coutinho possa ter acesso à parte que já está concluída, e também que as obras sejam concluídas rapidamente, sob pena dos investimentos do erário público terem sido feitos em vão.-----

O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, saudando todos os presentes, em especial o Sr. Diretor da escola e o Sr. Presidente da junta, e referindo que os membros da



Coligação Novo Rumo dão um abraço de solidariedade, desejando, quanto a este problema das obras paradas na escola, que bastante prejuízo está a ocasionar a todos os seus frequentadores e trabalhadores, que se encontre uma solução em breve. É uma pena a situação, mas é o estado a que se chegou, talvez por demasiada ambição criada há uns tempos atrás, e noutro Governo, estando-se hoje a pagar por todas essas falhas. -----

Terminou, desejando ardentemente que se encontre rapidamente uma solução, para bem de todos, da escola e dos que usufruem da sua utilização. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo, tal como já referiu, que não foi por acaso que esta reunião de câmara se realiza nesta escola, foi com a convicção de que esta é uma preocupação comum, não só do Partido Socialista, mas das outras bancadas. --

A câmara municipal tem vindo a pressionar, e existiram contactos com o Sr. Ministro da Educação e o Diretor da DGEstE-Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, no sentido da situação ser ultrapassada, nem que para isso se possa, eventualmente, numa outra reunião, trazer uma proposta no sentido da autarquia celebrar um protocolo com o Ministério da Educação, para que as obras possam avançar. Se for essa a última possibilidade, julga que estarão todos de acordo em envidar todos os esforços que se puderem fazer para que a escola tenha as condições necessárias para desenvolver a sua atividade pedagógica, coisa que hoje faz de forma deficiente e desnecessariamente, no seu ponto de vista. -----

A câmara municipal vai continuar, sempre que possível, a realizar sessões de assembleia municipal e reuniões de câmara em escolas, para que fique, sem margem para dúvida, que a estratégia deste executivo, comungada por todas as bancadas, é exatamente apoiar a escola, no seu todo, e em particular a escola pública, uma escola inclusiva e para todos. -----

Assim sendo, o executivo, da sua parte, fará aquilo que lhe compete fazer. -----

Prosseguiu, referindo que daquilo que foi possível consensualizar com as bancadas hoje não haverá período antes da ordem do dia, pensando que se está em condições para dar início aos trabalhos. -----

Informou ainda que foi solicitada intervenção para os pontos 2 a 12, 16, 23, 29, 37, 38, 42, 44 ao 48, 50 e 55, sendo os restantes considerados aprovados por unanimidade. -----



Deliberação nº 1193

Fl. Livro _____

Fl. Ata 010

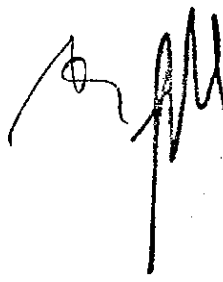
Reunião de 2013/12/11

CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



Deliberação nº **1184**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata nº 24/2013, da reunião de câmara de 2013/11/27.-----



Assunto: GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÉNIO 2014/2017 E ORÇAMENTO MUNICIPAL PARA 2014 -----

Presente para aprovação o orçamento municipal para 2014 e as grandes opções do plano para o quadriénio 2014/2017, documentos que se anexam e dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, para fazer a sua intervenção relativamente a este ponto, lendo o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, registando com agrado a presença dos trabalhadores do município, dos seus dirigentes, não sendo habitual estarem presentes, mas ainda bem que estão hoje, pois seguramente vai enriquecer a discussão sobre um documento tão importante. -----

Disse que os membros da CDU gostariam, a propósito da avaliação que fizeram sobre o orçamento e as grandes opções do plano, de tecer alguns comentários antes de anunciarem o sentido de voto, através da leitura de uma declaração política, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. Fizeram coletivamente a análise, e vão apresentá-la de acordo com áreas que entendem que são as suscetíveis de serem apreciadas pela CDU. -----

Começando pelo capítulo das finanças, disse que falar das finanças desta câmara municipal, ou de qualquer outra, mas concretamente desta, é não ignorar o sucessivo incumprimento da Lei de Finanças Locais deste Governo, mas também de anteriores governos, e falar também de um novo regime jurídico de autarquias, que coloca sobre estas mais competências mas, igualmente, menos recursos económicos. -----

É falar ainda do Orçamento de Estado, e no que ao poder local diz respeito, um orçamento que desrespeita a sua autonomia, importância e, ainda por cima, retira-lhe meios financeiros. Falar da finanças da câmara municipal é falar ainda de uma inaceitável lei de compromissos que atinge todas as autarquias e o poder local, que compromete a sua autonomia democrática, designadamente os órgãos que foram eleitos democraticamente pelas suas populações. -----

Constataram ainda, em primeiro lugar, uma redução dos investimentos públicos e



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 013

Reunião de 2013/12/11

Procº _____

Deliberação nº _____

da correspondente despesa de investimento de capital, e sobre esta matéria não vão dizer nada de novo, consideram que os investimentos de capital na câmara municipal continuam sempre excessivamente dependentes de fundos comunitários e de boleias imobiliárias. Tiveram oportunidade de dizê-lo na devida altura, e continuam a acusar e a criticar. Os fundos comunitários deveriam ter sido melhor utilizados, essencialmente para resolver os efetivos problemas do concelho de Vila Franca de Xira. -----

Como segundo aspeto, este orçamento não se pode caracterizar como plurianual, uma vez que não tem compromissos e não se responsabiliza por quase nada para além do universo temporal de 2014. Assim, constata-se que é um orçamento de “navegação à vista” e traduzir-se-á num concelho com uma gestão sem projeto e sem rumo definidos. -----

Quanto às questões do desenvolvimento económico, gostariam de dizer que é uma importante tarefa de competência exclusiva da câmara municipal, sendo que há muito tempo que a autarquia se demitiu da sua componente de dinamização económica. Aliás, por muito esforço que se faça, e devem acreditar que o fizeram, não encontraram nenhuma medida de alcance imediato, ou mesmo de médio prazo, para relançar e estimular a atividade económica no concelho de Vila Franca de Xira. -----

Consideram mesmo que, por muito limitadas que fossem as verbas ou os meios disponíveis, os tempos que correm deveriam exigir que a câmara municipal se posicionasse no sentido de adotar medidas especiais, também para um tempo especial, que afeta quase todas as famílias deste concelho. Falam do desemprego e combate à precariedade, e há alguns dados que justificam esta mais do que legítima preocupação que têm, não sendo só preocupações exclusivas dos vereadores da CDU. -----

Há pois dados que dizem respeito à situação social e laboral na zona de Vila Franca de Xira, 11 300 desempregados inscritos no centro de emprego, sendo que em 4 anos perderam-se 16 750 empregos, 40% dos quais no comércio por grosso e retalho, e 30% no setor produtivo. Só neste primeiro semestre de 2013, 184 empresas entraram em processo de insolvência, o que dá uma média assustadora de, pelo menos, uma empresa por concelho abrangido a entrar em insolvência por



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata' 014

Reunião de 2013/12/11

Procº _____

Deliberação nº _____

dia. -----

Continuou, mencionando que estes dados, completados naturalmente com outros disponíveis, deveriam justificar que a câmara municipal adotasse medidas que infelizmente não constam da proposta de plano e orçamento, e que para a CDU são consideradas demasiado importantes para não continuarem a figurar no plano e orçamento, e que são: o desenvolvimento de parques empresariais tecnológicos e industriais, destinando, inclusivamente, através do orçamento da câmara municipal, incentivos à sua instalação;-----

A exigência de reabilitação de áreas devolutas e degradadas, com recursos a planos e medidas e competências específicas que estão ao dispor da autarquia, para áreas como a antiga Previdente ou a antiga escola da marinha, para fins predominantemente produtivos; -----

Apoios concretos aos micro, pequenos e médios empresários; -----

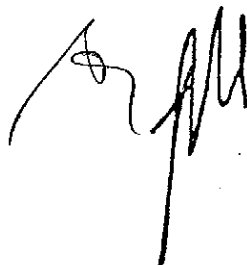
Potenciar o turismo e as suas múltiplas vertentes, até como fonte geradora de riqueza; -----

Apoiar e defender a importância da indústria no concelho, e falar da indústria que ainda resiste, para se voltar a ter um concelho dinâmico e empregador. -----

Relativamente ao ordenamento do território e urbanismo, têm uma questão de fundo, que os opõe e continuará a opor enquanto não for decidido em sentido contrário. A CDU não concorda que se adie por muito mais tempo a revisão do plano diretor municipal. Em primeiro lugar, porque precisa-se, mais do que nunca, de políticas, e de concretizar medidas para reabilitação urbana no concelho de Vila Franca de Xira. -----

Carece-se de novas e mais áreas para atividades económicas, e exigem uma política de solos, que defenda a zona ribeirinha, as várzeas e todas as áreas suscetíveis de proteção ambiental, ao mesmo tempo que não se pode continuar refém, designadamente, da especulação imobiliária e dos seus protocolos leoninos, da vontade exclusiva dos grandes grupos económicos, da aprovação de mais habitação ou mais áreas desregradadas de multiusos, como condição para ter acessos à zona ribeirinha, ou para ter garantida a construção de equipamentos coletivos. -----

Por fim, não podem continuar a adiar o problema da reconversão definitiva das



áreas urbanas de génese ilegal, nem ter uma atitude de total desinteresse em relação à degradação dos núcleos antigos e históricos das localidades, ao mesmo tempo que aumenta o número de fogos e territórios devolutos no concelho.-----

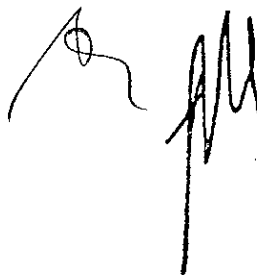
Terminou, referindo uma preocupação, ou seja, a CDU mantém a sua posição sobre esta matéria, a defesa de uma política de urbanismo, porque se ela existisse deveria servir as populações, e para garantir um futuro para as próximas gerações. Tomou a palavra a Sr.ª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, continuando com a análise da CDU ao plano e orçamento, dizendo que quando se abordou a questão das instalações da Escola Secundária Gago Coutinho, e o Sr. Presidente falou que iria ser usual, na câmara municipal, fazerem-se reuniões nas escolas, para que o Ministério da Educação possa ser alertado para a necessidade de requalificação, sugerem os membros da CDU que se possam também fazer reuniões em escolas como a EB 2,3 de Vialonga, há muito reivindicada, e que só não foi requalificada porque o Partido Socialista e o PSD entenderam que aquilo que se iria ali fazer era uma obra megalómana, podendo também ser feitas reuniões na Escola Secundária Alves Redol, que é também uma responsabilidade do Ministério da Educação, onde existem graves problemas de degradação no espaço.-----

Depois, sugerem que se possam fazer reuniões nas escolas de primeiro-ciclo, que essas são da responsabilidade da câmara municipal, bastando fazer uma breve análise do orçamento para perceber que a educação, nomeadamente os equipamentos escolares, não são uma prioridade para o Partido Socialista. -----

Continua-se a ter, infelizmente, no concelho, escolas a funcionar em horário duplo, como é o caso das freguesias do Forte da Casa, Vialonga e ainda, por enquanto, do Sobralinho, numa altura em que a escola que se quer é uma escola a tempo inteiro, e ela deveria já ser uma realidade também no concelho de Vila Franca de Xira, e isso não acontece.-----

Ao mesmo tempo, faz-se grande publicidade de obras megalómanas que o concelho e a câmara municipal, gerida pelo Partido Socialista, entende serem de facto a grande prioridade. -----

A educação não é uma prioridade, bastando ver que existem casos no concelho onde os refeitórios das escolas de primeiro-ciclo não suportam toda a comunidade educativa, onde chove dentro das salas de aula, e essas responsabilidades não



devem e não podem ser imputadas ao Ministro da Educação, mas sim à câmara municipal. -----

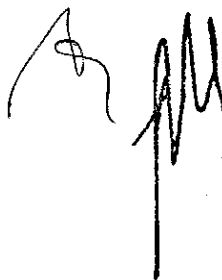
Podiam falar na questão dos manuais escolares, em que o Sr. Presidente há pouco frisou que o município oferece os manuais escolares aos alunos de primeiro e segundo ano dos escalões A e B, e questionam se nem sequer para o primeiro-ciclo essa medida se adota. -----

Não sabem, e provavelmente foi um lapso do Sr. Presidente, mas relembram que no ano de 2009, onde já se falava da crise, foi bandeira do Partido Socialista a gratuidade dos manuais escolares a todos os alunos. O orçamento da câmara municipal, nesse ano, permitia que se pudessem ajudar as famílias carenciadas e não só, mas hoje, no ano de 2014, que é o orçamento que se está a analisar, essa grande bandeira desapareceu, como já não existia no ano de 2013, nem de 2012. --
Analisando as escolas que foram construídas, pode-se observar que se construíram escolas que não estavam previstas serem construídas, como é o caso da Malva Rosa, em que a previsão de construção seria mais tardia, ao mesmo tempo que se esqueceram escolas que deveriam há muito ter sido construídas, e que acabariam com a questão dos refeitórios que não suportam toda a comunidade, ou dos horários duplos. -----

Poderiam falar da Escola nº 2 de Vialonga, prometida há anos, que se encontra hoje sobrelotada, em que aquilo que se perspetiva é que seja feito agora o seu projeto, que provavelmente também não será este ano que se irá fazer, uma vez que já no ano de 2013 havia uma verba para o projeto, e ele também não saiu só de intenções, pelo que, mesmo que se faça, está-se a falar de um cenário para o ano letivo de 2016/2017. -----

As crianças desta escola não podem esperar tanto tempo, e lamentam profundamente que este orçamento não saia apenas desta pequena intenção do projeto para esta escola e também para a EB1 nº 2 de Alhandra. -----

Consideram lamentável que também na educação o Partido Socialista ande a reboque dos interesses imobiliários, porque se percebe como é que algumas escolas foram feitas, bastando lembrar a escola da Póvoa norte, que aparece como uma contrapartida de uma urbanização. Assim, quando não há urbanizações, e quando não há fundos comunitários, o Partido Socialista não sabe muito bem como

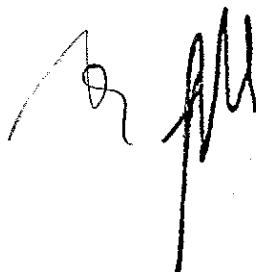


se há de organizar.-----

Prosseguiu, falando na carta educativa, que há pouco também se dizia que era necessário atualizar, que é de 2006, com um cenário totalmente distinto daquela que é hoje a realidade. O ano 2006 previa coisas completamente distintas, primeiro, previa um crescimento demográfico, que hoje, e sabe-se que é também fruto da crise económica e social que se vive, não acontece, por outro lado, o ensino secundário é desde há alguns anos uma realidade, passou a ser obrigatório. Estes são apenas dois exemplos da total inadequação da carta educativa, que já não pode ser monitorizada, já não pode ser atualizada, tem que se fazer uma nova carta, que esperam há muito tempo. Foi-lhes dito que iria ser feita por uma entidade externa, depois pelos próprios técnicos da câmara municipal, e hoje já se fala que será novamente uma entidade externa a realizar essa carta, o orçamento prevê uma verba de cerca de 25 000,00€ para a sua elaboração, e esperam sinceramente que a nova carta educativa apareça no ano de 2014, porque também entronca naquilo que é necessário e fundamental para este concelho, uma carta de equipamentos municipais.-----

Quanto ao pessoal que se encontra hoje a trabalhar nas escolas de primeiro-ciclo, e também os jardins de infância, que são da responsabilidade da câmara municipal, assiste-se a uma proliferação de assistentes técnicos substituídos, infelizmente, por trabalhadores ao abrigo dos contratos de emprego e inserção. Foi abordado várias vezes este tema, e também foi sempre dito pela câmara municipal que tem a ver com a indisponibilidade ou impossibilidade de se contratarem técnicos que, para ocupar postos de trabalho permanentes, deveriam ter vínculo de trabalho permanente, mas o certo é que há um uso e abuso desta forma de contrato extremamente precário, o que pode afetar, inclusivamente, com o bom funcionamento das escolas, não por falta de qualidade das pessoas que se encontram nestes contratos de emprego e inserção, mas pela mobilidade extrema que existe nestas funções.-----

Durante o ano letivo podem-se ter 4, 5, 6 substituições das pessoas que diariamente lidam com as crianças, nomeadamente em funções tão importantes como a das refeições, e convinha, francamente, que não se abusasse deste tipo de ferramenta.-----



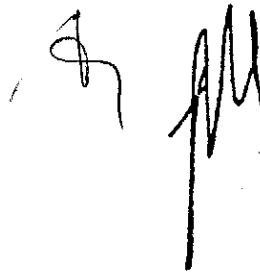
Sobre a CAF - componente de apoio à família, gostariam os membros da CDU de lembrar que foi deliberado, aprovado pela câmara municipal, o prolongamento da componente de apoio à família, hoje com outro nome, até às 19h00. Foi várias vezes dito pelo Partido Socialista que esta deliberação aprovada tinha sido colocada em prática, e daquilo que sabem é que os preços praticados no prolongamento das 17h30 às 19h00, não são os mesmos que são praticados entre as 15h00 e as 17h30. -----

Não lhes parece correto que isto aconteça, e apelam, no momento em que se está a aprovar o orçamento, portanto as linhas gerais de funcionamento deste órgão, que isto não aconteça, porque as famílias estão a ser prejudicadas, porque não está a ser concretizada uma deliberação desta câmara municipal.-----

Sobre a falta de espaço, lembra os ATL, que são as "pontas" entre os horários de funcionamento da escola, que em grande parte dos casos estão a funcionar em monoblocos, e convinha que a câmara municipal se lembrasse que estes monoblocos podem ser uma solução, mas quando usados de forma definitiva acabam por necessitar de manutenção, o que na maior parte das vezes não é feito. Sobre as escolas de segundo e terceiro ciclos, e também secundárias, os membros da CDU deram o exemplo de algumas que precisam, francamente, que a câmara municipal possa, junto do Ministério da Educação, tomar medidas necessárias para que a comunidade educativa no concelho tenha toda a mesma qualidade no desempenho das suas funções.-----

O Sr. Presidente falou há pouco da retirada de placas de amianto, e gostariam de saber quais as escolas contempladas para a sua retirada, porque 100 000,00€, que é aquilo que está previsto no orçamento, provavelmente não dá para retirar em duas escolas. Assim, gostariam de saber, e até já tinham pedido no mandato anterior uma listagem das prioridades do Partido Socialista para a retirada destas placas de amianto que já não deveriam existir. -----

Depois, analisando a verba prevista para atualização dos acervos das bibliotecas escolares, observam que a verba que lá está é de 5 000,00€, e perguntam que acervo pretende a câmara municipal enriquecer num núcleo tão vasto como são as redes de biblioteca escolar, com esta verba, não lhes parecendo que seja minimamente aquilo que é necessário. -----



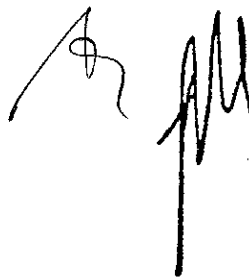
No entender dos membros da CDU o Partido Socialista, na área da educação, e aí está a grande diferença, tem de perceber que as escolas e as próprias associações de pais são parceiros importantes e imprescindíveis nas comunidades, e no desenvolvimento de uma política de educação. Elas não servem apenas para resolver problemas que seriam da competência da câmara municipal, como é o caso da CAF ou ATL, que em parcerias a câmara municipal tenta resolver através destes meios. O envolvimento delas é de facto fundamental, e não pode ser só desta forma.-----

Quanto a eventos como a Xira Infantil ou os Aprendizes do Fingir, têm dotações que entendem que são completamente diminutas para a importância que têm. Os Aprendizes do Fingir trabalham com toda a comunidade, um trabalho que é desenvolvido ao longo de todo o ano letivo, e não lhes parece que 7 000,00€ sejam suficientes, tendo a Xira Infantil sido reduzida a um dia, e um dia destes, se calhar, a meio dia de funcionamento.-----

Sobre a habitação, saúde e ação social, assiste-se à degradação do parque habitacional municipal. Olhando para o orçamento, há verbas a definir, e pouco ou nada definidas. Os projetos não se concretizam, vendo-se o caso do bairro Nascente do Cabo, em que foi apresentado no ano de 2012 um projeto de requalificação para esta zona, e até hoje nada se fez, à exceção de algumas obras executadas pela junta de freguesia. Há também casas da câmara municipal que se encontram fechadas, e ao mesmo tempo os pedidos de habitação são mais que muitos, e investe-se uma coisa diminuta para aquilo que é necessário. Não há, de facto, um investimento na construção de habitações a custo controlado, conjuntamente com cooperativas de habitação ou não, o que poderia facilitar a aquisição ou arrendamento, principalmente a casais jovens, possibilitando assim a fixação de mais população no concelho.-----

Deveria haver também uma visão mais ativa sobre a requalificação das zonas antigas das vilas, e a própria câmara municipal não dá o exemplo, vendo-se o caso da av. Sousa Martins, em Alhandra, onde é proprietária de alguns imóveis, que estão em estado avançado de degradação.-----

Para terminar, disse que o Sr. Presidente falou há pouco da ação social e da importância que tem, destacando a própria, de forma positiva, o trabalho



desenvolvido pela Universidade Sénior, que é de louvar. -----

Depois, há uma outra iniciativa que é também uma grande bandeira do Partido Socialista, que tem vindo de ano para ano a fazer sentir aos membros da CDU algum incómodo em estarem presentes, a Festa da Flor. Colocam-se no pavilhão do Cevadeiro milhares de idosos, aos quais se dão papéis para fazerem flores, os mesmos, com toda a sua boa vontade, fazem as flores, e depois convidam-se para um dia de convívio, mas têm de trazer o almoço de casa. Existem depois alguns convidados, que se sentam numa mesa, para os quais é servido um almoço. -----

Consideram que este modelo deve ser repensado. Então dá-se a festa e a associação assume o custo da festa? É uma das bandeiras do Partido Socialista sobre o trabalho da ação social com a comunidade sénior, mas depois aquilo que se faz é somente dar o espaço, e um "bocadinho" de papel. -----

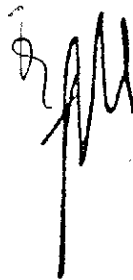
Assim sendo, acham todos que estas áreas mereciam um outro tipo de preocupação por parte do Partido Socialista. -----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, fazendo a sua intervenção relativamente a alguns itens do orçamento, lendo o que os membros da CDU escreveram na reflexão que fizeram relativamente a estas matérias, concretamente sobre transportes, cultura e juventude. -----

Quanto aos parquímetros, disse que a câmara municipal, com a proposta de orçamento, prevê uma verba surreal, ou seja, prevê gastar meio milhão de euros em 4 anos só na instalação de parquímetros. Assim, em vez de apostar meio milhão de euros na resolução dos problemas da rede viária do concelho, aposta em meio milhão de euros para onerar ainda mais a vida dos automobilistas do concelho. -----

Relativamente à cultura, é uma realidade que as verbas mantêm-se inalteradas de 2013 para 2014, mas também é uma realidade que a discussão que é necessário fazer com os agentes associativos para ajustar as medidas de apoio às reais e novas realidades, não é feita. Não se perspetiva que haja, pelo menos naquilo que foi a intervenção inicial do Sr. Presidente, uma revisão do PAMA, que muitos agentes associativos tanto falam que é necessária, de forma a dotar o regulamento de novos mecanismos que se adaptem às realidades dos dias de hoje. -----

Depois, é também necessária e deveria ser um objetivo deste orçamento a criação



de um plano de apoio administrativo, jurídico e contabilístico ao movimento associativo, fruto de todas as dificuldades que o mesmo atravessa nos dias de hoje, e das dificuldades que muito deste movimento tem em aceder a esses apoios jurídicos, e principalmente contabilísticos.-----

É também necessária a elaboração da carta desportiva e carta de equipamentos, que continuam a não ser uma opção do Partido Socialista, continuando-se a teimar numa política, no que diz respeito ao associativismo, de atribuição simples de subsídios, muitas vezes de conteúdo discutível, sem se apostar naquilo que deve ser a valorização e formação do movimento associativo.-----

Poupa-se, de 2013 para 2014, cerca de 40% em cada um destes setores, mas com esta poupança perdem as populações em dinamismo e usufruto das vivências coletivas tão necessários.-----

Quanto à promessa de recuperação do Teatro Salvador Marques, já ouviram que está em estudo, ou seja, é mais um, aliás como muitos outros no concelho.-----

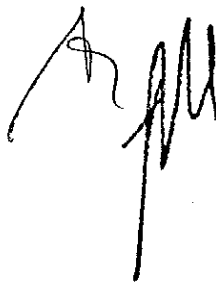
Relativamente às obras de recuperação da Capela do Sr. Morto, na Quinta da Piedade, além de não ter existido nenhuma obra, para 2014 estão consignados única e exclusivamente 1 800,00€, atirando-se com 232 000,00€ para 2015, e a capela qualquer dia está no chão.-----

No que respeita à juventude, consideram que os problemas da juventude continuam a ser ignorados completamente.-----

No plano plurianual de investimentos estão consignados 18 000,00€, ou seja, menos 3 000,00€ do que em 2013, para as casas da juventude, exclusivamente para equipamentos, e entende a CDU que os equipamentos não fazem nada se não houver um programa de incentivo para que os jovens os utilizem. Não vale a pena estar a apetrechar as casas da juventude, se depois não existe uma programação para atrair os jovens à utilização dessas mesmas casas.-----

Como dado positivo encontram o apoio ao festival da juventude, que tem um acréscimo de 50% relativamente à sua atual dotação.-----

Terminou, dizendo que o apoio a iniciativas para a juventude, no fundo, neste orçamento, resume-se essencialmente às férias jovens e ao festival da juventude, dois programas a valorizar, sem dúvida nenhuma, mas muito pouco para aquele que é considerado um dos concelhos mais jovens do país, Vila Franca de Xira.-----



Consideram que neste orçamento há uma manifesta falta de programação dirigida aos mais jovens, com temas e ações específicas e dinamizadas em parceria com as associações jovens, não se procurando apoiar, dinamizar e incentivar sequer o associativismo juvenil e estudantil.-----

Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que muito já foi dito e vai procurar ser sintético, começando por referir, quanto ao ambiente, que os membros da CDU continuam a defender a elaboração de uma carta ecológica, onde seriam defendidas as áreas de proteção ambiental, ao mesmo tempo que seriam lançadas estratégias e ações que dotariam o município de instrumentos que possibilitariam a monitorização e avaliação da defesa do meio ambiente, o observatório do ambiente.-----

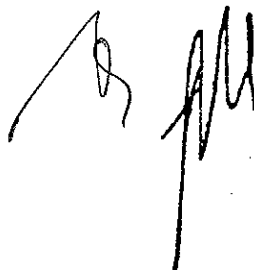
Na área do desporto, o Sr. Vereador Paulo Rodrigues falou nas cartas desportiva e do equipamento, e defendem, como já o fazem há longa data, a revisão das taxas de acesso aos equipamentos municipais, bem como a prioridade à implementação de recintos multidesportos ao ar livre e o apoio à renovação das infraestruturas dos clubes e associações do concelho.-----

Na área dos serviços partilhados, defendem o problema das novas instalações municipais, que sejam modernas e acessíveis, e o Sr. Presidente já focou essa situação, mas não vê nada, embora lhe possa ter falhado, qualquer verba para essa situação. Contudo, pensa que isso estará nas preocupações de todos. -----

Continuam a defender e valorizam, em relação às juntas de freguesia, que são as que são mais próximas na resolução dos problemas das populações, a descentralização de competências. Até aos primeiros 4 meses já foi tomada a solução, que será apresentada nesta reunião de câmara, esperam que a partir daí os acordos de execução da descentralização de competências venham realmente a contemplar verbas necessárias para esse desiderato. -----

Defendem o carácter puro de todos os serviços municipais, incluindo a água e a recolha dos resíduos sólidos, o emprego público e os trabalhadores, as comissões municipais, e pugnam, como é evidente, para uma gestão partilhada. -----

Prosseguiu, dizendo que o Sr. Vereador Paulo Rodrigues falou nas variantes de Vila Franca de Xira e Alverca do Ribatejo, na ligação intermunicipal do IC2, e o próprio falaria também no túnel de ligação da Póvoa de Santa Iria e Vialonga, que também



não está contemplado, o que demonstra realmente, na questão das acessibilidades, o pouco interesse, passa o termo, que o executivo municipal tem. Se não lhe falham as contas, no PPI há uma redução de 97,55% sobre esta questão. -----

O PPI também não contempla em nada, remete para 2015 algumas verbas, a requalificação da frente ribeirinha da Vala do Carregado. -----

Na qualificação ambiental e construção de espaços verdes há uma verba que os membros da CDU consideram ser diminuta, e a verba maior vai para 2015.-----

O Sr. Vereador Paulo Rodrigues também falou nas quintas, e o próprio refere que na rubrica “quintas e palácios” há uma redução de cerca de 25% para estes equipamentos.-----

No PAM, na requalificação do espaço público há uma redução, salvo erro ou omissão, de cerca de 53,5%, e não refere verbas para ser mais rápido. Na ação referente ao desporto e movimento associativo há uma redução de cerca de 7%. --- Outra situação é a do restaurante municipal, em que estão contemplados 252 500,00€, quando em 2013 foram 197 495,00€, uma diferença de 55 005,00€, que salvo erro ou omissão representam cerca de 28%. Lembra, neste sentido, que em 2012 a verba foi de 189 002,00€, que representavam mais 18 493,00€, o que na prática é à volta de 10%. -----

Há um ponto na ordem do dia que contemplará algumas situações, e nessa altura intervirá sobre a questão do restaurante municipal, mas deixa já a questão. Porquê esta verba? Referiu-se à altura em que era o refeitório dos trabalhadores, perguntando por que é que estas verbas estão constantemente a aumentar.-----

Nas grandes opções do plano, no ponto 4, no gráfico discriminativo das funções, há uma chamada de atenção em que o executivo socialista diz que os objetivos de 2014 contemplam as principais prioridades decorrentes do programa eleitoral 2013, que se agrupam em 7 objetivos, e são destacados o planeamento e qualificação urbana, o desenvolvimento económico do concelho, o funcionamento do concelho, a educação e a juventude. -----

Salvo erro ou omissão, porque em contas pode haver alguma falha, mas julga que não, o planeamento e a qualificação urbana têm uma redução de 52,78%. Como procura ser rigoroso e falar verdade, limita-se a analisar o gráfico, mas lembra que



no mesmo não estão as verbas a definir do saldo de gerência.-----

O facto de estarem no gráfico não quer dizer que sejam especificamente, como são a definir podem ir para outras rubricas, mas pelo que está no gráfico a definir, esses 52,78% passam a uma redução, já com as verbas a definir, de 42,74%. -----

No que respeita ao desenvolvimento económico do concelho as verbas no gráfico são menos cerca de 18%, mas como procura ser rigoroso, tem de dizer que, juntando as verbas a definir, há um aumento de cerca de 8%. -----

No funcionamento do concelho há uma redução de cerca de 62%, 61,72%, que ao juntar as verbas a definir passará para cerca de 27%, mas continua a dizer que as verbas a definir poderão ser ou não para este objetivo. Na educação e juventude são cerca de 29,5%, e com as verbas a definir passa a mais de 10%. -----

Quanto às funções sociais, no gráfico também há uma diferença de cerca de 48% de redução destas funções, e se se juntarem as verbas a definir são mais de 3%.----

Nas funções económicas há uma redução de 48%, que passa a 32% com as verbas a definir. -----

Nas funções gerais há uma verba de menos 12,80%, e com as verbas a definir passa a um aumento de cerca de 5%.-----

Nas outras funções há uma redução no gráfico de 42%, e se se juntarem as verbas a definir, anda à volta de 4%. -----

Terminou, dizendo, só para lembrar, que em relação às transferências para as juntas de freguesia, o que está quantificado no próprio gráfico, são cerca de 41% a menos, mas os membros da CDU têm fé, e a fé é que salva a todos, de que nos contratos de execução, no âmbito da delegação de competências, estas situações sejam devidamente salvaguardadas. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que os membros da Coligação Novo Rumo compreendem perfeitamente este momento de um enquadramento económico de incerteza, em que, em boa verdade, se se expurgarem os comportamentos menos negativos de alguns indicadores de natureza conjuntural, facilmente se verifica que o investimento continua em decréscimo. -----

Nos primeiros 6 meses de 2013 o investimento estrangeiro foi negativo em cerca de 1,4 mil milhões de euros, e o emprego, retirados os fatores sazonais, continua a diminuir, tendo a balança externa beneficiado mais da redução das importações do



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ' 025

Reunião de 2013/12/11

Procº _____

Deliberação nº _____

que do aumento das exportações, e, nestas, foram os combustíveis líquidos que dispararam mais de 28%.-----

O futuro não se apresenta risonho, anunciando-se mais e maiores cortes de despesa pública em 2015 e 2016, ao mesmo tempo que a falta de dinâmica económica e o estreitamento de base tributável, menos empregos e menos rendimento, ameaça a sustentabilidade do estado social.-----

Com uma margem tão estreita, não admira por isso, com o fim do programa de ajustamento à vista e perante as dificuldades que se avolumam para conseguir financiamento nos mercados, que o Governo tenha jogado um bocado à defesa, e se parte importante dos cortes para 2014 não passar no Tribunal Constitucional, haverá certamente que aumentar os impostos e “rapar” tudo o que for possível ou estiver à mão, de forma a ganhar tempo e espaço para uma reestruturação ordenada. -----

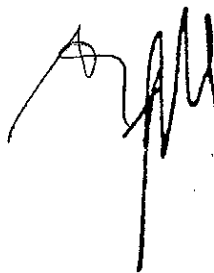
Se os cortes passarem, o seu efeito sobre o consumo interno e sobre o défice orçamental serão também fortemente negativos, embora menos prejudiciais do que concerne para o efeito de transferência de recursos do setor privado para o setor público, restando, em ambos os cenários, prosseguir o processo de micro reestruturação, adiando os picos do serviço da dívida em 2 anos, o que permitirá pelo menos passar para o episódio de cortes do ano 2015.-----

Enquanto não houver o discernimento necessário para tratar de forma diferenciada, eficiente e eficaz os setores que podem fazer a diferença, a economia estará condenada a esperar. -----

Em face de todo este enquadramento, os membros da Coligação Novo Rumo compreendem que este orçamento da câmara municipal para o ano 2014 e respetivo PPI sejam pouco ambiciosos.-----

Têm algumas considerações a fazer antes de definirem o seu sentido de voto, que gostavam de questionar e, em certa medida, saber até que ponto o executivo da câmara municipal pensa fazer.-----

Quanto aos objetivos, começando pelo desenvolvimento económico do concelho, e às infraestruturas e equipamentos viários, reportou-se ao estado em que se encontram as variantes, tanto a de Alverca do Ribatejo, como a de Vila Franca de Xira, porque já há bastante tempo que deixou de se ouvir falar, dizendo que a



execução destas variantes seria realmente um investimento indispensável para o ordenamento e desenvolvimento sustentável.-----

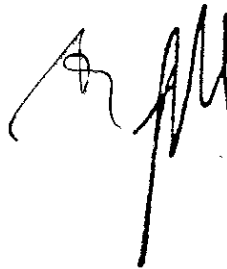
Na parte do desenvolvimento de atividade turística, apraz-lhes registar uma disposição e informação que foi indicada, da vontade em encarar o turismo de uma outra maneira, e viram que está programada uma verba de 30 000,00€ para o Plano Estratégico de Marketing e Turismo, mas pensam que, independentemente de quaisquer referências que este plano possa realmente indicar, há todo um aproveitamento que se podia fazer melhor, aproveitando-se a existência no concelho de tanta tertúlia, do centro equestre, da Escola de Toureio José Falcão. São tudo possibilidades e potenciais meios e equipamentos que podem ser aproveitados para potenciar grandemente o turismo. -----

No apoio às atividades económicas, também lhes apraz registar que já há outra disposição para encarar com outro dinamismo o gabinete de apoio ao investidor. Estão previstas, embora uma verbas pequenas, de 4 000,00€ mais 3 000,00€, e perguntam o que se pensa fazer e quais os esforços, na tentativa de captar novos investimentos e atrair atividades económicas qualificadas.-----

Na parte de planeamento e qualificação urbana, veem que foi até criada uma equipa multidisciplinar para apoiar a reabilitação urbana, está prevista uma verba de 100 000,00€ no PAM para o ano 2014, umas verbas de 523 550,00€ para 2015, mais 227 050,00€ para 2016, e o mesmo valor para 2017, e perguntam o que realmente se pensa fazer, atendendo a que era urgente e há toda uma série de imobiliário em estado de degradação, convindo ser encarada a sua reabilitação, e seria uma possibilidade de se potenciar algum emprego, que era importante poder dinamizar.-----

Em termos de educação e juventude, reconhecem que há um princípio de reconhecimento do mérito escolar, e daí ser dotada uma verba de 5 000,00€, que está prevista no PAM, que em certa medida foi uma das indicações dos membros da Coligação Novo Rumo, que com satisfação veem concretizada no PAM. -----

Relativamente à juventude, fala-se pouco, em termos práticos, sobre o que se pensa fazer para apoiar o empreendedorismo, e era importante tentar sensibilizar jovens para cursos mais práticos, de empregabilidade muito mais garantida do que em certa medida alguns cursos de licenciatura. -----



Quanto à habitação, gostariam de saber quantos fogos vão ser reabilitados do parque habitacional municipal. Pensam que a câmara municipal deveria apoiar muito mais esta reabilitação do parque habitacional municipal, que é bastante grande, e sabem que há uma quantidade de fogos por reabilitar que se podia agora dinamizar.-----

Na parte de desenvolvimento das estruturas de saúde, gostariam de saber se as contas estão saldadas entre a câmara municipal e o Ministério da Saúde, na medida em que houve uma antecipação de obra, concretamente sobre o Centro de Saúde de Alhandra, já não falando no de Vila Franca de Xira.-----

Referiu ainda as iniciativas em termos de formação para o emprego e desenvolvimento local e a economia social, perguntando o que é que legalmente está previsto a câmara municipal apoiar em toda esta função.-----

No que se refere ao desporto e movimento associativo, não veem nenhuma política desportiva ambiciosa para os clubes do concelho, e perguntam até que ponto a autarquia apoia ou tem a sua estratégia de apoio aos clubes definida, com alguns objetivos a serem exigidos e obtidos.-----

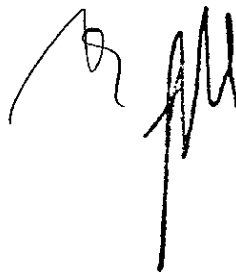
Em termos de compromissos para os principais clubes desportivos, em que estejam previstos protocolos, questionam se está realmente a ser encarado que esses clubes possam atingir os objetivos com que legalmente foram criados, e que têm a sua validade de existirem.-----

Em termos de reestruturação e desburocratização dos serviços, questionam o que está a ser feito além do balcão único, que pensam que é um fator bastante positivo, na medida em que, em termos de Simplex, é bastante positivo desenvolver-se este balcão.-----

Concluiu, dizendo que antes dos membros da Coligação Novo Rumo indicarem o seu sentido de voto, gostavam de algum esclarecimento sobre estas questões. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que há muitas perguntas concretas, irá procurar responder a algumas delas, sendo este um momento de afirmação de projetos políticos.-----

Há bem pouco tempo as forças políticas estiveram envolvidas numa campanha eleitoral, cada uma propôs exatamente opções, em termos políticos, de desenvolvimento daquilo que pensavam ser as melhores opções para o concelho, e



Fl. Livro _____

Fl. Ata 028

Reunião de 2013/12/11

Procº _____

Deliberação nº _____

de algum modo foram referenciadas algumas diferenças, que são naturais e normais. -----

Efetivamente este plano e orçamento são o que os membros do PS pretendem que seja um plano equilibrado e rigoroso, que não ponha em causa a sustentabilidade das finanças municipais. -----

Por mais voltas que se consigam dar, por mais ambição que todos tenham, e está absolutamente convicto que todos querem o melhor para a população do concelho, por isso se propuseram ser eleitos, e é para isso que no dia a dia trabalham, está-se numa situação em que, se não houver, no quadro da estratégica 2014-2020, a possibilidade de se encontrarem soluções de investimento em algumas áreas que são absolutamente imprescindíveis, e os Srs. Vereadores falaram de algumas, dificilmente haverá condições de abarcar um conjunto de investimentos em que reconhece a bondade, mas que são impossíveis de concretizar, na medida em que as receitas são as que são. Quando se está a gerir um orçamento tem que se ter em consideração exatamente as perspetivas de receita, que cada vez mais, e nos anos que se têm vindo a assistir, têm vindo a cair, sendo que no ano de 2014, e provavelmente no ano 2015, assim vai acontecer.-----

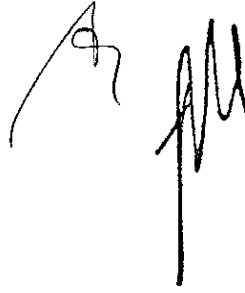
Deste modo o executivo municipal tem de priorizar e desenvolver as ações que lhe parecem as mais adequadas.-----

É verdade que foram colocadas algumas questões importantes, mas sabendo que se quer sempre o melhor, era também bom que se reconhecesse aquilo que foi feito. Poder-lhe-ão dizer “as nossas opções não seriam estas”, mas por isso é que cada um tem o seu projeto político, o facto é que, analisando de uma forma fria e desapassionada politicamente, conclui-se que muito foi feito em benefício das populações.-----

Prosseguiu, dirigindo-se à Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que não vai entrar “naquele discurso”, porque o que importa é perspetivar o presente e o futuro. O passado já lá vai, quem fez, fez, quem não fez deveria ter feito. -----

Reconhece que o trabalho da renovação e da manutenção do parque escolar é uma prioridade e o executivo PS está sempre disponível para encontrar soluções.---

A Srª Vereadora referiu que determinadas situações já deviam estar resolvidas, reconhece que sim, mas nem sempre as pretensões são resolvidas em tempo



oportuno. -----

De qualquer modo, no âmbito da educação, o trabalho que o PS fez foi um trabalho que está à vista. A Srª Vereadora dir-lhe-á que não chega, e o próprio diz que concorda, poderia dizer outras coisas sobre o parque escolar, mas não vai dizer, o que lhe importa é fazer aquilo que a câmara municipal tem de fazer, o resto tem pouca importância, já é um trajeto que uns fizeram, e certamente tentaram fazer o melhor possível. Agora, o executivo municipal tem a obrigação de fazer aquilo que pode, em prol sobretudo de uma educação de qualidade, que perspetive uma possibilidade de todos terem condições iguais de acesso ao ensino e à educação. --- Na sua intervenção tentou dar, de uma forma apesar de tudo exaustiva, indicação daquilo que o executivo PS se propõe fazer, e aquilo que pode dizer aos Srs. Vereadores da CDU é que a insistência e pressões que têm sido feitas junto do Ministério da Educação estão consubstanciadas em intervenções de carácter pessoal com o diretor da Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares - DGESTE, com o próprio Sr. Ministro da Educação, onde a matéria da escola onde se encontram hoje já foi falada, bem assim como a questão da EB 2,3 de Vialonga. ---- Disse, ainda, simbolicamente, que a sua primeira reunião com um agrupamento, tendo sido um compromisso que assumiu, foi precisamente na EB 2,3 de Vialonga, e não o fez por acaso, fê-lo pelo reconhecimento que tem, de facto, que há muito a fazer em Vialonga relativamente à área dos equipamentos escolares.-----

No que diz respeito a esta escola de Vialonga, quer dizer à Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso que a câmara municipal no passado teve um pensamento, que era recuperar, ampliando, aquela escola, mas depois de uma análise técnica concluiu-se que aqueles edifícios não tinham condições de robustez em termos das suas fundações para construir em altura, o que quer dizer que se teriam de fazer novas fundações, que iriam encarecer em muito, e não iam ao encontro daquilo que Vialonga necessita. Por isso, a ideia que tem hoje, e pensa que é aquela que melhor serve as intenções de qualificação daquela escola, é fazer uma escola nova, ou seja, demolir aquela escola e construir uma nova.-----

Tomou a palavra a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, questionando se o Sr. Presidente falou na EB 2,3, mas se se está a referir à escola nº 2. -----

Respondeu o Sr. Presidente que efetivamente se queria referir à escola nº 2. -----



Prosseguiu, dizendo que havia ainda outro problema, ou seja, é muito difícil fazer intervenções numa escola com alunos lá dentro, por mais condições que se queiram criar de proteção e segurança. -----

Deste modo, já se falou com a associação de pais e a própria direção do agrupamento, no sentido de se encontrar uma solução provisória no Ninho de Empresas, transformando-o numa escola provisória enquanto decorrem as obras.--- Quanto à EB 2,3, o PS foi acusado da escola não ter avançado, mas quanto a isso dirá que pode dar jeito, só que o PS não reconhece nenhuma responsabilidade nessa matéria. Há de facto escolas que necessitam de ser melhoradas, e a câmara municipal vai fazê-lo. -----

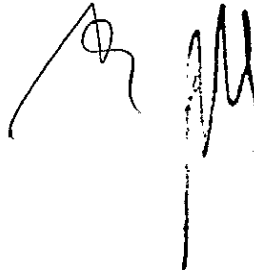
Quando a Srª Vereadora fala na carta educativa, o próprio está absolutamente de acordo que a câmara municipal tem de projetar a 10 anos o planeamento em termos de educação no concelho. Internamente não tem condições para fazer um trabalho deste tipo e com uma envergadura destas, por isso já enviou ao Sr. Reitor do ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, um ofício, a dizer que o município está disponível, porque também já houve essa manifestação de interesse, para elaborar uma nova carta, com a validação científica do ISCTE, que dá toda a garantia de um bom trabalho, de um trabalho que naturalmente vai ser amplamente discutido com toda a comunidade educativa. -----

Se este trabalho se iniciar, como se prevê, em 2014, espera-se ter a carta educativa concluída a breve trecho.-----

De qualquer modo, aquilo que a câmara municipal fez até ao momento nem precisaria de grandes planeamentos, porque as necessidades eram reais e estavam à vista, agora já não pode fazer mais, na medida em que há questões que não domina, que têm a ver com a demografia e a natalidade, e há que ter algumas preocupações, bem assim como é que tudo se interliga com as outras opções de ensino que existem no concelho.-----

A escola pública é importante, é determinante numa área que se pretende de inclusão, numa escola para todos, mas a rede constrói-se, com todas as outras possibilidades da rede solidária, da rede particular e rede cooperativa, e é nesse conjunto que se têm de encontrar as soluções. -----

Registando e respeitando as questões que a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso



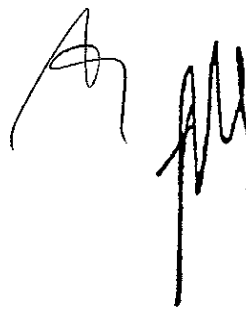
colocou, tem-lhe a dizer que uma das grandes preocupações do executivo PS é justamente a educação, mas depois poderão falar em termos de pormenor sobre esta questão, ou outra, que naturalmente se poderá vir a afinar, e na discussão e reflexão que for feita encontrar melhores soluções. -----

Foram colocadas muitas questões, sobre investimentos de capital, fundos comunitários e as prioridades das candidaturas que foram apresentadas, mas diria ao Sr. Vereador Nuno Libório que esta é sempre a velha questão, provavelmente os membros da CDU teriam outras prioridades, os membros do PS tiveram estas. Acharam que a questão da reabilitação do espaço urbano era absolutamente importante, assim como a eliminação de barreiras arquitetónicas, para uma melhor mobilidade, principalmente na cidade da Póvoa de Santa Iria, e parece-lhes que as hortas urbanas são um caminho a seguir, porque todos os dias, não só de munícipes, mas também de presidentes de junta, chegam solicitações para que num ou outro local que hoje em dia não está tratado se possam desenvolver hortas urbanas. Por isso, parece-lhes que a requalificação da zona ribeirinha teve todo o sentido. -----

No que se refere à reabilitação, o Sr. Vereador falou em duas questões que têm a ver com a Previdente e a Escola da Armada. São matérias em que efetivamente o município poderá, e tem feito, as iniciativas no sentido de encontrar soluções para aqueles dois grandes espaços, mas está-se a falar de investimentos privados, e não se pode fazer muito mais que isso. -----

Quanto à reabilitação urbana, e respondendo ao Sr. Vereador Vítor Silva, houve reuniões de uma equipa multidisciplinar que estava a desenvolver trabalho, com a coordenação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, cujo coordenador é uma pessoa que oferece toda a garantia de um excelente trabalho, do que não tem dúvida nenhuma, que vai ser realizado em todo o concelho nesta área, o Professor João Ferrão. -----

Julga que se vai dar um salto bastante grande em termos de planeamento, sobretudo para o município estar preparado, porque está a falar de muitas dezenas, para não dizer centenas de milhões de euros, que um orçamento como este não contempla, nem pode contemplar, e só será possível com as candidaturas que se vão desenvolver para o município ser apoiado por fundos comunitários. Isso



sim é uma responsabilidade do executivo, preparar-se para que a câmara municipal tenha condições de apresentar boas candidaturas, e que sejam aprovadas em benefício desta grande área, que vai ser o desafio dos próximos anos, não só deste mandato, mas dos futuros mandatos. -----

Tem que se projetar um trabalho a vários mandatos, porque a questão da reabilitação urbana é muito exigente, e tem que se planear convenientemente o que se quer fazer em termos de reabilitação urbana nas cidades e vilas do concelho. É um pensamento que o executivo tem de ter, muito sério e rigoroso, planeando convenientemente todo este trabalho, que se vai fazer. -----

Referindo-se às AUGI, disse ao Sr. Vereador Nuno Libório que há a mesma predisposição e intenção de fechar o processo, e tem-se vindo já a conversar com algumas associações, nomeadamente a Quinta da Ponte e Boa Vista, em que se está a caminho de encontrar uma boa solução para resolver um problema complicado. Esta AUGI foi dividida em duas comissões, mas pensa que talvez se tenha encontrado uma solução a breve trecho, e se vingar, virá a reunião de câmara. -----

Há uma questão habitualmente colocada nestes momentos, a da especulação imobiliária, bem como que a câmara municipal anda muito a “reboque” da área imobiliária, mas pensa que se devem aproveitar as possibilidades que se colocam para exigir aquilo que se poderá num determinado momento fazer para benefício das populações. Assim, irá continuar a fazê-lo, porque considera que está no caminho certo. -----

Mencionou a questão do parque habitacional municipal, referida pela Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, matéria que vai ser uma das preocupações do executivo municipal, sendo que, de facto, é preciso um grande investimento, e também se vai procurar, no âmbito da estratégia 2014-2020, encontrar boas soluções para reabilitar convenientemente e de uma forma digna, sem perder de vista o trabalho que entretanto se vai fazer. Está-se a falar de um investimento muito pesado, mas a câmara municipal vai ter de o fazer, porque tem de encontrar soluções para pessoas que necessitam de habitação social. -----

No que se refere à Festa da Flor, poder-se-ão encontrar outras soluções, mas o que é um facto é que no contacto que o município tem tido com as IPSS tem havido



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 033

Reunião de 2013/12/11

Procº _____

Deliberação nº _____

uma manifestação de parceria que parece satisfatória. Se calhar está enganado, assume que esteja, mas é uma questão sobre a qual se poderá voltar a conversar.- Também foram abordadas questões sobre acessibilidades e mobilidade, e respondendo às duas bancadas considera que naturalmente há matérias que a câmara municipal só por si não tem condições absolutamente nenhuma de resolver, como sejam as variantes, em que se está a falar de muitas dezenas de milhões de euros, que a autarquia não tem, e a responsabilidade não cabe somente ao município.-----

Para além das dificuldades que a circular urbana ainda mantém, de não ter ainda os terrenos disponíveis para o efeito, há a questão do parecer favorável do Ministério da Defesa, mais particularmente da Força Aérea, para disponibilizar os terrenos.-----

Há matérias que foram faladas a que não irá responder, porque seria muito moroso mas, dirigindo-se ao Sr. Vereador Paulo Rodrigues, disse que é também preocupação dos membros do PS, e têm vindo a fazê-lo, a preservação do património, e poderia dar uma série de exemplos de recuperação e preservação do património. Naturalmente que há ainda muito para fazer e pretende-se neste mandato vir a fazê-lo, porque também não se pode ter a pretensão de no próximo ano fazer tudo o que foi colocado.-----

Quanto à intervenção do Sr. Vereador Aurélio Marques, o mesmo versou principalmente questões ambientais, e colocou uma ideia interessante, que é o observatório do ambiente, e no programa dos membros do PS também há intenção de avançar com um plano de sustentabilidade ambiental, no seguimento do plano que havia, que está desatualizado, e convém de facto reavaliá-lo.-----

Quanto à descentralização de competências para as juntas de freguesia, como teve ocasião de dizer na reunião interautarquias, a câmara municipal quer ter nas juntas de freguesia parceiros efetivos para o trabalho que tem de desenvolver, e por isso um respeito muito grande, no sentido de dar as condições às juntas de freguesia para poderem trabalhar. Isso está absolutamente expresso, como esteve expresso na RIA, com a concretização a breve trecho dos contratos de execução ou eventualmente acordos interadministrativos.-----

Relativamente ao turismo, está incluído no plano a execução de um plano



estratégico de marketing e turismo, como forma de se poderem atrair cada vez mais pessoas a Vila Franca de Xira. Nesse sentido, houve uma reunião com a Associação de Turismo de Lisboa e a Entidade Regional de Turismo da Grande Área Metropolitana de Lisboa, onde foram colocadas todas as questões de se potenciar muito daquilo que se faz de bom em Vila Franca de Xira, e que é pouco conhecido.- Têm que se atrair pessoas que chegam à grande região de Lisboa, não se devendo estar só condensado, de uma forma muito hermética, de concelho a concelho. Vila Franca de Xira tem de ter a perspetiva que pertence a uma grande região de Lisboa e, dessa forma, atrair as potencialidades que existem, que são muitas, não só das tradições como do património e festividades, que são únicas. As pessoas não estão muito conhecedoras do que é a festa brava, do que é a Lezíria, do que é o campo, ou do que se faz em termos económicos, desportivos e de lazer no rio Tejo, e era importante que isso fosse melhor conhecido, exemplificando com a Escola José Falcão, que pode ter um papel preponderante. -----
No que diz respeito ao apoio às atividades, há um Gabinete de Apoio ao Investidor, que está a trabalhar, tendo feito várias iniciativas e vai continuar a fazer. Neste momento as pessoas sabem com quem devem falar e não andam transversalmente na câmara municipal à procura de qualquer coisa, em que só perdem tempo. Hoje há alguém responsável na câmara municipal, que tem por obrigação facilitar a informação aos investidores e permitir através disso que os investidores, que num determinado momento manifestam interesse em investir no concelho, o possam fazer rapidamente. Melhor que ninguém, o Sr. Vereador Vítor Silva sabe que o tempo é absolutamente determinante para decidir um negócio. ----
Relativamente ao empreendedorismo ligado à juventude, tem a ver muito com a adaptação que é necessário fazer, e o Sr. Vereador disse algo importante, adaptar a formação que é prestada no concelho em vários domínios, inclusivamente nesta própria escola onde se encontram, adaptá-la às valências que são imprescindíveis e necessárias no tecido económico do concelho. Muitas vezes desenvolve-se formação que não se adequa às necessidades, e esta relação com os empresários é absolutamente fundamental, adequando a formação que é necessária. Muitas vezes o investidor precisa de uma determinada pessoa para uma determinada função e tem dificuldade em fazê-lo. Felizmente nesta escola isso tem sido prática,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata' 035

Reunião de 2013/12/11

Procº _____

Deliberação nº _____

nomeadamente com os cursos que foram ministrados, muito certa esteve na relação com a EMBRAER e a OGMA, e é preciso continuar a reforçar essas práticas.- Relativamente ao número de fogos de habitação social a serem reabilitados pela câmara municipal, de momento não consegue dizer, apenas pode dizer que se vai empenhar em encontrar soluções. Hoje há um bom regulamento em termos do concurso para distribuição de casas sociais, mas julga que poderá haver outras possibilidades para além dele, ou seja, pode haver casas e fogos com pequenas melhorias, feitas, por exemplo, com mão de obra própria. Pode haver pessoas que estejam disponíveis para fazer essas intervenções, e depois encontrar soluções de isenção parcial ou total num determinado período, para que as rendas possam cobrir e incentivar algumas possibilidades de ter mais casas disponíveis, sendo esta uma matéria a estudar no futuro, com todos.-----

Sobre as questões do centro de saúde e os protocolos e contratos estabelecidos com o Ministério da Saúde e a ARS - Administração Regional de Saúde, as contas estão todas saldadas. Poderá existir um remanescente ainda, que tem a ver com aquilo que se fala da revisão de preços da obra. Alguns casos estão referidos no plano, são pequenas verbas que podem estar ainda por resolver, mas o fundamental está resolvido.-----

Em relação à economia social, e num momento tão difícil que se atravessa, se não fossem as instituições de solidariedade social, em parceria com a câmara municipal, juntas de freguesia e a rede social do concelho, a dificuldade para algumas famílias seria bem mais difícil. O trabalho que tem sido feito permite a algumas famílias terem o mínimo de dignidade para poderem resolver os problemas mais básicos da sua vida, e por isso a câmara municipal reconhece este trabalho com as IPSS, e irá continuar apoiar e a incentivar.-----

Relativamente à política desportiva mais ambiciosa de apoio aos clubes, a câmara municipal manteve os apoios de 2013, o que não quer dizer que numa situação ou outra de exceção não se possam encontrar outras soluções de clubes que estejam em maior dificuldade. De qualquer modo, a política desportiva da câmara municipal deve assentar sobretudo naquilo que lhe parece fundamental, que é a formação, possibilitando aos jovens a prática desportiva em boas condições. Outros projetos, a outro nível, não são com a câmara municipal, são os clubes que



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 036

Reunião de 2013/12/11

Procº _____

Deliberação nº _____

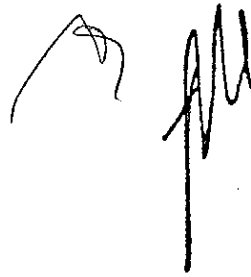
os têm de definir. Se querem ir num determinado sentido, que avancem, mas não podem estar à espera que a autarquia os possa acompanhar nesses projetos. Assim, quando entram nesses projetos têm de perceber se efetivamente têm ou não condições para o efeito. O entendimento da câmara municipal é que se deve apoiar uma política ligada única e exclusivamente à formação, promovendo o desporto à juventude, e nunca em outros âmbitos que não sejam estes. -----

Quanto ao balcão único, é uma matéria em que se está a trabalhar para avançar o mais depressa possível. Tem uma ressalva, tendo em conta o que foi dito pelo Sr. Vereador Aurélio Marques, sobre a questão da centralização dos serviços num edifício único. É uma matéria sobre a qual se tem de debruçar, para perceber se a operação financeira apresentada é ou não sustentável. Esta matéria tem que ser decidida rapidamente, num sentido ou noutro. Se sim, avança-se na centralização dos serviços. Se não, têm que se encontrar outras soluções de, pelo menos, concentrar serviços noutros espaços que não sejam tão dispersos como hoje são, melhorando esses mesmos espaços. -----

Efetivamente, o balcão único deveria preferencialmente ser no local onde se vão centralizar os serviços, e se não se vão centralizar, e é uma decisão que se terá de tomar no primeiro trimestre de 2014, vai ter que se encontrar rapidamente um local para a instalação do balcão único, que é uma intenção deste plano. -----

Concluiu, dizendo que foram muitas as matérias e que naturalmente era difícil dar resposta a todas, abrindo seguidamente mais um espaço de debate, para depois se passar à votação. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que foi afirmado pelo Sr. Presidente que a proposta do orçamento e plano caracteriza-se por duas marcas que no entendimento do PS são constantes, que é um plano equilibrado e um plano rigoroso. Como é que os membros da CDU podem encarar o rigor e o equilíbrio na opção proposta pelo PS, quando não encontraram nenhum investimento digno desse registo para além do cenário de 2014? Por outro lado, como é que podem encarar com seriedade o projeto de desenvolvimento do PS para o concelho de Vila Franca de Xira, quando as grandes necessidades do concelho, colocadas também pelos próprios, continuam a não ter qualquer tipo de tradução do ponto de vista dos investimentos e dos recursos que são necessários? -----



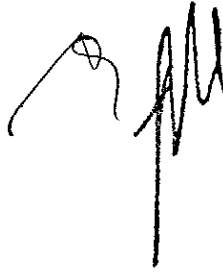
Entendem que seguramente não foi por causa da baixa das receitas do IMI, porque, tal como disseram aquando da apresentação de propostas de taxas mínimas, tinham a consciência que não poriam a câmara municipal numa situação de dificuldade financeira, antes, comprometiam-se, do ponto de vista político, com as famílias do concelho de Vila Franca de Xira, para um alívio em relação à situação difícil em que a generalidade se encontra. A prova disso mesmo é que o valor da receita para IMI mantém-se inalterável, provando que a versão e justificação da CDU, uma vez mais, se provam como coerentes, sérias e plenamente adequadas em função do contexto difícil que se vive. -----

O Sr. Presidente disse, e repete um discurso do Partido Socialista sobre esta matéria, que os fundos comunitários resolveram muitos problemas no concelho. É verdade, resolveram problemas dos investidores imobiliários, o que pode concretizar de uma forma simples, pois parece que não se está a viver no mesmo concelho. -----

É ou não verdade que os fundos comunitários para a requalificação da zona sul do concelho tiveram como condição prévia a aprovação de urbanização na zona ribeirinha da Póvoa? Consideram que não é necessário dar resposta, pois sabem que foi obrigatória essa aprovação, são 660 fogos numa zona que poderia ter tido uma outra aptidão, e sempre defenderam que deveria ser a expansão natural das atividades económicas, mas o Partido Socialista, com o apoio do PSD, foi pelo caminho mais fácil. Cedeu à chantagem imobiliária e, pior do que isso, investiu, com recurso a fundos comunitários, em terrenos privados. -----

Assim, quando se chegar à avaliação do relatório e contas, estarão presentes para perceber se os vários milhões de euros investidos em terrenos privados da Teixeira Duarte se reverterão no património mobilizado do município, e se houve aproveitamento direto para o investimento privado ou se antes houve um benefício direto para o investimento no concelho de Vila Franca de Xira. -----

Considera que se pode falar de fundos comunitários, e podem falar de muitos, por exemplo do PROQUAL, na freguesia de Alverca do Ribatejo, em que se gastou o que se gastou e não se resolveu o principal problema, que era o da mobilidade e dos transportes. Certamente que o Partido Socialista dirá que não teve tempo para fazer tudo, mas teve tempo. Teve mais de 8 anos ao seu dispor para investir



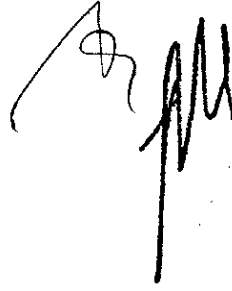
naquele que era o principal problema do Bom Sucesso, que continua sem solução. - Ao falar de fundos de investimento com recurso à comunidade europeia, para tratar de problemas, podem recordar o ecobairros e a Póvoa Central, porque também nesses casos o dinheiro público está a servir para alavancar investimentos imobiliários, com a alteração que os Srs. Vereadores aprovaram da 2ª fase do loteamento da Quinta Municipal da Piedade. Pior do que isso, reduziram áreas públicas, fizeram uma alteração às áreas inicialmente destinadas para outros fins, e aumentaram, com essa alteração ao loteamento, mais área de construção, ao mesmo tempo que ignoraram os créditos devidos ao município, no valor de mais de 2 milhões de euros, por conta da situação de ruína e falência dos protocolos de José Maria Duarte Júnior, com grave prejuízo para o interesse público e para as finanças da câmara municipal.-----

Desta forma, quando os membros da CDU dizem que os fundos comunitários não resolveram os problemas do município, antes resolveram os problemas dos especuladores imobiliários, estas são as provas, e não têm dúvidas desta afirmação. Enquanto é tempo, sugerem ao Partido Socialista que opte por outras opções, sob pena de no novo ciclo de investimentos comunitários se continuar a resolver todo o tipo de problema, com exceção dos problemas no concelho.-----

Também poderia falar das ETAR e dos protocolos urbanísticos, porque é importante recordar que há duas ETAR por pagar. Não sabem se se tem que pagar só o terreno, ou se tem que se pagar a infraestrutura, mas o que sabem é que no concelho há duas estações de tratamentos de águas residuais que são de propriedade privada, porque o município, uma vez mais, alavancou esses investimentos baseado num compromisso não sufragado pela anterior câmara municipal, baseado numa expectativa imobiliária.-----

Pensa não ser preciso falar mais sobre o assunto, porque infelizmente dói-lhes muito a alma, percebendo que foi com este tipo de decisão que se comprometeu seriamente o desenvolvimento sustentável do concelho.-----

O Sr. Presidente afirmou que quer encerrar o processo das AUGI, e percebem, porque se é para fazer da mesma maneira como fez com as AUGI de Arcena, é resolvido num momento para o outro, ou seja, a câmara municipal deixa de fazer o seu processo de financiamento das infraestruturas. "Paguem os proprietários e as



AUGI estão resolvidas”, esta é a tese do Partido Socialista, não é a tese defendida pelas associações de comproprietários, nem é a defendida pela CDU.-----

Concluiu, mencionando que o Sr. Presidente abordou a questão dos terrenos que estão sem utilização aparente, como o caso da Previdente ou da Escola da Armada, e a CDU poderia acrescentar outros, mas pergunta de quem é a culpa, questionando se a câmara municipal não sabe que pode fazer planos de pormenor e unidades operativas. Não pode impor mecanismos nesse sentido?-----

Considera que isso é não ficar refém dos interesses económicos, pois foi por causa disso que há quatro áreas, só na zona sul do concelho, que estão neste momento devolutas e sem qualquer tipo de utilização, porque o PS, por opção, decidiu só licenciar centros comerciais no concelho.-----

Terminou, dizendo que o Partido Socialista não tem qualquer tipo de sensibilidade política para o grave problema que assola o concelho de Vila Franca de Xira, que é neste momento o desemprego e a precariedade.-----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, mencionando que o Sr. Presidente tem dificuldades, ou entende que não deve falar do passado, que se deve falar do presente, mas os membros da CDU gostam de falar no passado, e no seu passado, enquanto força política que geriu os destinos do concelho em 20 anos. Orgulham-se bastante dele, e aliás teve a colaboração do Sr. Presidente, enquanto vereador com competências delegadas à altura.-----

Podem falar perfeitamente desse passado que os orgulha, de um passado onde tiveram de resolver problemas de infraestruturas e saneamento básico, da massificação do ensino, e conseguiram resolvê-los. De facto o crescimento demográfico à época não era aquilo que se tem hoje, e conseguiram resolvê-los.----

Podem também falar com muito orgulho da recuperação e aquisição de um património que é considerado de tão elevado interesse que é um museu, o barco varino, que o PS agora, pelos vistos, de uma forma que certamente não o orgulha, quer, na ordem do dia, dar-lhe um destino que não foi o que a CDU previu quando o adquiriu.-----

Poderiam também falar de coisas tão interessantes como uma carta de árvores de interesse municipal. De facto era um passado que os deixa bastante orgulhosos de defenderem a cor política que estão a defender.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata` 040

Reunião de 2013/12/11

Procº _____

Deliberação nº _____

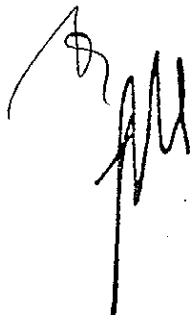
Falou o Sr. Presidente que o Partido Socialista, tal como as outras forças políticas, foram a eleições há bem pouco tempo, e todos apresentaram o seu programa eleitoral, que teve os votos de confiança dos eleitores do município, pois muito bem, o Partido Socialista que cumpra esse programa para o qual se apresentou, que teve, de facto, a maioria dos votos no município, e irá ver que certamente algumas das propostas da CDU eram também propostas do PS, e convinha que não se esquecesse. -----

A recuperação do parque escolar era uma delas, mas questiona como é que se vai recuperar o parque escolar com 50 000,00€ de verbas previstas no orçamento do executivo. Como é que se vai recuperar o parque habitacional, que é pelos vistos uma preocupação do Partido Socialista, quando estão lá 50 000,00€ para a recuperação do parque habitacional municipal durante o ano 2014? Como é que se vai ter em conta a educação, que era uma prioridade do Partido Socialista, já com Guterres e Sócrates, e pode ver-se os resultados que deram, quando no plano plurianual de investimentos as verbas que estão são levadas para mais de metade só para a EB 1 do Sobralinho? -----

Quando se diz que a carta educativa é precisa, e é urgente que seja feita, quem falou que ia ser feita de forma interna foram os Srs. Vereadores, e afinal enganaram a CDU, os seus vereadores andaram 4 anos do mandato anterior a ser enganados pelo Partido Socialista. Quando falavam da carta educativa, e o PS dizia que eram os serviços da câmara municipal que a estavam a elaborar, afinal não era bem assim. -----

Na sua intervenção anterior não falou, mas o seu camarada, Sr. Vereador Paulo Rodrigues fez o favor de lembrar, da questão das barreiras arquitetónicas. Os membros da CDU gostam muito de falar do passado, de facto, porque há coisas que convém lembrar, ou seja, no mandato anterior o PS apresentou uma projeção, um "PowerPoint" muito interessante sobre a eliminação das barreiras arquitetónicas, mas "a montanha pariu um rato", pois afinal só se eliminam as barreiras arquitetónicas no sítio para onde há fundos comunitários, como foi o caso dos ecobairros na Póvoa de Santa Iria. -----

Falou-se nas hortas, e elas são muito importantes, mas lembra que foi uma proposta apresentada pela CDU no mandato anterior, que a muito custo o PS votou



favoravelmente. Portanto, quando o Sr. Presidente também disse há pouco que a EB 2,3 tem um passado, volta a dizer que o passado é bem claro, o Partido Socialista e o PSD não quiseram que a escola se construísse. Não fizeram nada para expropriar os terrenos que estavam ao lado, não se sabendo ainda hoje porquê. Deram ordem à Junta de Freguesia de Vialonga para falar com os proprietários, com as pessoas que tinham lá algumas barracas, para saírem, e assim foi feito, mas não fizeram a sua parte. -----

O PSD, na voz do atual Primeiro-Ministro, foi o primeiro a dizer, aquando da visita à escola secundária do Forte da Casa, que não se podiam fazer construções megalómanas quando havia escolas que precisavam muito mais. Assim, hoje uma escola de referência artística no concelho não está minimamente dotada daquilo que é necessário para poder desenvolver as atividades que ali são desenvolvidas, e que são reconhecidas ainda há pouco tempo, através de uma avaliação externa feita à escola. -----

Não há dinheiro, mas houve dinheiro para gastar nas acessibilidades para o hospital, sendo que ainda hoje saiu na comunicação social que as câmaras municipais nem sequer ainda estão a pagar aquilo que era a sua obrigação, tendo sido acordado com o executivo PS que fosse a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira a avançar com o dinheiro, que foram vários milhões, tal como os milhões que se gastaram na plataforma logística, e mais uma vez “a montanha pariu um rato”. - Ainda há 15 dias os membros da CDU falaram dos milhões da Central de Cervejas, e estão à espera de perceber em que ponto de situação está o processo que levou a que o município perdesse quase 4 milhões de euros, que certamente dariam para investir, e muito, na educação, que bem merece. -----

Terminou, reportando-se às parcerias entre as instituições de solidariedade social e a câmara municipal. Estão totalmente de acordo, pois são parceiras fundamentais, porque são elas que reconhecem o terreno e percebem das dificuldades que as famílias estão a sentir. -----

Então, por que razão é que terá de ser a câmara municipal a substituir o papel que o Sr. Presidente disse, e muito bem, que é da responsabilidade ou será muito melhor feito pelas instituições, quando num ponto da ordem do dia se vão atribuir cabazes às famílias carenciadas? Por que razão a câmara municipal, nesta fase,



não faz o que era mais correto, dar a verba às associações e instituições de solidariedade social, para que, como o Sr. Presidente bem disse, sejam os veículos de distribuição, pois são quem melhor conhece a realidade de cada freguesia? ----- Tomou a palavra o Sr. Vereador Aurélio Marques, referindo estar de acordo com o Sr. Presidente, que é difícil, apesar de não humanamente impossível, uma série de questões levantadas pelas bancadas da oposição, principalmente da CDU, mas às vezes também serve para se aproveitar para não responder às questões, embora sejam muitas, como é evidente. Às vezes passa-se por cima daquelas mais inconvenientes, e compreende isso perfeitamente.-----

Também compreende que é um mandato de 4 anos, está-se a discutir o 2014, e está de acordo nalgumas coisas com o Sr. Presidente, pois para si, como alguém diria, o caminho faz-se caminhando, não é tudo hoje. Contudo, e muito rapidamente, além de várias questões e números que apresentou, que são elucidativos sobre os vários objetivos, gostaria de colocar três ou quatro, em que o Sr. Presidente não disse nada, e não sabe se vai dizer. -----

Quanto à requalificação da frente ribeirinha da Vala do Carregado, e sem querer fazer qualquer processo de intenção ao Sr. Presidente, ao seu executivo ou executivo anterior, refere que a Vala do Carregado agora pertence à união das freguesias de Castanheira do Ribatejo e Cachoeiras, e os membros da CDU já levantaram várias vezes essas questões. Não têm a mania da perseguição, mas interrogam-se. Todos sabiam de quem era a freguesia, de quem é agora a união de freguesias, e também sabem de quem era Vialonga, que continua a ser Vialonga. Poderia falar das piscinas e doutras coisas mais, e tem de dizer, “olhos nos olhos”, sem processo de intenção, que “quem não quer ser lobo não lhe veste a pele”, tendo estas duas freguesias sido, em certos equipamentos fulcrais, as mais prejudicadas em detrimento de outras pequenas freguesias. Já falou de piscinas, e não quer agora pôr em causa a sua utilidade. -----

Trata-se da tal carta de equipamentos, e o direcionamento de equipamentos que foi errado, do que já falaram várias vezes. Não quer crer, conhecendo como conhece o Sr. Presidente, e tendo a CDU 4 freguesias em 6, portanto mais 2, que a situação não continue, e que haja uma inversão de situação, que as freguesias da CDU, embora se diga que não, sejam as prejudicadas. Não é mania da perseguição,



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 043

Reunião de 2013/12/11

Procº _____

Deliberação nº _____

e o Sr. Presidente sabe disso, mas questiona por que é que a frente ribeirinha da Vala do Carregado fica para as calendas gregas, tendo qualquer coisinha para 2015.-----

O Sr. Presidente também não falou do túnel de ligação Póvoa/Vialonga, e para quando. Não quer respostas agora, mas quer falar, designadamente da requalificação do espaço público na área do PAM. Quanto ao desporto, o Sr. Presidente falou no observatório, na carta, estando lá o plano do ambiente, mas não falou na carta desportiva e de equipamentos, que ia resolver uma série de situações, apesar de admitir que era muita coisa.-----

Também não falou, e há pontos na ordem do dia onde falarão disso, do restaurante municipal, do disparo das verbas do restaurante. Não tem números de quando a câmara municipal fazia a gestão do refeitório, mas a verba que foi aumentada cerca de 28% tem que se lhe diga, para 252 500,00€, apesar de ser evidente que é um orçamento, e que pode ser alterado. -----

Gostaria de sensibilizar o Sr. Presidente e o seu executivo, no sentido de se fazer uma análise dos custos antes, e agora, com a gestão privada do restaurante, para analisar essa situação. -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que compreende perfeitamente que as questões que são levantadas são muitas, e que não seja minimamente fácil comentar todas ou algumas das que são abordadas, mas há pelo menos algumas que merecem, sem dúvida nenhuma, um comentário. Na intervenção que o próprio fez, o Sr. Presidente respondeu a uma única questão, e gostava de ter a sua opinião e a do Partido Socialista relativamente a duas ou três outras, de que vai voltar a falar. -----

Quanto aos parquímetros, o Sr. Presidente disse que as receitas são o que são, têm vindo a cair. Então, se as receitas têm vindo a cair, e se o executivo do Partido Socialista considera que no ano de 2014 as receitas vão outra vez cair, é curial ou sequer imaginável estar a apontar meio milhão de euros no orçamento para investir em 4 anos na colocação de parquímetros no concelho?-----

Está a falar de meio milhão de euros para parquímetros no concelho, e se as receitas estão a cair, e compreende que estejam a cair, questiona se não deverá este meio milhão de euros ser investido noutras áreas mais prioritárias do que



Fl. Livro _____

Fl. Ata 044

Reunião de 2013/12/11

Procº _____

Deliberação nº _____

aquelas que significará onerar ainda mais as famílias do concelho, nomeadamente os seus automobilistas, e aqueles que visitam o concelho? -----

Depois, o Sr. Presidente não falou rigorosamente nada relativamente às propostas sobre as redes pedonais e cicláveis. Pretende, sim ou não, o concelho apostar, por exemplo, pegando neste meio milhão de euros dos parquímetros, na construção de uma rede pedonal e ciclável no concelho? -----

Quanto à revisão do PAMA, é intenção do Partido Socialista, sim ou não, avançar para a revisão do PAMA? É intenção, sim ou não, do PS, a elaboração da carta desportiva e da carta de equipamentos tão falada? -----

O seu camarada, Sr. Vereador Aurélio Marques, já falou da questão da piscina de Vialonga, dos espaços culturais da Castanheira do Ribatejo e Forte da Casa, que também não são contemplados.-----

Uma outra questão é a do património cultural, em que o Sr. Presidente diz, na sua intervenção, que “muito há para fazer, não se pode é fazer tudo de uma vez”. Está absolutamente de acordo, mas o que não pode compreender é que daquele muito que há para fazer não se faça rigorosamente nada. Deu o exemplo muito concreto da Capela do Sr. Morto, na Póvoa de Santa Iria, que já teve verbas consignadas no orçamento de 2013, mas não foi feito rigorosamente nada. -----

Sabem os membros da CDU que o IPPAR - Instituto Português do Património Arquitetónico, umas vezes veta umas coisas, outras vezes aprova outras, há essas questões todas dos institutos que se atravessam à frente destas situações, que têm de ser vistas, mas não se compreende que não seja feito nada. Está-se a empurrar o problema com a “barriga para a frente”, vai-se empurrando, e depois diz-se que não se pode fazer tudo duma vez. Contudo, não fazer nada é bem mais grave do que não fazer tudo de uma vez. -----

No que diz respeito à mobilidade, o Sr. Presidente disse que não tem condições de resolver as questões das variantes, porque são, nas suas palavras, “investimentos com outras entidades, fortes em termos de valor”, no entanto, houve capacidade para substituir o Estado central na construção de centros de saúde, e de substituir outras entidades na construção de esquadras para a PSP, de substituir outras entidades na construção da plataforma logística Lisboa Norte e dos seus acessos. -- Assim, se houve capacidade para substituir outras entidades que deveriam fazer



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 045

Reunião de 2013/12/11

Procº _____

Deliberação nº _____

estes investimentos e não o fizeram, e depois a câmara municipal foi ressarcida, então a mesma deveria procurar ter a capacidade de avançar para certas obras, como são as questões da mobilidade das variantes, e, se calhar, ser também ressarcida pelas entidades que as deveriam fazer e não o estão.-----

Interveio o Sr. Vereador Vitor Silva, dizendo que há pouco não referiu, mas gostava de perguntar ao Sr. Presidente se já há algum destino a dar à biblioteca atual, quando a outra for inaugurada. Sobre a nova biblioteca, gostaria de saber se está a ser cumprido o programa ou implantação nos pisos daquilo que inicialmente estava previsto, ou se está a haver alguma alteração. Pensa que seria importante, quando for oportuno, que os vereadores façam uma visita à obra, para se identificarem melhor com a futura realidade. -----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, deixando duas ou três notas, uma das quais dizer ao Sr. Vereador Aurélio Marques que até é ofensivo estar a dizer que há juízos de valor e de intenções relativamente aos investimentos que são feitos numa determinada freguesia ou noutra. Não é verdade, e pode dizer que com as anteriores funções que teve na câmara municipal sempre teve as melhores relações profissionais e estratégicas com todos os Srs. Presidentes de junta. -----

Também comenta factos, e por isso, como esteve no terreno a trabalhar com todos os presidentes de junta, e como conseguiu, no âmbito das suas funções, estabelecer parcerias e compromissos com todos, nomeadamente Castanheira do Ribatejo e Vialonga, e com vários presidentes em vários mandatos, pode dizer que sempre foi possível de facto estabelecer as plataformas de entendimento e trabalho que foram sempre possíveis fazer. -----

Por isso, "olhos nos olhos", como o Sr. Vereador Aurélio Marques referiu, o que diz é que, efetivamente, o equilíbrio de disponibilização do trabalho e dos investimentos que se têm à disposição são equitativos, como se procurou sempre ser. -----

Pede ao Sr. Vereador Aurélio que acredite naquilo que diz, e que esse desconforto e manifestação que colocou se possa desvanecer, porque a única coisa que se fez foi priorizar intervenções, pois quando se está a olhar para o território olha-se no seu todo, sem perder de vista, obviamente, os equilíbrios de equidade que se devem ter, sendo só esta a nota que queria dar. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 046

Reunião de 2013/12/11

Procº _____

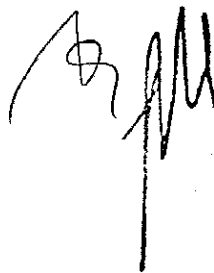
Deliberação nº _____

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira é, como se sabe, dos municípios que no país apresenta um maior equilíbrio financeiro e uma gestão financeira mais rigorosa, o que, só por si, sobre uma parte importante dos documentos da sua vida coletiva, exigiria ou justificaria uma atitude diferente de abordagem por parte da oposição.-----

De qualquer das formas, não houve, apesar de se estar num novo mandato, e se calhar pelos protagonistas serem praticamente os mesmos, não houve uma alteração substancial da abordagem a estes documentos. Diria que há, e as duas últimas intervenções vieram reforçar as primeiras que foram feitas, e nisso não são diferentes de anos anteriores, duas críticas fundamentais e importantes ao Partido Socialista, porque o criticam por ter feito e por ir fazer. Esta perspetiva permanentemente transformadora que o Partido Socialista tem na gestão municipal tem aprovado, ao longo destes 16 anos, e continuará a aprovar ao longo do ano que vem, e é assim que entende estas críticas trazidas agora de repente para cima da mesa por parte dos Srs. Vereadores da CDU. -----

A proposta de orçamento que o Partido Socialista apresenta e apresentou às oposições é solidária, responsável e ambiciosa. É solidária na receita e solidária na despesa. É solidária na receita, porque reduz mais uma vez aos mínimos da Área Metropolitana de Lisboa o esforço em termos de impostos, quer para as famílias, quer sobretudo para as empresas, com uma bonificação ainda suplementar para os territórios combatendo a desertificação. É também solidária na área da despesa e do investimento, porque faz um enfoque muito especial nos serviços de apoio à família, na oferta dos manuais escolares, nas refeições e reforço alimentar nas escolas, e um apoio muito forte e sério à rede social, às famílias carenciadas, às IPSS, ao movimento associativo e também às juntas de freguesias. Por isso, é um orçamento solidário. -----

É também um orçamento responsável, que segue a linha do que têm sido os orçamentos do Partido Socialista ao longo dos anos, ao contrário do que se faz em muitos municípios do país, e ao contrário do que era tradição no concelho de Vila Franca de Xira, até o PS tomar conta da gestão do município. Como se sabe, o orçamento não empola receitas e não mascara previsões de despesa, e é por isso um orçamento responsável e realista, não deixando ainda assim de ser um



orçamento ambicioso.-----

É ambicioso porque acredita nas pessoas, nos parceiros locais, nas IPSS, nas associações de pais, nas coletividades que são apoiadas mais do que com subsídios para o seu funcionamento, pois são convidadas a participar diretamente no encontrar de soluções para as famílias e comunidade, o que tem garantido não só a subsistência e valorização dos parceiros locais, das IPSS e coletividades, mas sobretudo tem garantido empregos e estabilidade para as famílias de Vila Franca de Xira.-----

É um orçamento que acredita e acrescenta futuro ao concelho, porque procura facilitar o investimento por parte dos investidores das empresas que procuram o território, porque procura modernizar os serviços municipais para que deem maior apoio ao cidadão e à cidade, e porque aposta na educação. -----

Pretende-se alargar e continuar a alargar a rede escolar, melhorar os serviços e concretizar a escola a tempo inteiro. Por isso mesmo o grosso do investimento dirige-se para esta área. Não é sem estratégia que se vai iniciar o ano 2014 construindo a nova escola básica do Sobralinho, e não é sem estratégia que se concentram os esforços na preparação do projeto da escola nº 2 de Vialonga, exatamente para acabar com os horários duplos. Esse é um compromisso que de ano para ano é concretizado, e de ano para ano se procura atingir o objetivo, não tem dúvidas que o ano 2014, apesar da crise e da incerteza, será um ano importante para a área da educação.-----

É também um orçamento que aprofunda novos mecanismos de participação pública e investe na participação cívica, e por isso é que projetos como a Universidade Sénior, a formação em todas as idades, o voluntariado e o orçamento participativo continuam a ter lugar no orçamento municipal. -----

É também um orçamento que acrescenta maior qualidade ambiental e mais sustentabilidade ao concelho, e por isso é que se continuam a fazer crescer os espaços verdes, se apostam em projetos de participação comunitária como as hortas urbanas, se quer uma margem ribeirinha mais qualificada, e se querem retirar as coberturas de amianto das escolas. -----

Mas é também um orçamento em que se quer fazer, continuar a fazer melhor cidade, e por isso é que está em curso um plano para a requalificação urbana de



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 048

Reunião de 2013/12/11

Procº _____

Deliberação nº _____

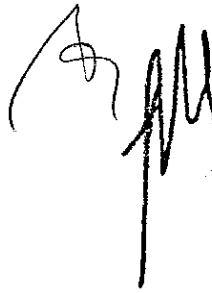
todo o concelho, para a dinamização dos centros históricos, para a reabilitação do tecido urbano antigo e criar uma nova relação das pessoas com o espaço público e da cidade com o seu espaço público. Por isso se quer também continuar a regularizar as AUGI do concelho. -----

Prosseguiu, dizendo, quanto a esta questão do ordenamento do território, que convirá trazer para cima da mesa duas questões que são para o PS absolutamente fundamentais e não se concretizam apenas neste plano, mas têm a ver com uma postura completamente diferente do PS face à realidade que se vivia antes. Herdou-se um PDM, como se sabe, com uma pressão urbanística e habitacional imensa, com uma fome construtiva que ia até às margens do rio, com planos de ordenamento do território e protocolos assinados à última da hora quando já se preparava para arrumar dossiers, que comprometiam o território até às margens do Tejo. Ora, foi um compromisso, trabalho e convicção do PS garantir uma redução da pressão habitacional e construtiva na revisão do PDM, e foi um compromisso do PS aumentar o conjunto de terrenos disponibilizados para a atividade económica com a revisão do PDM, e foi compromisso do PS aumentar o número de área de terreno entregue para razões e proteção ambiental, nomeadamente através da rede ecológica municipal. -----

Toda essa alteração profunda de menos habitação, menos construção e mais ambiente, mereceu, como se sabe, o voto contra dos vereadores e eleitos da CDU, podendo os mesmos hoje, a este propósito do plano 2014, dizerem o que entendem sobre a matéria, mas a história diz o contrário. -----

Relativamente às AUGI, é conhecida a posição da CDU, e a história da construção das AUGI está intimamente ligada à CDU. Como se sabe, a grande proliferação das AUGI e do desordenamento do território do país, nomeadamente na Área Metropolitana de Lisboa, tanto a norte como a sul, está muito datada nos anos 70 e 80, estando territorialmente também muito bem identificada. -----

Quanto ao Partido Socialista, e à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, estão, relativamente a esse processo, com uma consciência muito tranquila, porque foi com o PS e só com o PS que se foi regularizando este problema, que foi um problema que a administração criou às pessoas, ao permitir que se desordenasse o território desta maneira tão infeliz. Contudo, porque o tempo não para e os



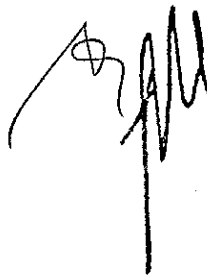
investimentos também não param, é aí que o PS irá continuar a investir, e este plano para 2014 ajuda nesse sentido. -----

Este plano é também uma aposta clara na cultura, porque continuar-se-á a garantir com ele a produção cultural dos parceiros locais e a consolidar o projeto de dinamização cultural do património. Vai-se inaugurar e arrancar com os serviços da Nova Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira, e irá também continuar o alargamento da rede e qualidade das bibliotecas escolares, o que é interessante, porque logo no início de 2014 iniciará o ano com a inauguração de mais uma biblioteca escolar, em Alverca do Ribatejo, com todas as condições para desenvolver esta área da literacia. -----

Mas 2014 é também um ano em que o PS continuará o envolvimento crescente dos parceiros locais na realização e motivação de eventos de carácter regional e nacional, de que a Bienal de Fotografia é bom exemplo. Tem por uma proposta solidária, responsável e ambiciosa, que foi remetida a todas as oposições do município, e veio a ser enriquecida com a única proposta que lhe foi presente, que no caso foi a da Coligação Novo Rumo, que apresentou um conjunto de situações a tempo de poderem ser analisadas e incluídas no plano municipal. -----

Algumas não constam do plano municipal porque não têm uma expressão financeira direta, mas resultam de compromissos que são perfeitamente exequíveis no âmbito das políticas. É isso que se espera das oposições, e naturalmente não foi o que todas as oposições quiseram fazer, e por isso é fácil vir, "fora de tempo", e sem olhar convenientemente para os documentos, dizer um conjunto de generalidades relativamente a pontos dispersos da ação municipal, no sentido de justificar pura e simplesmente uma posição que é conhecida, e que era conhecida quando a CDU estava no poder, e conhecida também quando está na oposição, a de não querer participar, contribuir ou construir, querer apenas manifestar sistematicamente uma posição contrária a qualquer tipo de investimento. Por isso, critica ao PS por ter feito, e continuará a criticar, porque o PS vai continuar a fazer. -----

O Sr. Presidente interveio, mencionando que tem de se concluir a discussão, pelo que dará um tempo reduzido aos Srs. Vereadores Nuno Libório e Ana Lúcia Cardoso, e à Coligação Novo Rumo, caso também queira usar da palavra, passando-se



depois à votação. -----

Interveio a Srª Vereadora Ana Lídia Cardoso, apenas para fazer uma pergunta muito direta ao Sr. Vice-Presidente. Qual é a posição da CDU sobre as AUGI? O Sr. Vice-Presidente diz isso muita vez, que toda a gente sabe qual é a posição da CDU, e a posição que a própria conhece é a de uma realidade dos anos 70, em que houve um movimento migratório muito grande, além do movimento que também teve a ver com a descolonização, que obrigou que, de uma forma muito célere, se tentasse solucionar o problema de défice habitacional desta Área Metropolitana de Lisboa. -----

Quem geria a câmara municipal na altura tinha duas hipóteses: ou punha as pessoas a dormir na rua ao relento, ou deixava que as pessoas, com os seus parques meios, conseguissem resolver de forma temporária ou definitiva o seu problema habitacional. Foi esta a decisão e, no entender da CDU, foi uma boa decisão, decidir pela segunda opção, com os males que advêm, pela falta de ordenamento do território, que foi também uma preocupação da CDU. Por isso tem um PDM desde 1993, e Vila Franca de Xira foi das primeiras câmaras municipais no país a ter um PDM. -----

Podia ter algumas deficiências, é certo, mas foi feito no contexto da época, de crescimento demográfico, e o Sr. Vice-Presidente sabe bem que aquilo que disse é totalmente demagógico, porque aliás, logo após a aprovação do PDM de 1993, a CDU teve a preocupação de rever algumas das posições, porque percebeu desde logo que podia não estar totalmente adaptado à realidade do futuro. Portanto, pede ao Sr. Vice-Presidente para dizer, para todos ficarem a saber, qual é a posição sobre as AUGI. Falar dos tempos em que o PS chegou, em 1997, e dizer-se que a receita estava extrapolada, o que responde é que não havia dívidas, o PS tinha toda a parte mais difícil feita, e é muito fácil depois o resto, que foi o floreado que o PS fez. -----

Falou-se da biblioteca, e questiona se o executivo PS tem a coragem de a assumir como grande obra, quando já se falou numa série de situações que deviam ser a prioridade. -----

Foi dito que quando a CDU está no poder ou na oposição o que quer é criticar e votar contra, mas não, a CDU, quando é poder gosta de trabalhar, não critica, e



vota a favor, e quando foi poder aprovou e concorreu para fundos comunitários, para revitalizar espaços tão necessários como era o Bairro do Olival de Fora. -----

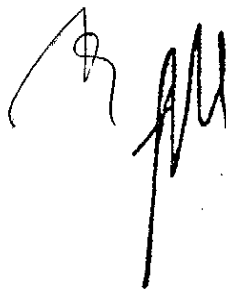
O projeto Viver o Bairro, que os Srs. Vereadores do PS às vezes falam, é da época da CDU, e muito bem. Infelizmente não foi terminado, porque foi uma opção do Partido Socialista deixar meio bairro por pintar, e é só isto. O tempo das “vacas gordas” foi o do PS, o tempo das grandes urbanizações, o tempo em que as pessoas já não tinham necessidade de construir em solos onde não era possível, e foi o PS que conseguiu aproveitar, porque os tempos eram outros. -----

Vai-se ver agora como é que o Partido Socialista gere uma câmara municipal já sem as “vacas gordas”, e a ter de pagar aquilo que fica por pagar, porque há muitos acordos, que também aparecem noutros sítios onde o PS é poder, e quando vierem ao de cima vai-se ver como é que se dá a volta. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, dizendo que a intervenção do Partido Socialista não é responsável e não é reveladora de um conhecimento que tem de ser exato e profundamente honesto, do ponto de vista do que aconteceu no concelho de Vila Franca de Xira. O Sr. Vice-Presidente disse que com o PS se deixou de ter a prática de empolar receitas e mascarar despesas, e pergunta se o Sr. Vice-Presidente ou o Partido Socialista conhecem alguma inspeção das entidades que superintendem a administração pública que tenham posto em causa a legalidade dos órgãos de gestão do município até à presente data. -----

Responde-se com um sim ou um não, e se se responder com um sim, fica admirado, e pensa que toda a câmara municipal ficará surpreendida com essa informação, porque desconhecia-a até então. Se o Sr. Presidente e o PS responderem que não, que de facto não há nenhuma participação ou crítica que objetasse ou concluísse que as contas do município estavam falseadas, é revelador da enorme irresponsabilidade e desnorte do PS, no atual momento de gestão da câmara municipal, mas, como é óbvio, terá que ser o Partido Socialista a responder sobre esta matéria. -----

Sobre o passado, recorda o PS de duas obras que foram estruturantes para o concelho, que continuam a fazer toda a diferença. Foi o primeiro concelho do país a deter uma rede de abastecimento e saneamento a quase 100%, em 1996, e sobre isso não há dúvida absolutamente nenhuma. Foi o segundo concelho, a seguir ao



de Évora, a dotar-se de um plano diretor municipal, que só não foi revisto em 1996 porque o Partido Socialista entendeu que essa revisão poderia ser comparada a uma iniciativa de cariz eleitoralista ou pré-eleitoral, uma vez que se aproximava o ano eleitoral em curso. -----

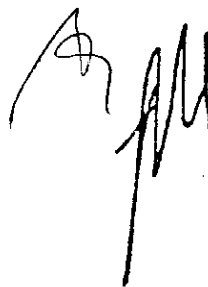
Terminou, recordando que sobre questões do ordenamento do território o Partido Socialista, de facto, tem uma consciência muito pesada, porque agonizou a revisão do plano diretor municipal por quase 10 anos, não porque as suas opções não fossem claras, mas antes porque até o seu próprio partido na administração central não quis aprovar as intenções de urbanização na zona ribeirinha ou na várzea de Vialonga, e foi por causa do seu próprio partido que durante muitos anos impediu a própria revisão do PDM no concelho de Vila Franca de Xira, com todas as consequências dolorosas que daí significaram para o futuro imediato de todos. -----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, dizendo que pensa que todos os munícipes querem, mais do que ouvirem o que foi ou não feito, ou as culpas do que foi atribuído a esta ou àquela força política, é sentir uma nova dinâmica. Está-se no começo de um novo mandato, e querem que essa dinâmica possa contribuir para um desenvolvimento económico importante para o concelho e, em certa medida, compensar estes últimos anos, em que foi um pouco descuidada a parte económica e de desenvolvimento sustentável.-----

Por isso, pensa que o que os munícipes agradecem é a obra que possa ser feita, tudo na dinâmica de proporcionar a criação de emprego e um esforço que tem de ser muito dinâmico, atendendo ao estado em que o país se encontra, nomeadamente este concelho, que tem vindo a perder toda a força e capacidade económica que já teve. -----

Compreendem os membros da Coligação Novo Rumo a pouca ousadia deste orçamento, na medida em que é prudente continuar a manter, em certa medida, o equilíbrio financeiro que foi dogma e princípio. Nesse aspeto defendem e reconhecem o equilíbrio, mas a troco de uma dinâmica económica que seja realmente geradora de emprego. Tem que ser dada outra prioridade e essa prioridade que seja, efetivamente, a captação de novos investimentos, novas empresas, de modo a que qualquer munícipe possa usufruir dessas condições.-----

O Sr. Presidente interveio, sublinhando esta intervenção, pois é isso que todos os



que assistem a esta reunião pretendem saber, mais a mais os que efetivamente são residentes e munícipes do concelho, independentemente desta luta ou discussão política acesa, com argumentos e contra-argumentos, o que é normal e natural, na posição das várias forças políticas, e entende-as naturalmente, sem nenhum drama. Evidentemente que não se revê em muitas das coisas que foram ditas, não as reconhece, mas respeita-as, dizendo ainda que não há nenhum desnorte, o que é bem visível no plano que é apresentado. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, dizendo que irá referir as questões levantadas, uma delas, de importância muito interessante, levantada pela Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, que tem a ver com os dinheiros da Europa, e a grande expectativa que o PS tem relativamente ao próximo quadro comunitário de apoio e às possibilidades ou capacidades que isso possa dar ao município para realizar futuros investimentos. -----

Nesse caso, a tradição que entretanto o PS também foi desenvolvendo, desde a altura em que começou a candidatar-se de forma sistemática aos quadros comunitários de apoio, nomeadamente com o Bairro do Olival de Fora, com candidaturas articuladas ao segundo quadro comunitário de apoio, será com certeza um futuro que quer também para o município de Vila Franca de Xira. -----

De qualquer das maneiras, já cerca de 60% das verbas de investimento previstas neste orçamento, porque não se sabe como será o próximo quadro comunitário de apoio, o Governo ainda não tem isso definido com Bruxelas, são já asseguradas por receitas próprias do município, o que dá também conta de uma realidade diferente com que os municípios também têm de conviver. O PS está preparado para isso, embora também esteja preparado, simultaneamente, para ir buscar todas as receitas que possa à União Europeia. -----

Quanto às AUGI, devolve com uma pergunta, que também não precisa de resposta neste momento, mas que marca a diferença de atuação: Quantas AUGI foram regularizadas nos tempos em que a CDU tinha a presidência da câmara municipal, e quantas são as que foram regularizadas com o Partido Socialista na presidência da câmara municipal? Esta pergunta é, como é evidente, de retórica. -----

Quanto à última questão, que tinha a ver com a parte orçamental, basta analisar a percentagem de execução dos planos e orçamentos antes do Partido Socialista



Reunião de 2013/12/11

Deliberação nº

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, aprovar o orçamento municipal para 2014 e as grandes opções do plano para o quadriênio 2014/2017.-----



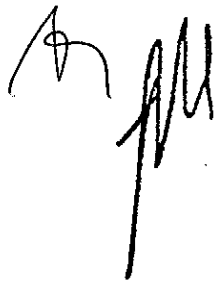
Reunião de 2013/12/11

Deliberação nº _____

Pelas 12h35, após a discussão e votação do ponto 2 da ordem do dia, o Sr. Presidente deu a palavra ao público presente, prosseguindo posteriormente com a análise e discussão dos restantes pontos da ordem do dia. -----

[illegible]

CAPÍTULO: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

PASSAGEM DE NÍVEL NO CASAL DO GINGUELHO – ALVERCA DO RIBATEJO -----

Interveio o município, Sr. Nelson Martins, referindo que gostaria de saber se alguém sabe onde se localiza o Casal do Ginguelho, em Alverca do Ribatejo, que pertence neste momento ao concelho, mas não parece, e há mais de 50 anos que existe. -----

A anterior presidente da câmara esteve lá, viu a condição das casas e a passagem de nível, sendo que as pessoas, para passarem para casa têm de passar por cima da linha do comboio, e já faleceram algumas. -----

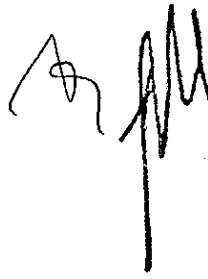
Estudou na escola onde decorre hoje a reunião até aos 20 anos, e desde os 6 anos de idade que para ir para lá tinha de ir pela linha do comboio, sem segurança nenhuma. Quando vinha o comboio tinha que se desviar, não havia condições, nem nunca houve, e pelo que lhe está a parecer nunca irá haver condições para tal. -----

Há cerca de 13 anos a CP vedou a passagem de nível com guarda, e há cerca de 5 anos negou aos moradores a passagem de nível, retirando as sulipas, em que as pessoas passavam por cima da linha, estando neste momento um pedido na câmara municipal. Dizem-lhes que têm uma passagem por uma propriedade privada, e que até não podem passar, mas a câmara municipal fez uma passagem no caminho, só que têm de andar cerca de 600 a 700 metros a pé, e no verão, pois basta chover para não se conseguir passar. -----

A população está isolada, os bombeiros não conseguem ter acesso, e são 7 as moradias que lá estão, sem saneamento básico, eletricidade e água canalizada, ficando a única fonte de água potável a 2 km da área onde os moradores residem, e não há solução. -----

Neste momento, assim que houver pluviosidade maior as casas, pura e simplesmente, vão cair, pois estão todas rachadas, tendo o próprio na sua posse vários vídeos onde se consegue comprovar o que diz, e que poderá mostrar, para se ver a situação precária que já se arrasta desde 1988. -----

A CDU esteve muito a tomar conta da situação, mas nunca fez nada, como o PS, a partir de 1996, que também nunca fez nada, e parece-lhe que ninguém quer resolver a situação, só mesmo quando houver uma calamidade pública, em que aquilo vai ao chão, e as pessoas que lá vivem faleçam. Aí sim podem “levantar a bandeirola” e dizer que tiveram pena, mas aconteceu.-----



O senhorio neste momento aumentou a renda, que já se mantinha há mais de 40 anos, sem uma única qualidade de vida para as pessoas que lá estão, e de 13,00€ que se pagava vai-se pagar 150,00€, sem ter água, luz ou saneamento básico. -----
A passagem de nível todos os dias é uma aventura, porque fica no meio de duas curvas, passa o Intercidades, e as pessoas estão sempre sujeitas a irem a passar a linha e serem colhidas por um comboio. -----

Ninguém se quer importar com esse tipo de situações, está assim desde 1988, e neste sentido vem pedir ajuda ao novo presidente da câmara municipal, a ver se consegue ter “mão”, e dar uma solução às casas e pessoas que ali vivem, sendo nesta altura o único bairro existente de pescadores de Alverca, e nunca se falou dos pescadores de Alverca. -----

Sempre se falou nos pescadores da Póvoa e de Alhandra, mas Alverca, pelos vistos, nunca constou como tendo zona de pescadores, só que sempre teve, há mais de 50 anos, e neste momento ninguém dá solução ao caso. -----

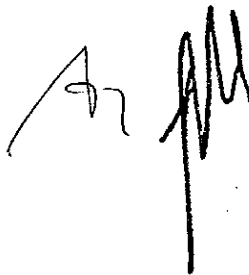
Interveio o Sr. Presidente, referindo que procurará responder àquilo que é o seu conhecimento da situação, e vislumbrar, não diz resolver, ou pelo menos minimizar a situação, que conhece, apesar de não em profundidade, e daquilo que conhece vai procurar dizer o que pensa. -----

Efetivamente sabe onde é o Casal do Gínguelho, que pode não ser muito conhecido, e a primeira vez que ouviu falar, até pelo próprio nome, que era estranho, também não sabia onde era, mas mais tarde foi lá. -----

O que se fez foi pressão sobre a REFER no sentido de encontrar uma solução, e também se considerou que aquela solução só se resolveria com a atitude que a REFER deveria ter, pois quando fecha uma passagem de nível tem de encontrar soluções para as pessoas. -----

Não só não encontrou para ali, como não encontrou ainda para a passagem de nível mais abaixo, mais a norte, na zona da Argibay. Está a funcionar, mas efetivamente deveria ter outra solução, que era uma passagem superior em termos pedonais e rodoviários, porque é assim que uma alternativa a uma passagem de nível se faz. -----

É evidente que os investimentos para uma situação destas não são simples, houve várias reuniões com a REFER, e no âmbito de um loteamento industrial que é



denominado por Arco Central aquela passagem superior iria ser realizada, em parceria com esse urbanizador, e também com a REFER. Como se sabe, neste momento as questões económicas do país são as que são, e esse processo está estagnado, suspenso, e também suspensa está a necessidade futura e definitiva de uma passagem superior pedonal e rodoviária. -----

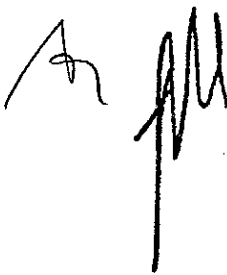
A câmara municipal, o que fez, e vai procurar manter, é melhorar o espaço entre a passagem de nível da Argibay e o Casal do Ginguelho.-----

O munícipe colocou outras questões, e confessa que a esta, da passagem de nível, não sabe dar uma resposta, pois também não está no âmbito da câmara municipal. O que estará no seu âmbito é verificar em que condições se lá pode ter iluminação, pois é competência da câmara municipal a iluminação pública, competindo a outra ao proprietário. Compete-lhe também a verificação da forma como se poderá evoluir com o saneamento e o abastecimento de água.-----

O que pode dizer é que, sobre três questões, iluminação pública, abastecimento de água e saneamento, vai-se tentar resolver, bem como manter o caminho minimamente aceitável para as pessoas o cruzarem, sendo que a última vez que lá foi praticamente não havia caminho, eram só as canas que invadiam todo o caminho, e mais tarde fez-se essa limpeza. Não sabe como está agora, porque não vai lá há muito tempo, mas irá procurar ver, juntamente com o Sr. Presidente da junta, como se podem melhorar as questões.-----

O Casal do Ginguelho era um antigo bairro da fábrica que existia em frente, a fábrica já não está em laboração há muitos anos, e inclusivamente a passagem de nível foi criada para permitir aos trabalhadores daquela empresa que se deslocassem para as habitações que havia em frente. A empresa já não está em atividade há muitos anos, o bairro lá se mantém, provavelmente só com uma ou outra pessoa originária que era trabalhadora da empresa, sendo hoje ocupado por outras pessoas que entretanto foram para lá residir.-----

Irá ao local com o Sr. Presidente da junta, tendo até uma visita programada no dia 17 de dezembro, e por isso vão lá, aqueles que não conhecem, e o próprio, para reavivar a memória e ver o espaço. Os moradores não estão esquecidos, apesar de aparentemente parecer que sim, mas o munícipe fez bem em vir, porque é sempre importante assinalar o problema, que está mais grave do que estava. -----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

OBRAS NA ESCOLA SECUNDÁRIA GAGO COUTINHO – ALVERCA DO RIBATEJO-----

Interveio o munícipe, Sr. Sérgio Amorim, referindo ser diretor da Escola Secundária Gago Coutinho, e dizendo que no início desta reunião falou-se um pouco das obras da Parque Escolar, pelo que gostaria de fazer um ponto da situação, porque lhe parece que é preocupante, e era urgente haver uma solução.-----

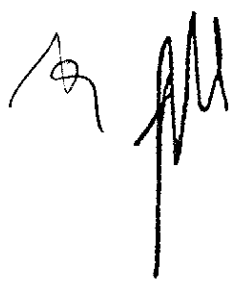
A informação que tem é que as obras estão suspensas por tempo indeterminado, e não se sabe se irão ter alguma evolução durante o ano de 2014, mas julga que pelo orçamento que existe para a Parque Escolar isso não vai acontecer.-----

A questão da suspensão das obras está a criar algumas dificuldades na escola, tendo uma a ver com o acesso ao espaço exterior, que está vedado, o que se pode ver pelos taipais que lá estão colocados. Não é só uma questão de faltar recreio ou ter menos espaço para recreio, era um espaço exterior utilizado para a prática da educação física, que está muito dificultado, não só na prática, mas, depois, na construção dos próprios horários, para se poder fazer educação física. Há alguns tempos letivos vedados por causa da alimentação, considerando o intervalo que os alunos têm de ter para fazer a digestão, e isso cria muitas dificuldades na construção dos horários.-----

Um segundo aspeto fundamental tem a ver com a segurança. Há 15 dias, em função do plano de segurança que se está a estabelecer na escola, estiveram na escola os representantes dos bombeiros, esteve-se a verificar a situação, e tanto o bloco onde hoje decorre a reunião como o bloco ao lado não têm saída de emergência. A saída de emergência era nas traseiras, que estão bloqueadas pela suspensão das obras, existindo pois uma situação complicada e potencialmente perigosa, na eventualidade de suceder algum problema na saída principal.-----

Já se colocou a situação à DGEstE, vieram dois técnicos, que disseram que era uma questão da Parque Escolar, porque foi a empresa que fez esta intervenção, e então agora coloca-se à Parque Escolar, com conhecimento ao Sr. Ministro da Educação, para tentar ver se há uma solução, pois é algo que pode correr mal e é potencialmente perigoso.-----

Um terceiro aspeto é o de degradação e abandono que é dado ao exterior, quando se veem os ferros todos à mostra há mais de 1 ano ou ano e meio, que será mais 1



ou 2 anos. É uma situação que para si, especialmente, que é um defensor da escola pública, cria uma péssima imagem da escola pública, que é aquela que todos, na sua opinião, deverão defender. -----

Chama pois à atenção de todos os presentes e Srs. Vereadores, para se tentar dar uma solução, e não ser só um conjunto de intenções e ideias. Todos se preocupam muito, mas às vezes há prioridades, e estas também são prioridades, eventualmente políticas, que se deviam ter em atenção, para dar uma solução.-----

Lembra que a decisão de fazer obras não foi da escola, foi da anterior DREL, e que a construção que foi feita foi uma opção da Parque Escolar, também não foi da escola, sendo que, pelo custo da obra e de um conjunto de situações, e por não se encarar muito bem as obras da Parque Escolar, a escola está a ser vítima de uma situação que não criou, mas é ela que está a pagar a fatura. -----

Terminou, dizendo que pretendeu apenas chamar à atenção para este assunto. ----

Tomou a palavra a munícipe, Srª Maria José Leite, na qualidade de representante da associação de pais da Escola Secundária Gago Coutinho, dizendo que fará uma pequena intervenção em nome da associação de pais, que vai um pouco no seguimento do que o diretor da escola apresentou, e que tem a ver com a preocupação da associação relativamente à imobilidade e interrupção das obras que foram iniciadas e terminadas abruptamente, ou interrompidas, em 2011. -----

Pede desculpa por repetir algo que já se disse, mas pensa que os dados que constam de uma moção que vai apresentar e ler, de acordo com o documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, dão algumas mais informações. -----

Interveio o Sr. Presidente, mencionando que os munícipes colocaram uma série de questões que são preocupações da câmara municipal, e pode dizer que a autarquia enviou a todos os grupos parlamentares uma exposição relativamente àquilo que está a acontecer na escola, e recebeu ontem a resposta de um dos grupos parlamentares, que foi o Bloco de Esquerda, dizendo que já colocou algumas perguntas ao Ministério da Educação, ou seja, se conhece o problema, o que é uma ironia, pois naturalmente que conhece, e o que pretende fazer. Foram três perguntas, e não se recorda bem da última, mas vem na mesma sequência. -----

Por isso, está convicto de que todos os grupos parlamentares, sem exceção, se vão



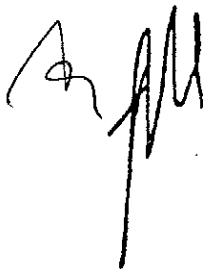
preocupar com a questão. Só recebeu ainda esta resposta mas está convicto que a câmara municipal vai receber mais, e estas pressões hão de dar em alguma coisa, têm que dar de certeza em alguma coisa. -----

Quando a DGEstE diz que não é consigo, é com a Parque Escolar, é um absurdo, porque se sabe exatamente que a empresa da obra, inclusivamente, fruto de ter avançado com a mesma, está em francas dificuldades financeiras, e existe já uma ação em tribunal contra o próprio Estado, neste caso contra a Parque Escolar. Assim, espera que o ano de 2014 traga algo que possa ter soluções palpáveis, para que esta situação lamentável não continue.-----

Os munícipes fizeram bem em estar hoje presentes, e o próprio não marcou a reunião ainda porque estava programado realizar a reunião de câmara nesta escola, e era a oportunidade de publicamente poder salientar as preocupações que a associação de pais e a própria escola, através do seu diretor, também manifestaram. -----

Certamente que se marcará a reunião, é só uma questão de se marcar quando terminar a reunião, mas mais que isso é fazerem-se as iniciativas e aprofundar as que já se fizeram. Com esta pressão naturalmente que o Ministério da Educação não ficará de certeza absoluta indiferente, tanto mais que o Sr. Ministro conhece o problema, bem como o diretor da DGEstE, e ainda ontem mesmo esteve numa iniciativa em Vila Franca de Xira, em que o diretor e o próprio Sr. Ministro estiveram, e teve ocasião de falar com o diretor, no sentido de se marcar uma reunião onde uma das matérias é a desta escola. Não será só a Gago Coutinho, mas um dos problemas mais complicados é efetivamente o desta escola. -----

-----



Assunto: PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO -----

LOTE 1 DO BAIRRO DOS AVIEIROS DE ALHANDRA -----

Interveio o munícipe, Sr. João Mendes, referindo que se considera proprietário do lote 1, no Bairro dos Pescadores, em Alhandra, lote que lhe foi atribuído em 1996, quase há 20 anos, e durante esses 20 anos, de 1996 a 2003, foi chamado para fazer a respetiva escritura, que está em seu nome. -----

Da data da atribuição, 1996, até à data da escritura, passaram 6 anos, e passados mais 2 ou 3 anos chamaram-no, tendo sido convocado para ir levantar projetos de eletricidade, e passados mais 2 anos foi chamado para levantar projetos de segurança e saúde, o que fez. -----

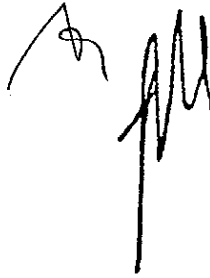
A situação arrastou-se praticamente em 20 anos, mas nunca foi chamado para ir levantar a licença de construção, e pensa que qualquer pessoa sabe que para se construir algo tem de se ter uma licença de construção. Assim, podia fazer como muito português faz, construir ilegalmente, pois ao construir sem licença de construção está a construir ilegalmente. -----

Ao longo destes quase 20 anos, além de escritura, registos, cartórios e de 25,00€ anuais de cânone superficiário, que foi pagando, se alguém estava a ser prejudicado foi o próprio, mas agora foi informado que a câmara municipal quer expropriá-lo do respetivo lote, porque não paga os últimos 6 anos de cânone superficiário. -----

Não se considera nenhum génio, mas também não se pode considerar nenhum "burro com umas palas", e, mal comparado, não vai a um stand comprar um automóvel, não paga, e não fica a confiar na palavra da pessoa, dizendo que daqui a 20 anos lhe será entregue, não estando a pagar nada durante 15 ou 16 anos por algo de que não teve um único usufruto. -----

Entretanto, no meio de tudo, foi pai, casou, e tinha de ter onde viver com a sua esposa na altura, e filho, em 2001. A questão começou em 1996, quando lhe foi atribuído o lote, mas só o chamaram para fazer a escritura em 2002, passados 1 ou 2 anos é que o mandaram levantar os projetos, e mais 1 ou 2 anos passados o chamaram para levantar outros projetos. Contudo, no meio disso, quase 20 anos, nunca foi chamado para lhe entregarem a licença de construção. -----

Provavelmente, com os projetos todos na sua posse, que tinha e tem, poderia



tomar a iniciativa de começar a construir a sua rica casa, mas com a sorte que tem, se calhar ao fim de 1 ou 2 anos, por inveja ou denúncia, aparecia-lhe logo um fiscal a mandar tudo abaixo, porque não tinha a bendita licença de construção. -----

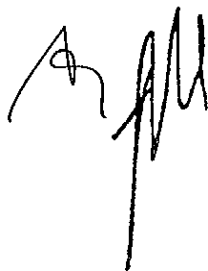
Depois de variadíssimas reuniões na câmara municipal, já com vários vereadores, arquitetos, engenheiros paisagísticos, ninguém lhe soube explicar por que motivo a bendita licença não lhe foi entregue, mas agora é informado que lhe querem retirar o lote, porque não paga os últimos 6 anos de cânone superficiário.-----

Assim, questiona ao Sr. Presidente e aos Srs. Vereadores se no seu perfeito juízo, ou como cidadãos normais, aguentariam a situação, que se arrasta desde 1996, estando-se quase em 2014, a pagar escrituras, cartórios, notários e cânone superficiário durante uma série de anos, e se ao fim de 14 ou 15 anos também não decidiriam dizer “Chega! Basta de estar só a pagar um terreno de que não estou a usufruir, nem a fazer nada”. -----

Em 2001, porque foi pai e casou, teve de fazer um empréstimo bancário, para ter uma casa onde viver com a sua esposa e filho, quando tinha ali um terreno em que seria muito mais fácil fazer uma casa por 10 ou 12 000,00€, na altura, em 1996, em vez de ter ido pedir 80 000,00€ a um banco. -----

Pergunta se agora é de legítimo direito ou justo retirarem-lhe o terreno, por não pagar o cânone superficiário nos últimos 6 anos, depois de todas as despesas que já teve, quando em várias reuniões propôs uma coisa simples e justa no meio de tudo, ou seja, propôs a permuta do terreno, que está legitimamente em seu nome, e pago, tendo consigo a escritura e registos do cartório, só não estando os últimos 6 anos de cânone superficiário, pois chegou a uma altura em que disse, “basta de ser burro, e de estar a pagar algo de que nunca teve usufruto”. -----

Propôs isto à câmara municipal em várias reuniões, uma delas com a Srª Vereadora Conceição Santos, responsável na altura pelo pelouro da habitação, pois há várias casas daquele bairro que supostamente eram dos avieiros. Não tem nada de racista, nem de xenófobo, mas num bairro que era supostamente de avieiros, neste momento há mais casas de famílias de ciganas, que não têm o mínimo cuidado com a sua estima, e que quando as abandonam ficam completamente destruídas por dentro. Não pagam água, e quando não pagam vão lá cortá-la, mas logo nas costas das pessoas ligam os fios ou os tubos, e não pagam rendas, por



muito baixas que sejam. -----

O próprio propôs então à câmara municipal uma permuta do seu terreno por uma casa camarária, consigo a assumir uma renda, e se fosse o caso a restauração da própria casa por dentro, só que a autarquia simplesmente respondeu que não era do seu interesse.-----

Devem então dizer-lhe o que é do interesse camarário, e gostaria que lhe explicassem, se não é uma proposta de um terreno por uma casa, a assumir uma renda, e se calhar o seu restauro, por um caso que se arrasta desde 1996, vai para 20 anos.-----

Se alguém teve despesas e prejuízos foi o próprio, de algo de que nunca usufruiu, e agora, porque não paga há 6 anos, pois resolveu pôr um “basta”, é muito simples, tiram-lhe o terreno. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que pensa que todos já perceberam as preocupações do munícipe, e procurará responder sobre esta matéria, agradecendo ao munícipe por ter vindo, pois é o espaço próprio para conversar sobre algumas dificuldades, sejam elas quais forem.-----

A matéria está num ponto da ordem do dia, e em boa verdade o que é habitual é o público não se poder referir a questões que estão na ordem do dia, mas tendo em vista a particularidade da situação, deixou-o explicar a questão. Contudo, não vai tecer grandes comentários a uma questão que em termos urbanísticos se desenrolou ao longo do tempo, que não conhece em profundidade, e vai pedir esclarecimentos aos serviços. -----

Por isso, vai propor a retirada do ponto para melhor esclarecimento da situação. Não vai dizer que o munícipe tem razão ou deixa de ser, ouviu com toda a atenção, mas há uma matéria, pelo menos em termos urbanísticos, que deve ser melhor aclarada, e por isso se retirará o ponto, para não se tomar nenhuma decisão definitiva.-----

-----

[Handwritten signature]

1. Assunto: EXTINÇÃO DO DIREITO DE SUPERFÍCIE SOBRE O LOTE 1 DO BAIRRO DOS AVIEIROS DE ALHANDRA E REVERSÃO PARA A PROPRIEDADE PLENA DO MUNICÍPIO -
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 293/13, de 20/11, do Notariado Privativo Municipal, para aprovação da extinção do direito de superfície do lote 1 do bairro dos Avieiros de Alhandra, cedido a João Manuel Soares Mendes, e consequente reversão para a propriedade plena do município, bem como posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 293/13, de 20/11, do Notariado Privativo Municipal, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Presidente, dizendo, na sequência da intervenção do munícipe no período de intervenção aberto ao público, que propõe a retirada do ponto da ordem do dia, para melhor esclarecimento. -----
O Sr. Vereador Vítor Silva interveio, referindo que certamente o Sr. Presidente, ao tomar um esclarecimento melhor sobre o assunto, irá introduzi-lo novamente numa outra reunião. Contudo, os membros da Coligação Novo Rumo perguntam se estão autorizados a consultar o assunto, junto do processo respetivo. -----
Respondeu o Sr. Presidente que solicitará aos serviços que façam um memorando. O processo está disponível, como todos, para a verificação, mas pensa que será mais útil fazer um memorando do histórico, para ser presente aos Srs. Vereadores, sem prejuízo de consultarem o processo. -----
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 066-A

Reunião de 2013/12/11

Procº _____

Deliberação nº _____

Assunto: PROLONGAMENTO DA REUNIÃO DE CÂMARA-----

Interveio o Sr. Presidente, reportando-se ao adiantado da hora, referindo que ainda há matérias que têm de ir à assembleia municipal.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que os membros da CDU estão preocupados, uma vez que já são 13h11, e assumiram compromissos de natureza profissional para o período da tarde.-----

Gostariam de informar que terão muita dificuldade em prolongar a reunião de câmara, para não dizerem que da sua parte não há mesmo possibilidade, e propõem que rapidamente todos se entendam como dar a volta a esta situação. ----

Respondeu o Sr. Presidente que a volta é sempre a mesma, é ter mais parcimónia nas intervenções.-----

Interveio novamente o Sr. Vereador Nuno Libório, mencionando que não vale a pena "chorar sobre o leite derramado".-----

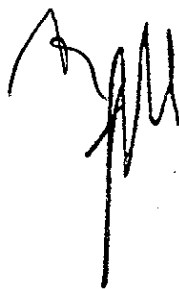
O Sr. Presidente tomou de novo a palavra, dizendo que como o ponto 2 da ordem do dia era uma questão essencial, deixou os Srs. Vereadores tecerem os comentários que bem entenderam, e isso fez com que de facto se investisse o tempo da forma como se investiu.-----

Há ainda cerca de uma hora, pelo que submete à consideração falar-se já em conjunto do ponto 3 até ao ponto 9. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, sugerindo que se deliberem, prioritariamente, os documentos que têm de ir a deliberação da assembleia municipal, e se remetam para outra reunião ordinária os restantes.-----

O Sr. Presidente interveio, referindo que se for caso disso, assim será.-----

-----



Assunto: ORÇAMENTO DOS SMAS PARA 2014-----

Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento em 2013/11/20, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação do orçamento dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira para o ano 2014, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei.-----

Interveio o Sr. Presidente, solicitando o Sr. Presidente do Conselho de Administração dos SMAS, Sr. Vereador António Oliveira, para fazer a apresentação do ponto.-----

Tomou a palavra do Sr. Vereador António Oliveira, fazendo a sua intervenção enquanto Presidente do Conselho de Administração dos SMAS, relativa aos pontos 3 e 4 da ordem do dia, de acordo com o documento anexo, o qual se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----

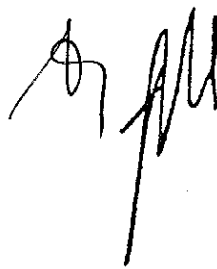
Tomou a palavra o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo, quanto ao ponto 3, que não poderia estar mais de acordo com aquilo que o Sr. Vereador António Oliveira disse relativamente às questões da privatização da água, e daí a sua intervenção.--

Os membros da CDU julgam que seria bastante útil e até pertinente nesta altura, tendo em conta o documento agora apresentado, que na sua introdução houvesse uma menção exatamente à tentativa do Governo de privatizar, a que agora se chama concessionar, alterando-se um bocado o termo, as Águas de Portugal, no sentido de demarcar, perante a opinião pública e perante o Governo, aquilo que é a posição do concelho de Vila Franca de Xira, de que é absolutamente contra a privatização das Águas de Portugal.-----

Relativamente ao ponto 4, tem uma questão, que pode ser uma falha sua, mas não encontra na proposta de investimentos do SMAS nenhuma referência às obras de saneamento necessárias na zona do Casal das Areias.-----

Já foi assumido neste órgão que as obras estariam dependentes, em tempos, do promotor do dito Parque do Ribatejo, mas também verificaram que os potenciais centros comerciais que estão previstos dificilmente verão a luz do sol tão cedo.-----

Recorda, igualmente, que a intervenção do Sr. Presidente na reunião da câmara de 30 de outubro, manifestou concordância com a necessidade de se efetuar o



saneamento nesta zona, e que inclusivamente já teria falado com o Sr. Presidente do Conselho de Administração do SMAS, no sentido de resolver a situação. -----

Não encontra no plano de investimentos nenhuma referência à necessidade de saneamento no Casal das Areias, e daí a sua questão. -----

Interveio o Sr. Vereador António Oliveira, referindo que existem determinadas ações que a nível do plano plurianual de investimentos - PPI, objetivamente, não estão identificadas, no entanto há uma rubrica, que é de "prolongamentos e remodelações diversas da rede de saneamento", onde se englobam 250 000,00€, como pode ser constatado. Portanto, não será só para essa intervenção, mas para várias ao longo do concelho.-----

Tomou a palavra o Sr. Vereador Vítor Silva, pretendendo colocar uma questão ao Sr. Vereador António Oliveira, que é uma preocupação de todos, sendo que ainda recentemente houve um artigo num periódico sobre a questão da água e dos resíduos, e todos também notaram, há uns anos, quando houve a introdução da questão da recolha dos resíduos sólidos junto à fatura da água, que houve um acréscimo grande.-----

Sabe que para o ano de 2014 não está previsto um aumento do preço de água, mas é natural que alguma vez, e se calhar mais breve do que se pensa, haja necessidade de se fazer alguma atualização ao preço da água, e questiona se nessa atualização, a acontecer, parte da despesa tem alguma margem que possa diminuir e emagrecer, de modo a evitar o mais possível o aumento da água.-----

Respondeu o Sr. Vereador António Oliveira que a questão é pertinente, e poderá afetar a todos. A resposta que pode dar neste momento é tão simples quanto isto, decorre da legislação em vigor para o setor. Como disse o Sr. Vereador Paulo Rodrigues e muito bem, neste momento está-se a assistir, a nível nacional, a uma tentativa de agressão ao mercado da água, portanto com intenções, segundo se prevê, da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos interferir nas tabelas dos municípios. -----

Até hoje faz recomendações, mas perspetiva-se que a partir do próximo ano faça uma interferência direta nas tabelas, o que quer dizer que os municípios não poderão só fazer a sua aprovação, têm, primeiramente, que as submeter à ERSAR.-

Tomou a palavra o Sr. Presidente, dizendo que se está em condições de deliberar



Reunião de 2013/12/11

Deliberação nº

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, aprovar o orçamento para o ano 2014, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira. -----



Reunião de 2013/12/11

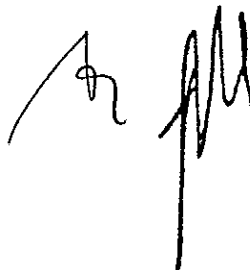
Deliberação nº **1188**

Assunto: PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DOS SMAS PARA O QUADRIÉNIO
2014/2017 -----

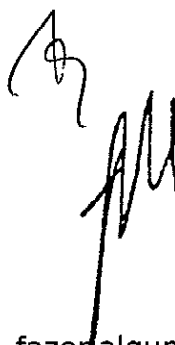
Presento o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento em 2013/11/20, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação do plano plurianual de investimentos para o quadriénio 2014/2017, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

Este assunto foi discutido em conjunto com o ponto 3 da ordem do dia. -----

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, aprovar o plano plurianual de investimentos para o quadriênio 2014/2017, dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira.-----



1. Assunto: MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2014-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 834/13, de 29/11, do DGAFJ/DRH, para aprovação do mapa de pessoal para 2014, tendo o mesmo sido enviado previamente ao Sindicato Nacional dos Trabalhadores da Administração Local (STAL) para apreciação, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 834/13, de 29/11, do DGAFJ/DRH, e mapa de pessoal, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, dizendo que, tanto este quadro, como o quadro de pessoal dos SMAS, constante no ponto 7, estão de acordo com as exigências que a própria legislação impõe. Foi o possível, foram vistos pela comissão sindical, que não se manifestou, mas também não contrariou os mapas de pessoal. -----
Há naturalmente algumas necessidades, e espera-se que no futuro se venha a ter condições, quando se estabelecer a questão das quotas que a legislação exige, de se poderem admitir técnicos e colaboradores noutras áreas que se venham a necessitar. -----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que a CDU tem algumas dificuldades, quer neste ponto, quer no ponto 7, que se prendem desde logo pelo facto de ser exigido por parte da administração central este bloqueio à entrada de novos funcionários para os quadros de pessoal. Os membros da CDU não concordam com esta posição, e entendem que este esvaziamento que se está a tentar fazer dos serviços públicos não é benéfico para ninguém, e é até um pouco antidemocrático, porque à partida ficam de fora todos aqueles que não



conseguem, por sua própria iniciativa, fazer alguns dos serviços. -----

Olhando para o mapa de pessoal da câmara municipal, o que veem são cerca de 200 trabalhadores com contratos a prazo, e uma utilização abusiva, como já referiram há pouco, dos trabalhadores que estão ao abrigo do contrato de emprego e inserção, quando, nos seus postos de trabalho permanentes, utiliza cerca de 200 pessoas deste protocolo com o IEFP. Depois, olhando para este mapa, verificam que ano após ano há um esvaziamento daquela que é a parte operacional dos serviços da câmara municipal e SMAS. -----

Tudo o que é a parte de trabalho operário quase desaparece do mapa de pessoal, não se contrata, e depois acaba por ser também nesta área que as pessoas ao abrigo do contrato de emprego e inserção vão colmatar essas deficiências. -----

Ao mesmo tempo, apesar da lei tantas vezes falada pelo Partido Socialista proibir a admissão de novos trabalhadores, vão-se abrindo algumas vagas e algumas divisões, tendo em momentos anteriores a CDU deixado bem claro que até nem seriam necessárias, pelo menos daquela forma. Dá o exemplo da recolha do lixo, em que se está a falar de cerca de um terço do pessoal que está a fazer esse trabalho. -----

Ao mesmo tempo que não se contratam pessoas para assistentes operacionais, vão-se abrindo lugares para assistentes técnicos e para técnicos superiores, como se a autarquia tivesse mais necessidade desse tipo de mão de obra do que de assistentes operacionais. -----

Para além de a lei proibir, e não podem estar de acordo com ela, também não estão de acordo que as poucas vagas que se abram sejam sempre do foro técnico ou técnico superior, e portanto os membros da CDU votarão contra nos dois pontos. -----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que a câmara municipal trabalha com os instrumentos que tem, mas tomou em boa conta aquilo que a Srª Vereadora acabou de referir. -----

Assim sendo, os pontos 6 e 7 são aprovados, com os votos contra da CDU. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Deliberação nº **1191**

Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, aprovar o mapa de pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira para 2014. -----



1. Assunto: PROJETO DE REGULAMENTO E TABELA DE TAXAS E PREÇOS DA CÂMARA MUNICIPAL PARA 2014 – APRECIÇÃO PÚBLICA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 86/13, de 29/11, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação do Projeto de Regulamento e Tabela de Taxas e Preços da Câmara Municipal para 2014, e posterior submissão a apreciação pública, nos termos do artigo 118º do Código do Procedimento Administrativo. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 86/13, de 29/11, do DGAFJ/DPFCI, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, dizendo que este assunto é presente somente no sentido de se avançar para a discussão pública, e referindo que as matérias foram já faladas aquando da discussão do plano para 2014, ou seja, é uma tabela de taxas que tem como fim não dificultar ainda mais a vida das pessoas. Nesse sentido, não foi alterada, com uma simples modificação, que tem em vista a adaptação ao licenciamento zero, pois não havia taxas previstas para o efeito. De resto, não sofre alterações. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, recordando que esta não é uma questão de transição automática para a discussão pública. Há ou não acordo da câmara municipal em relação à sua política de tabela e preços? Por parte da CDU não há, e continua a não haver. -----
Os membros da CDU fizeram, e continuam a fazer, contactos muito intensos com instituições sociais, culturais, recreativas e desportivas do concelho, que de uma forma quase unânime dizem que não têm condições financeiras para acederem aos equipamentos coletivos geridos pela câmara municipal, chegando-lhes inclusivamente informação de que é mais vantajoso, no que ao aluguer de

[Handwritten signature]

transporte rodoviário diz respeito, contratar empresas privadas do que o próprio serviço do município. -----

Têm o entendimento que há, de facto, questões de fundo, sobre as quais não têm o mesmo entendimento que o PS tem sobre os preços, taxas e condições de acesso aos equipamentos, e vão mais longe, têm até o entendimento que deve haver, nalguns equipamentos ou serviços, se não mesmo um processo de progressiva isenção, uma redução muito significativa do ponto de vista do custo financeiro, para descentralizar as condições de usufruto desses investimentos públicos, que doutra maneira não estão ao serviço das populações. -----

Um segundo aspeto tem a ver com o facto de, tal como disseram na reunião interautarquias, há receitas das juntas de freguesia que devem continuar a ser receitas próprias das mesmas, e falam das questões referentes à ocupação do espaço público e publicidade. Portanto, o sentimento mantém-se inalterável em relação à discussão que travaram há 15 dias atrás. São competências das juntas e importantes fontes de receita para as juntas, que não podem ser deslocalizadas para outro fim que não seja a prossecução do serviço público assegurado pelas juntas de freguesia. -----

Concluiu, dizendo que os membros da CDU vão votar contra este ponto. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o ponto é aprovado com o voto contra da CDU, independentemente das matérias que o Sr. Vereador acabou de referir, em que se terá sempre oportunidade, na discussão com o movimento associativo, de verificar se há algumas condições de melhorar o apoio que já é prestado, ou neste caso reforçar o apoio que já é prestado. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, reafirmando aquilo que os membros da CDU já disseram sobre esta matéria. Não lhes parece correto, do ponto de vista da gestão política desses processos, que caiba ao arbítrio do Sr. Vereador Fernando Paulo Ferreira ou de quem for o responsável pelo movimento associativo de decidir o que vai à câmara municipal em matéria de proposta para isenção. Entendem sobre esta matéria, para que não haja mais dúvidas, e é isso que vão exigir que passe a acontecer, que todas as solicitações do movimento associativo que se apresentem à câmara municipal no sentido de protocolar usos ou isentar utilizações, só possam ser decididas a favor ou contra no órgão câmara municipal,



não ficando do livre arbítrio, com o devido respeito, do Sr. Vereador que tutela essa área. Não abdicam da exigência da câmara municipal cumprir com a sua competência sobre essa matéria. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que é uma matéria que irá analisar, e não há nada a esconder. O Sr. Vice-Presidente, quando toma decisões dessa matéria, fala consigo, mas para que não haja nenhuma dúvida e haja toda a transparência, não há problema nenhum dessas questões virem a reunião de câmara e serem analisadas, sendo que, nas isenções que têm sido concedidas, o executivo tem vindo a colocá-las como situações de carácter excecional. Contudo, hão de vir, e vêm à câmara municipal. -----

Interveio o Sr. Vice-Presidente, referindo que a questão tem sido apresentada no sentido de as isenções deverem vir a reunião de câmara, e vêm. A questão do Sr. Vereador Nuno Libório, conforme o próprio percebeu na sequência da última reunião de câmara, não respeita às isenções terem de vir a reunião de câmara, porque vêm, mas é a das que não vêm para ser concedida isenção. Assim sendo, na opinião do Sr. Vereador Nuno Libório, aquelas a que não se dá isenção também devem vir a reunião. -----

O assunto tem vindo a ser apresentado de uma maneira, nas últimas reuniões de câmara, que parecia que, ou o próprio, ou o executivo do Partido Socialista, concediam isenções sem trazer a reunião de câmara, isso não era verdade, e era o que o indignava, que fosse repetido dessa forma, mas é uma questão de formulação. Aquilo que os membros da CDU pretendem é que as situações em que a câmara municipal não dá isenção venham também à câmara municipal, e isso tem de ser analisado. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que se trata dos pedidos. O que querem saber é que entidades apelam ao sentido da câmara municipal, para isentar ou não a sua utilização. -----

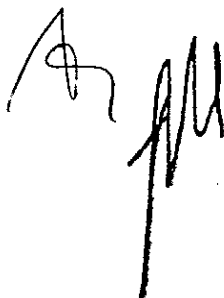
O Sr. Presidente interveio, referindo que já entendeu, trata-se de trazer a reunião de câmara os requerimentos que chegam, para análise. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



Deliberação nº **1193**

Deliberado, por maioria, com a abstenção dos membros da CDU, aprovar a Tabela de Tarifas e Preços dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Vila Franca de Xira. -----



Assunto: LISTA DOS PROCEDIMENTOS COM ENCARGOS PLURIANUAIS AO ABRIGO DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PREVISTA NA LEI DOS COMPROMISSOS – SMAS-----

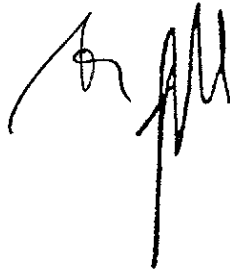
Presente o processo instruído com deliberação tomada pelo Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento em 2013/12/04, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para remessa à assembleia municipal para conhecimento da autorização prévia genérica prevista na lei dos compromissos relativa aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. -----

Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dirigindo-se ao Sr. Presidente, e dizendo que, infelizmente com o Partido Socialista, as exceções passam a ser a regra, perguntando por que razão é que uma situação de exceção de contratação de uma prestação de serviços para medir os caudais dos contadores da rede dos SMAS passou a ser uma situação de regra. Depois, gostariam de saber por que razão é que esta situação tem uma perspetiva plurianual quando nada obrigava a que tivesse que ser assim.-----

Por outro lado, reafirmam que a medida inicial de contratação deste serviço baseou-se numa incapacidade de resposta de meio técnico e humano por parte dos serviços municipalizados. Não compreendem, e continuam sem compreender, por que é que as questões de exceção passam a regra na câmara municipal e nos SMAS.-----

Tomou a palavra o Sr. Presidente, referindo que como esta matéria é para conhecimento, o Sr. Presidente do conselho de administração dos SMAS também poderá mais tarde informar se internamente há condições para se fazer este serviço.-----

Tomado conhecimento e envio à assembleia municipal. -----



Assunto: PROPOSTA DE REDUÇÃO DE TAXAS DEVIDAS PELA REGULARIZAÇÃO DE CONSTRUÇÕES-----

Presente proposta do Sr. Presidente, datada de 2013/12/04, documento que se anexa e dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata, para aprovação da redução de taxas devidas pela regularização de construções, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que na sequência desta proposta, que já veio mais que uma vez a reunião de câmara, bem como de uma das medidas de combate à crise e de apoio às famílias e empresas, a câmara municipal resolveu encontrar uma forma de redução de taxas para a legalização de construções. -----

Aquilo que é clarificado e agora referido na proposta é que nestas reduções sejam claramente incluídas as empresas, que já eram, mas também as famílias, que estavam fora deste processo. Numa discussão havida antes, inclusivamente por uma questão colocada pelo anterior Sr. Vereador Bernardino Lima, entendeu-se que era de toda a pertinência as famílias serem incluídas no processo, que tem em vista a legalização de construções anteriores à entrada em vigor do PDM de 1993. -----

Concluiu, referindo que desta forma o município vai ajudar muitas pessoas que de outra forma teriam dificuldades em legalizar as suas construções. -----

O Sr. Vereador Aurélio Marques interveio, dizendo que lhe ressalta uma dúvida. Primeiro, uma parte está esclarecida, é também para as famílias, mas só no ponto 7 dos considerandos é que se diz que é para pessoas singulares e coletivas.-----

Depois, quanto ao ponto 1-3, pensa que em tempo idos, no âmbito da discussão na assembleia municipal, ficou a situação das empresas terem de comprovar a sua situação económica, e isso ser extensivo aos particulares, mas tem dúvidas, porque não conseguiu a tempo ver essa situação. -----

A deficiência pode ser sua, mas não vê no documento essa garantia, só vê nos considerandos, no ponto 7, e não sabe se foi só esta parte, em termos de alteração, que ficou decidida na assembleia municipal. Tem dúvidas, não se recorda, mas pode ser que o Sr. Presidente o ajude.-----

Interveio o Sr. Presidente, referindo que não se recorda, mas nos considerandos a matéria está colocada. No entanto, não é demais esclarecer e colocar na proposta, na parte da aprovação das medidas, a quem se dirige claramente. Assim, deverá



Appl

Reunião de 2013/12/11

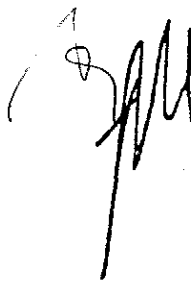
Deliberação nº

Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente, com a alteração sugerida pelo mesmo no decorrer da reunião. -----

[illegible]



1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE PASTELARIA PARA O SETOR DE RESTAURANTE E BARES – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 468/13, de 20/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, para remessa à assembleia municipal, com vista à autorização prévia do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21/02 – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), relativa ao fornecimento em contínuo de pastelaria para o Setor de Restaurante e Bares. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 468/13, de 20/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Aurélio Marques, dizendo que reafirma aquilo que foi a sua intervenção no âmbito do ponto relativo ao orçamento, sobre o restaurante municipal, e o aumento que houve no orçamento para 252 500,00€, estando os aumentos constantemente em alta.-----
Assim, deixa mais uma vez a possibilidade do executivo camarário reanalisar a questão do restaurante, e de voltar a ser gerido pela câmara municipal. -----
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que irá pedir à Drª Lurdes Pinto e aos serviços para fazerem um estudo comparativo. -----
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

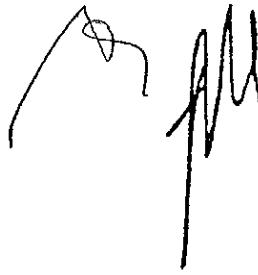
1


1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE GÁS NATURAL VEICULAR PARA AS VIATURAS AFETAS À FROTA AMBIENTE DO MUNICÍPIO PARA O ANO DE 2014 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 487/13, de 02/12, do DGAFJ/DFPCO/SC, para remessa à assembleia municipal, com vista à autorização prévia do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21/02 – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), relativa ao fornecimento em contínuo de gás natural veicular para as viaturas afetas à frota ambiente do município para o ano 2014. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 487/13, de 02/12, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU gostariam de saber se consta da prioridade do município aproveitar o biogás, na sequência do aterro sanitário do Mato da Cruz, porque independentemente do prolongamento do tempo de vida útil ou exploração efetiva do aterro, há uma questão de fundo, que tem a ver com o aproveitamento da energia produzida por esse aterro. Foi-lhes dito no mandato anterior que essa questão estava em estudo, e perguntam se se mantém em estudo, e a que conclusão se chegou. -----
O Sr. Presidente interveio, referindo que é provável que esteja, e está convicto disso, mas não tem conhecimento das conclusões. Assim, com toda a sinceridade, se estivesse agora a encontrar outras divagações sobre a matéria não estaria a ser rigoroso. -----



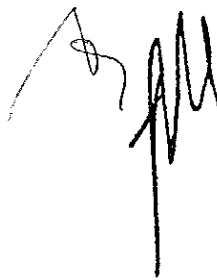
Em termos de sustentabilidade ambiental, aquilo que pode dizer é que a câmara municipal irá procurar encontrar outras possibilidades em termos de combustível. Já há alguns veículos, principalmente da recolha do lixo, que trabalham a gás, há esta matéria do biogás, e é uma questão que irá procurar saber em que ponto está, porque não sabe. Contudo, em termos de fundo, terão que se procurar encontrar soluções através de carros elétricos, de combustíveis amigos do ambiente, e é nesse sentido que se irá procurar que a frota se venha a revelar. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



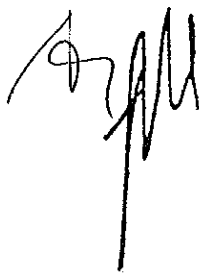
1. Assunto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO AUDIOVISUAL PARA A NOVA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 471/13, de 20/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, para remessa à assembleia municipal, com vista à autorização prévia do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21/02 – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), relativa à aquisição de equipamento audiovisual para a Nova Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 471/13, de 20/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU irão votar contra, pelos motivos conhecidos. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

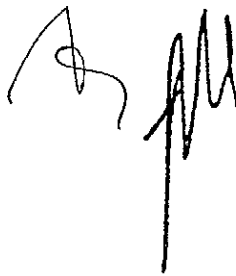


1. Assunto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO DE RECEÇÃO PARA A NOVA BIBLIOTECA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 488/13, de 03/12, do DGAFJ/DFPCO/SC, para remessa à assembleia municipal, com vista à autorização prévia do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21/02 – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), relativa à aquisição de equipamento de receção para a Nova Biblioteca Municipal de Vila Franca de Xira.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 488/13, de 03/12, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Interveio o Sr. Vereador Nuno Libório, dizendo que os membros da CDU irão votar contra, pelos motivos conhecidos. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



1. Assunto: AQUISIÇÃO DE CABAZES PARA FAMÍLIAS CARENCIADAS PARA O ANO 2014 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 463/13, de 20/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, para remessa à assembleia municipal, com vista à autorização prévia do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21/02 – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), relativa à aquisição de cabazes para famílias carenciadas para o ano 2014.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 463/13, de 20/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----
Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, dizendo que a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso já abordou este assunto, no âmbito do ponto 2 da ordem do dia. Contudo, o próprio gostava, antes de fazer qualquer formulação, de perguntar se sim ou não a verba que está inscrita, os quase 100 000,00€ para a aquisição dos cabazes de Natal, é a verba disponível da Centralcer.-----
O Sr. Presidente interveio, respondendo que não é. -----
Prosseguiu o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, referindo que a CDU tem uma visão diferente quanto a este assunto. -----
Interveio o Sr. Presidente, dizendo que o Sr. Vereador Paulo Rodrigues fez-lhe uma pergunta de sim ou não, e o próprio respondeu que não é, mas há mais qualquer coisa a dizer sobre a matéria. Há o compromisso da Central de Cervejas aquando da assinatura deste contrato social, que iria mantê-lo para o próximo ano, mas,



em boa verdade, no protocolo ainda não está lá a assinatura, há apenas o compromisso. -----

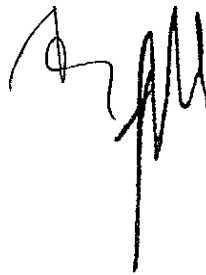
Em relação à Cimpor, não há compromisso absolutamente nenhum. Aliás, já foi acusado de deitar a “toalha ao chão”, mas não deitou, pois não é pessoa para isso, tendo que se voltar a reunir com a Cimpor, existindo, de facto, matérias de responsabilidade social que estas empresas têm de assumir. -----

Interveio o Sr. Vereador Paulo Rodrigues, mencionando que os membros da CDU consideram que estas matérias da caridade e daquilo que deve ser o apoio às famílias carenciadas mereciam uma outra visão. Neste caso concreto dos cabazes, pensam que a câmara municipal está um pouco a sobrepor-se àquilo que são as instituições que estão no terreno, como a Segurança Social, as Instituições Particulares de Solidariedade Social - IPSS, as Organizações Não Governamentais - ONG, misericórdias e inclusivamente as próprias igrejas. -----

Gostavam pois de saber que coordenação há entre a câmara municipal e estas entidades, no sentido de se perceber, por exemplo, se as famílias carenciadas que estão a ser apoiadas aqui, também não estão a ser apoiadas por outras instituições, para não haver sobreposição, e para não criar um engulho de muitos se calhar estarem a ser apoiados por duas ou três instituições e outros que se calhar nem sequer são apoiados. Assim, perguntam que tipo de coordenação existe nesta matéria. -----

Por outro lado, gostavam de perceber, e ter conhecimento, que regulamento ou critérios estão subjacentes à escolha e identificação destas famílias que estão a ser apoiadas neste Programa de Apoio Alimentar que a câmara municipal tem. Que critérios? Há algum regulamento? Se não há, pensam que deveria começar a haver alguma questão nesta área. -----

A Srª Vereadora Ana Paula Bayer interveio, referindo que à semelhança do que têm sido os anteriores anos, está lembrada que seria a rede social que fazia esta avaliação, e depois as juntas de freguesia procediam à distribuição. Agora, efetivamente, sabe-se que também há muitas pessoas que a própria rede social acaba por não conhecer, e era importante perceber, porque a junta de freguesia tem um papel muito importante junto da população, conhece e tem um lugar muito mais próximo do que qualquer outra entidade, para não falar das



instituições que têm essa competência, como é feita a gestão, e se qualquer pessoa se pode candidatar, mesmo não sendo conhecida da rede social.-----

Depois, qual é o teto máximo, presumindo que a avaliação seja feita através dos rendimentos, considerado para efeitos de benefício deste cabaz, reconhecendo os membros da Coligação Novo Rumo, à semelhança de outras autarquias, que esta é uma competência da câmara municipal? -----

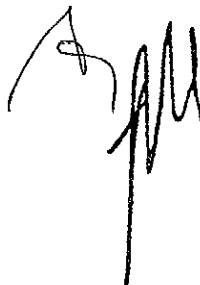
Interveio a Srª Vereadora Marina Tiago, referindo que irá estruturar a resposta em duas vertentes, e depois esperará que os Srs. Vereadores fiquem satisfeitos com a resposta.-----

Em relação à eventual substituição, e que o papel da câmara municipal seja o de se substituir a outras entidades, a articulação do fornecimento de apoio alimentar é feita diretamente com as instituições do concelho, ou seja, a câmara municipal atribui este apoio às situações sinalizadas como não podendo já beneficiar de um conjunto doutros apoios, nomeadamente as cantinas sociais e outros deste género. O apoio é prestado diretamente junto das IPSS do concelho. -----

Em relação à identificação das famílias, as comissões sociais de freguesia são as entidades que estão a articular a informação recebida neste sentido. A informação poderá chegar a partir dos técnicos, no atendimento da autarquia, e a partir do conhecimento das juntas de freguesia, ou das próprias IPSS, portanto, são sinalizadas as comissões sociais de freguesia, que partilham a informação de maneira a que não haja a questão, que considera pertinente, do benefício por parte de duas entidades diferentes à mesma família. Assim, garante que neste momento, e à data de ontem, não há listas de espera no concelho. -----

No que diz respeito aos critérios de atribuição, foram, por decisão, na altura da abertura deste programa, os mesmos do Programa Comunitário de Apoio Alimentar - PCAC, uma vez que se considerou que eram critérios que poderiam ser uniformes e semelhantes, em termos daquilo que é o apoio comunitário, neste programa de apoio às famílias.-----

Interveio o Sr. Presidente, acrescentando que este é um processo antigo, cuja cabimentação e procedimento estavam em evolução, pretendendo a câmara municipal, indo ao encontro de alguma preocupação, por um lado, ter a certeza de algum cruzamento rigoroso em termos de informação, de não haver sobreposição,



e sobretudo poder eventualmente investir estas verbas de maneira diferente. Vai-se estudar, sendo esta uma matéria em articulação com as instituições de caridade social e as próprias juntas de freguesia, como já foi referido. -----

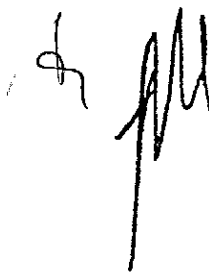
A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, referindo que não quer duvidar do que foi dito, mas gostaria de colocar algumas questões, dando outra ideia do que se passa. -----

Em primeiro lugar, quem é que escolhe as IPSS para onde vão estes 100 000,00€? Quanto a este valor que a Central de Cervejas dá à câmara municipal, a mesma diz que é esta empresa que entende que a verba deve ser conduzida assim. Contudo, a Central de Cervejas, quando questionada, diz que dá o dinheiro à câmara municipal, que faz do dinheiro aquilo que entender. -----

Em anos anteriores a autarquia tem dado a primazia a este tipo de ajuda social, como tem noutras situações, o dinheiro já foi gasto em ambulâncias, para ajudar as IPSS noutros campos, que não só as viaturas, e tem ajudado instituições de várias freguesias, como Vialonga, Póvoa, Forte da Casa e Alverca. -----

Os critérios não são minimamente lineares, nem sequer conhecidos, sendo que a situação das redes sociais terem os dados, não é bem assim. Os dados não estão totalmente cruzados, desde logo na questão das cantinas sociais, porque os dados das cantinas sociais não são fornecidos, ficam nas instituições de solidariedade social, porque é a instituição que faz a seleção juntamente com outras instituições das redes sociais que podem sinalizar. Esses dados não são dados em outro lado, por isso pode haver perfeitamente um não cruzamento de dados, que possa levar a que alguns usufruam em quantidades e outros deixem de ter essa ajuda. -----

Considera que a ajuda alimentar é preciosa, e a Srª Vereadora Marina Tiago falou no PCAC, mas entendem os membros da CDU que a câmara municipal podia ter outra perspetiva junto do PCAC, que era não obrigar a que o excesso de alimentos que o PCAC envia para as instituições tenha que ser obrigatoriamente dado apenas às pessoas que se encontram na lista da Segurança Social, que é isso que hoje acontece. Se uma pessoa estiver inscrita na Segurança Social, e se o PCAC mandar 3 toneladas de arroz, poderá levar 20 kg para casa, mas outra que não esteja na lista deixa de ter a ajuda. Assim, convinha que a câmara municipal, junto do PCAC, pudesse alertar para estas situações, que são um pouco injustas. -----



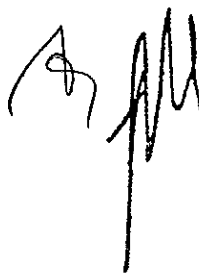
Relativamente aos cabazes, disse-se que estas ajudas são para quem fica fora das listas. Aí, fora das listas e de toda a avaliação que a Segurança Social possa ter sobre o processo, quem define os critérios? É a câmara municipal? Quem é que decide que família ajudar? É a câmara municipal? Como é que essa distribuição é feita? Já é o seu segundo mandato, e nunca percebeu como é que isso funcionava, nem qualquer membro da CDU até agora percebeu, pelo que há uma falta de informação muito grande da parte de quem gere o município para com os outros vereadores. Aliás viu-se, pois as dúvidas não são só da CDU, são também da Coligação Novo Rumo. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que uma questão é a informação, o esclarecimento e a perceção exata dos critérios, por outro lado há a ajuda imediata de emergência, sem ter que estar com estas preocupações. Não percebe por que é que os Srs. Vereadores se riem, pois é uma matéria muito grave, e considera que a câmara municipal tem de ter critérios, que todos têm de ter a perceção dos mesmos, e nesse sentido solicitará à Srª Vereadora, o mais depressa possível, que esses critérios sejam conhecidos de todos, porque os há. -----

Depois, já tem dado instruções aos serviços, no sentido de que quando existir alguém que manifestamente não esteja protegida por nada, a câmara municipal ajude aquela família ou pessoa, e muitas das vezes, com o preciosismo do procedimento, do critério ou do regulamento, está-se um pouco manietado de poder chegar à ajuda, com a emergência numa determinada situação. Esta é a exceção, obviamente, pelo que se tem de ter e tem-se a compreensão de todos, que há situações de emergência que são vistas com carácter de exceção. -----

Outra coisa é perceber, quanto a este valor que se está a aprovar, se no futuro se pode encontrar outra formulação ou estratégia em termos de ajuda social, e está absolutamente disponível para isso, bem como que os critérios que existem sejam perceptíveis, ou possam ser melhoramentos. A única coisa que não quer é questões, como a de ser uma instituição e não ser outra, porque efetivamente todas as IPSS trabalham para o mesmo fim, ajudar quem precisa, logo, tem que haver equidade de tratamento. -----

Concluiu, afirmando e reafirmando o que disse, que é um ponto de honra, e que se pode sempre melhorar, tem-se feito um longo trabalho em termos sociais, mas é



sempre possível encontrar outras soluções para abranger mais pessoas e, sobretudo, como já foi referido, para a câmara municipal ter a certeza que não há sobreposições, indo-se muito mais além na ajuda. -----

O Sr. Vereador Nuno Libório interveio, referindo que o Sr. Presidente já percebeu que da parte dos membros da CDU existe uma postura colaborativa e construtiva em relação a esta matéria, não defendem é a política da "caridadezinha". -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que também não, e nem é um homem de fé. ----

Retomou a palavra o Sr. Vereador Nuno Libório, referindo que esclarecida essa questão, que é de facto menor, a questão de fundo é saber como se processa, qual é o "modus operandi" deste processo. Não conhecem, e garantem à Srª Vereadora Marina Tiago que, de facto, não conhecem, e não têm motivação nem objetiva, e muito menos subjetiva, para se interrogarem, num momento de grande dificuldade das famílias, como é aquele que hoje se atravessa. -----

Estará disponível o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores para retirarem a proposta, para ser clarificada e preparada para levar a uma próxima reunião de câmara, ou há alguma situação que os impeça de tomar uma iniciativa desse tipo? -----

A Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso interveio, perguntando quais são as instituições deste ano. -----

Interveio o Sr. Presidente, solicitando à Drª Ana Carla Costa para esclarecer algumas questões relativas à distribuição. -----

Interrompeu a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que não vale a pena fazer comentários, a pergunta foi feita, e os Srs. Vereadores respondem se entenderem que devem responder, e se não responderem a CDU também faz a leitura daquilo que deve fazer. Ninguém dá lições de apoio social à CDU, nem a CDU está para dar lições a ninguém, e aquilo que cada um faz na sua vida pessoal pode até ser exemplo nalgumas circunstâncias. -----

Está presente a Drª Ana Carla Costa, que melhor do que ninguém pode dar essa informação, e dará essa informação, sendo que foi possível, por incompetência, até hoje não ter sido dada informação, nem à CDU, nem à Coligação Novo Rumo, de como é que esta ajuda tem sido dada ao longo dos tempos. -----

Depois, quando em algumas situações os membros da CDU são confrontados com a pergunta "para onde vão os cabazes?", infelizmente, enquanto vereadores, a



Deliberação nº

[Handwritten signature]

Proseguiu, referindo que a CDU vota contra este ponto. -----

7. Deliberação: Deliberado, por maioria, com os votos contra dos membros da CDU, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



Reunião de 2013/12/11

Deliberação nº

O assunto não foi analisado, transita para a próxima reunião de câmara. -----

CAPÍTULO: GESTÃO URBANÍSTICA, PLANEAMENTO E REQUALIFICAÇÃO URBANA



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 096

Reunião de 2013/12/11

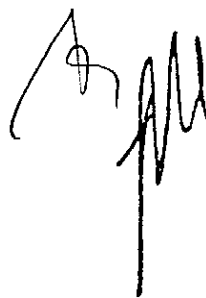
Procº _____

Deliberação nº 1201

1. Assunto: RELAÇÃO DE ATOS DA COMPETÊNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DELEGADOS E PRATICADOS PELO SR. PRESIDENTE-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 565/13, de 04/12, do DGUPRU/SAPRE, para conhecimento dos atos praticados pelo Sr. Presidente, no período compreendido entre 2013/11/20 e 2013/12/03, respeitantes a licenciamentos de obras particulares previstas no Regulamento Jurídico de Urbanização e Edificação.-----

-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 565/13, de 04/12, do DGUPRU/SAPRE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas:-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia e transitar para a próxima reunião de câmara.-----

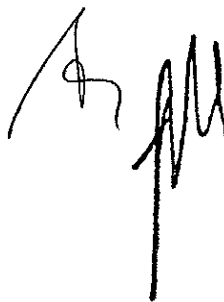


1. Assunto: ALTERAÇÃO AO LOTEAMENTO DENOMINADO POR CASAL DO MOLEDO – ALVERCA DO RIBATEJO – ALVARÁ DE LOTEAMENTO Nº 8/01, DE 21/06-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 1072/13, de 28/11, do DGUPRU/DGU, para aprovação, decorrido o período de discussão pública, da alteração ao loteamento denominado por Casal do Moledo, na freguesia de Alverca do Ribatejo, titulado pelo alvará de loteamento n.º 8/01, de 21/06, promovido pela Dicosul – Construções Lda.-----

-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação técnica nº 1072/13, de 28/11, do DGUPRU/DGU, planta de localização e alteração da planta síntese, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



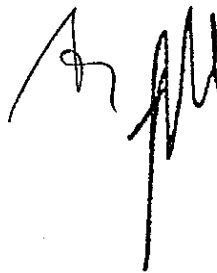
1. Assunto: LOTEAMENTO DO PARDIEIRO I – SOBRALINHO – RECEÇÃO DEFINITIVA DAS OBRAS DE URBANIZAÇÃO E LIBERTAÇÃO DA CAUÇÃO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação técnica nº 124/13, de 28/11, do DGUPRU, para aprovação da receção definitiva das obras de urbanização e da libertação da caução, com extinção da garantia bancária nº 125-02-0958812, de 2006/03/10, emitida pelo BCP – Banco Comercial Português, SA, no valor de 27 300,00€, referentes ao loteamento do Pardieiro I, no Sobralinho, cujo promotor é a TNS3, Construções, SA.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação técnica nº 124/13, de 28/11, do DGUPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ---
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: AUTO DE VISTORIA – RUA JOÃO DE DEUS Nº 4 – VILA FRANCA DE XIRA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 617/13, de 28/11, do DGUPRU/DF, para aprovação do auto da vistoria levada a efeito na rua João de Deus, nº 4, na freguesia de Vila Franca de Xira, na sequência do pedido de obras coercivas em prédios arrendados, efetuado por Joaquim Augusto Vieira de Matos.---
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 617/13, de 28/11, do DGUPRU/DF, e auto de vistoria, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

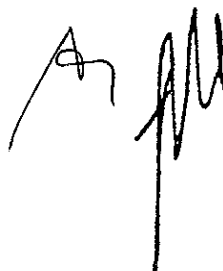
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO TERRA DA PASTORIA, LOTE 124 – FORTE DA CASA-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 371/13, de 22/11, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 124 do loteamento Terra da Pastoria, no Forte da Casa,
registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do
registo da Certidão do Plano nº 2/2003-AUGI, de 07/03, requerido por António
Gouveia Fernandes.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 371/13, de 22/11, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----



1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO CASAL DO FREIXO, LOTE 23 – VIALONGA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 372/13, de 22/11, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 23 do loteamento Casal do Freixo, na freguesia de Vialonga,
registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do
registo do alvará de loteamento nº 4/2012-AUGI, de 28/12, requerido por Manuel
Guterres Basílio.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 372/13, de 22/11, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

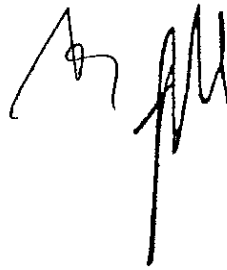
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO CASAL DO FREIXO, LOTE 27 – VIALONGA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 373/13, de 22/11, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 27 do loteamento Casal do Freixo, na freguesia de Vialonga,
registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira aquando do
registo do alvará de loteamento nº 4/2012-AUGI, de 28/12, requerido por Manuel
Guterres Basílio.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 373/13, de 22/11, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----

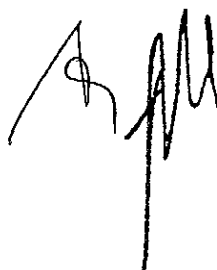


1. Assunto: CANCELAMENTO DA HIPOTECA LEGAL A FAVOR DO MUNICÍPIO –
LOTEAMENTO CASAL DO FREIXO, LOTE 179 – VIALONGA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 374/13, de 22/11, do
DGUPRU/DPRU, para aprovação do cancelamento da hipoteca legal a favor do
município sobre o lote 179 do loteamento Casal do Freixo, na freguesia de
Vialonga, registada na 2ª Conservatória do Registo Predial de Vila Franca de Xira
aquando do registo do alvará de loteamento nº 4/2012-AUGI, de 28/12, requerido
por Paulino Mateus Simões. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se informação nº 374/13, de 22/11, do
DGUPRU/DPRU, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da
ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para
aprovação. -----

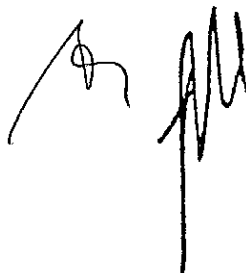
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr.
Presidente. -----

CAPÍTULO: OBRAS, VIATURAS E INFRAESTRUTURAS



1. Assunto: NOVAS INSTALAÇÕES DA UDV E ZONA DE PARQUEAMENTO DAS EMBARCAÇÕES – VILA FRANCA DE XIRA – AUTO DE VISTORIA E LIBERAÇÃO PARCIAL DA CAUÇÃO-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1215/13, de 29/11, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria, bem como da liberação de 60% da caução total da obra, no valor de 23 954,48€, referentes à empreitada de execução das novas instalações da UDV e zona de estacionamento das embarcações, em Vila Franca de Xira, adjudicada à Costa & Carvalho, SA.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1215/13, de 29/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

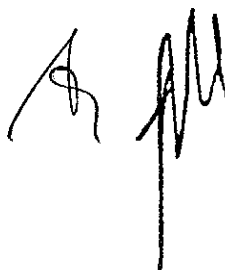
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----



1. Assunto: CONSTRUÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DO BOM SUCESSO – ALVERCA DO RIBATEJO – AUTO DE VISTORIA E LIBERAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1239/13, de 28/11, do DOVI/DOVI, para aprovação do auto de vistoria, bem como da liberação de 30% da caução total da obra, no valor de 29 823,34€, referentes à empreitada de construção do jardim de infância do Bom Sucesso, em Alverca do Ribatejo, adjudicada à Joaquim Fernandes Marques & Filho, SA. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1239/13, de 28/11, do DOVI/DOVI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

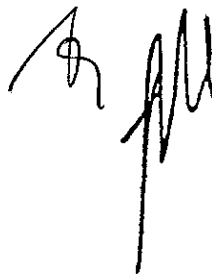
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



1. Assunto: ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO DA PÓVOA PARA ESPAÇO CULTURAL – PÓVOA DE SANTA IRIA – ALTERAÇÃO DA DATA DA CONCLUSÃO DA OBRA-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1238/13, de 27/11, do DOVI/Empreitadas, para aprovação da conclusão dos trabalhos da empreitada de adaptação do edifício do mercado da Póvoa para espaço cultural, na Póvoa de Santa Iria, até ao dia 24/01/2014, sem encargos para o dono de obra e de acordo com o plano de trabalhos apresentado pelo consórcio Constrope – Congevia, Engenharia e Construção, SA/Gigabeira – Instalações Especiais, Lda, sem aplicação de multas ao mesmo, bem como do plano de trabalhos e cronograma financeiro também apresentados pelo consórcio, ficando este vinculado aos novos documentos, e não decorrendo qualquer prorrogação do prazo do contrato, reservando a câmara municipal o direito de exigir o pagamento de eventuais danos decorrentes do não cumprimento do prazo e do plano de trabalhos, fazendo valer os seus direitos de indemnização no caso de vir a ser prejudicada, nomeadamente pela perda de financiamento da empreitada, decorrente da candidatura ao PORLISBOA/QREN.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1238/13, de 27/11, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

Interveio o Sr. Vereador Vítor Silva, reportando-se a uma preocupação que é de todos. Este assunto tem tido uma sucessão de prorrogações, admitindo, pela explicação que está dada, que agora não há outra alternativa do que aprovar, se



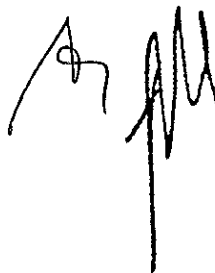
realmente é mesmo a última, e se mesmo assim não põe em causa o financiamento ao abrigo da lei do QREN. -----

O Sr. Presidente interveio, dizendo que espera que seja a última prorrogação, e se for cumprido o prazo não põe em causa o financiamento. -----

Interveio novamente o Sr. Vereador Vítor Silva, referindo que entende que se tivesse de ser admitida uma nova prorrogação, a empresa sofreria as consequências de amanhã ser a causa do financiamento ser prejudicado. -----

Interveio o Sr. Presidente, dizendo que não há volta a dar sem pedir o ressarcimento de uma situação que a empresa colocou à câmara municipal, pelos atrasos sucessivos que tem tido nesta obra. Como já disse várias vezes, a empresa tem sido levada ao colo, e vai até ao fim assim, até as "costas doerem", porque a situação já está a ser pesada. -----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira. -----



1. Assunto: ADAPTAÇÃO DO EDIFÍCIO DO MERCADO DA PÓVOA PARA ESPAÇO CULTURAL – PÓVOA DE SANTA IRIA – DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE SEGURANÇA E SAÚDE-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 1253/13, de 02/12, do DOVI/Empreitadas, para aprovação do desenvolvimento do plano de segurança e saúde, correspondente ao procedimento específico de segurança para a montagem de lamelas de quebra vista na cobertura do edifício, respeitante à empreitada da adaptação do edifício do mercado da Póvoa para espaço cultural, na Póvoa de Santa Iria, adjudicada ao Consórcio Constrope-Congevia, Engenharia e Construção, SA/Gigabeira – Instalações Especiais, Lda.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 1253/13, de 02/12, do DOVI/Empreitadas, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Oliveira submete o assunto à reunião de câmara para aprovação.-----

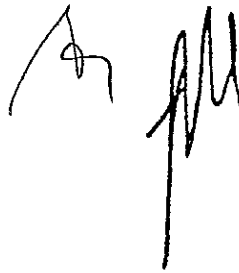
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Oliveira.-----

Fl. Livro _____

Fl. Ata 110

Reunião de 2013/12/11

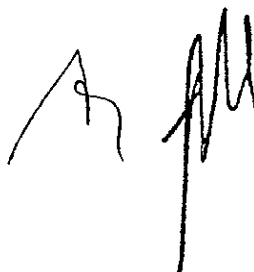
CAPÍTULO: APOIO AO MUNÍCIPE E ATIVIDADES ECONÓMICAS



1. Assunto: RELAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS PELA SRª VEREADORA MARINA TIAGO NO USO DA DELEGAÇÃO E SUBDELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS DO SR. PRESIDENTE -----
-----
2. Resumo: Presente para conhecimento a relação dos atos praticados pela Srª Vereadora Marina Tiago, no período compreendido entre 2013/11/18 e 2013/11/29, referentes à emissão de horários de funcionamento.-----

-----
3. Informações/pareceres:-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas:-----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: REINSPEÇÃO DE ASCENSOR – RUA PADRE JOSÉ ROTA, LOTE C-1, QUINTA DOS CANIÇOS – FORTE DA CASA – RESTITUIÇÃO DE VALOR PAGO INDEVIDAMENTE--
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 245/13, de 06/11, do GAMAE, para aprovação da restituição do valor de 167,15€ à administração do condomínio do lote C-1, sito na rua Padre José Rota, na Urbanização Colina do Tejo, Quinta dos Caniços, no Forte da Casa, relativo a um pedido de reinspecção de ascensor, quando o mesmo estava devidamente certificado. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 245/13, de 06/11, do GAMAE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

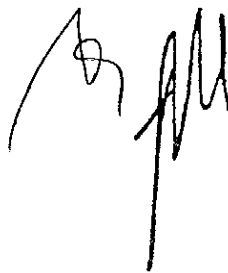
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: REINSPEÇÃO DE ASCENSOR – RUA GENERAL HUMBERTO DELGADO, LOTE 5 – VILA FRANCA DE XIRA – RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO INDEVIDAMENTE-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 246/13, de 06/11, do GAMAE, para aprovação da restituição do valor de 167,15€ à administração do condomínio do lote 5, sito na rua General Humberto Delgado, em Vila Franca de Xira, relativo a um pedido de reinspeção de ascensor, quando o mesmo estava devidamente certificado. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 246/13, de 06/11, do GAMAE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

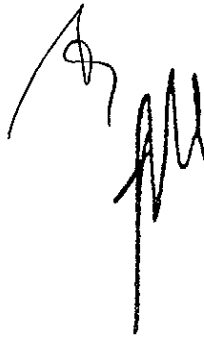
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente.-----



1. Assunto: REINSPEÇÃO DE ASCENSOR – RUA EGAS MONIZ, Nº 8, BOM RETIRO – VILA FRANCA DE XIRA – RESTITUIÇÃO DO VALOR PAGO INDEVIDAMENTE -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 244/13, de 06/11, do GAMAE, para aprovação da restituição do valor de 167,15€ à administração do condomínio do nº 8, sito na rua Egas Moniz, em Vila Franca de Xira, relativo a um pedido de reinspeção de ascensor, quando o mesmo estava devidamente certificado. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 244/13, de 06/11, do GAMAE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. ----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

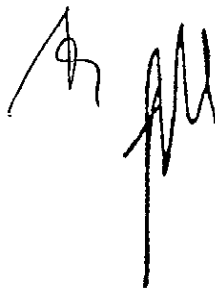
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----

CAPÍTULO: GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E JURÍDICA



1. Assunto: RELAÇÃO DOS DESPACHOS DO SR. PRESIDENTE NA ÁREA DE PESSOAL ----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 676/13, de 02/12, do DGAFJ/DRH, para conhecimento dos despachos do Sr. Presidente na área de pessoal, no período compreendido entre 2013/11/20 e 2013/11/29.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 676/13, de 02/12, do DGAFJ/DRH, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Alínea a), do nº 2, do artigo 35º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----
-----
6. Propostas: -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, retirar o assunto da ordem do dia e transitar para a próxima reunião de câmara.-----



Assunto: DESPACHO Nº 58/2013 – HORÁRIO DE TRABALHO -----

Presente para conhecimento o despacho nº 58/2013, do Sr. Presidente, que determinou que até à decisão jurisdicional de recusa da adoção e indeferimento do procedimento cautelar requerido pelo STAL contra o município, e subsequente notificação da mesma, a proferir pelo Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa no processo cautelar em curso, a duração diária e semanal do trabalho, respetivamente de 7 e 35 horas, deverá ser aplicada a todos os trabalhadores municipais, independentemente de serem filiados ou não na associação sindical requerente ou da sua não filiação em qualquer organização sindical. -----

Tomado conhecimento. -----



Assunto: LEGISLAÇÃO – SÍNTESE -----

Foi dado conhecimento da publicação feita em Diário da República dos seguintes diplomas de interesse para a administração: -----

Lei nº 79/2013, de 26 de novembro, I série, relativa à quarta alteração à Lei nº 91/95, de 2 de setembro, sobre o processo de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal; -----

Lei nº 80/2013, de 28 de novembro, I série, que estabelece o regime jurídico da requalificação de trabalhadores em funções públicas visando a melhor afetação dos recursos humanos da Administração Pública, e procede à nona alteração à Lei nº 12-A/2008, de 27 de fevereiro, à quinta alteração ao Decreto-Lei nº 74/70, de 2 de março, à décima segunda alteração ao Decreto-Lei nº 139-A/90, de 28 de abril, à terceira alteração ao Decreto-Lei nº 209/2009, de 3 de setembro, e à primeira alteração ao Decreto-Lei nº 132/2012, de 27 de junho, revogando a Lei nº 53/2006, de 7 de dezembro; -----

Portaria nº 349-A/2013, de 29 de novembro, I série, que determina as competências da entidade gestora do Sistema de Certificação Energética dos Edifícios (SCE), regulamenta as atividades dos técnicos do SCE, estabelece as categorias de edifícios, para efeitos de certificação energética, bem como os tipos de pré-certificados e certificados SCE e responsabilidade pela sua emissão, fixa as taxas de registo no SCE e estabelece os critérios de verificação de qualidade dos processos de certificação do SCE, bem como os elementos que deverão constar do relatório e da anotação no registo individual do Perito Qualificado (PQ); -----

Portaria nº 349-B/2013, 29 de novembro, I série, que define a metodologia de determinação da classe de desempenho energético para a tipologia de pré-certificados e certificados SCE, bem como os requisitos de comportamento técnico e de eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos e edifícios sujeitos a grande intervenção; -----

Portaria nº 349-C/2013, de 2 de dezembro, I série, que estabelece os elementos que deverão constar dos procedimentos de licenciamento ou de comunicação prévia de operações urbanísticas de edificação, bem como de autorização de utilização; -----

Portaria nº 349-D/2013, de 2 de dezembro, I série, que estabelece os requisitos de



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata* 119

Reunião de 2013/12/11

Procº _____

Deliberação nº _____

conceção relativos à qualidade térmica da envolvente e à eficiência dos sistemas técnicos dos edifícios novos, dos edifícios sujeitos a grande intervenção e dos edifícios existentes; -----

Portaria nº 352/2013, de 4 de dezembro, I série, que estabelece os fatores de correção extraordinária das rendas para o ano de 2014; -----

Portaria nº 353/2013, de 4 de dezembro, I série, que fixa, para vigorar no ano de 2014, os preços da habitação por metro quadrado, consoante as zonas do país, para efeitos de cálculo da renda condicionada; -----

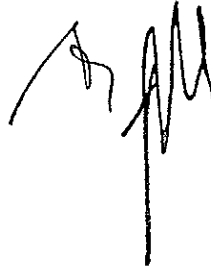
Portaria nº 353-A/2013, de 4 de dezembro, I série, que estabelece os valores mínimos de caudal de ar novo por espaço, bem como os limiares de proteção e as condições de referência para os poluentes do ar interior dos edifícios de comércio e serviços novos, sujeitos a grande intervenção e existentes e a respetiva metodologia de avaliação; -----

Lei nº 81/2013, de 6 de dezembro, I série, relativo à transição das freguesias no âmbito da reorganização administrativa operada pelas Leis nºs 56/2012, de 8 de novembro, e 11-A/2013, de 28 de janeiro; -----

Lei nº 82/2013, de 6 de dezembro, I série, que transpõe a Diretiva nº 2011/77/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de setembro, relativa ao prazo de proteção do direito de autor e de certos direitos conexos, e altera o Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 63/85, de 14 de março; -----

Decreto-Lei nº 163/2013, de 6 de dezembro, I série, que estabelece as condições de concessão de empréstimos pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, I.P., ao abrigo de acordos de colaboração no âmbito do PROHABITA - Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, quando as verbas a utilizar para o efeito sejam provenientes do Banco Europeu de Investimento. -----

Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: PAGAMENTOS AUTORIZADOS-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação da Divisão Financeira, Patrimonial e de Controlo Orçamental, para conhecimento dos pagamentos autorizados pelo Sr. Presidente e pelo Sr. Vereador António Félix, no período compreendido entre 2013/11/22 e 2013/12/05, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
3. Informações/pareceres:-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas:-----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 121

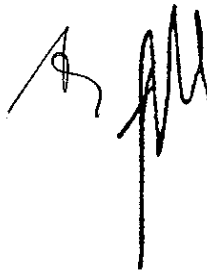
Reunião de 2013/12/11

Procº _____

Deliberação nº 1221

1. Assunto: BALANCETES -----
-----
2. Resumo: Apresentados os balancetes os quais acusam o seguinte saldo em dinheiro: -----
Câmara Municipal:-----
Dotações Orçamentais-----17 942 611,97€
Dotações não Orçamentais----- 2 587 006,28€
Serviços Municipalizados de Água e Saneamento:-----
Dotações Orçamentais ----- 4 043 046,61€
Dotações não Orçamentais ----- 655 811,03€
-----
3. Informações/pareceres:-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: -----

-----
7. Deliberação: Tomado conhecimento. -----



1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO – AJUSTE DIRETO DO REGIME GERAL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO E INFORMAÇÃO AO GABINETE DOS VEREADORES DA COLIGAÇÃO NOVO RUMO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 675/13, de 02/12, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e abertura de procedimento, por ajuste direto do regime geral, para prestação de serviços de apoio e informação ao Gabinete de Apoio aos Vereadores da Coligação Novo Rumo. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 675/13, de 02/12, do DGAFJ/DRH, convite, e caderno de encargos relativo a contratos de aquisição de serviços, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente, tendo estado ausente no momento da votação o Sr. Vereador António Oliveira.-----



Reunião de 2013/12/11

Deliberação nº

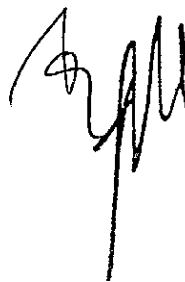
Retirado da ordem do dia. -----



1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E ABERTURA DE PROCEDIMENTO – AJUSTE DIRETO DO REGIME GERAL – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO E INFORMAÇÃO AO GABINETE DOS VEREADORES DO PARTIDO SOCIALISTA -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 690/13, de 04/12, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e abertura de procedimento, por ajuste direto do regime geral, para prestação de serviços de apoio e informação ao Gabinete de Apoio aos Vereadores do Partido Socialista. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se comunicação interna nº 690/13, de 04/12, do DGAFJ/DRH, convite, e caderno de encargos relativo a contratos de aquisição de serviços, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----

-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – ARTUR MIGUEL RIBEIRO DA SILVA PEIXE -
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 818/13, de 22/11, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais um ano, de Artur Miguel Ribeiro da Silva Peixe, de consultoria no acompanhamento, revisão e monitorização de projetos – Polis XXI. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 818/2013, de 22/11, do DGAFJ/DRH, informação nº 461/13, de 18/11, da EMRU, e comunicação interna nº 622/13, de 11/11, do DGAFJ/DRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação, para discussão em conjunto com o ponto 38.-----
Interveio a Srª Vereadora Ana Lúcia Cardoso, dizendo que os membros da CDU gostariam de perceber por que é que o requerimento nº 2 da CDU, que tem a ver com as avenças, enviado a 26/11/2013, em que o prazo legal de resposta, de 10 dias, já terminou, ainda não foi respondido. Quando colocaram a questão disseram que queriam essa informação, e explicaram até qual era, mas até hoje nada chegou ao gabinete. -----
O Sr. Presidente interveio, perguntando se há alguma dificuldade em que este ponto e o ponto 38 transitem para a próxima reunião, designadamente se há algum prazo que se tenha de cumprir. -----
Não havendo, disse que os pontos transitam para a próxima reunião, referindo ainda que fará chegar à CDU a listagem. -----



Reunião de 2013/12/11

Deliberação nº _____

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia e transitar para a próxima reunião de câmara.-----

[Handwritten signature]

1. Assunto: PARECER PRÉVIO VINCULATIVO E PRORROGAÇÃO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR AVENÇA – MANUEL RODRIGUES DE ALMEIDA-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com informação nº 803/13, de 19/11, do DGAFJ/DRH, para aprovação da emissão de parecer prévio vinculativo favorável e prorrogação do contrato de prestação de serviços por avença, por mais um ano, de Manuel Santos Rodrigues de Almeida, com funções de assessoria jurídica à presidência da câmara municipal e ao Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexam-se informação nº 803/13, de 19/11, do DGAFJ/DRH e comunicação interna nº 626/13, de 12/11, do DGAFJ/DRH, documentos que se dão por inteiramente reproduzidos nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----
Este assunto foi discutido em conjunto com o ponto 37 da ordem do dia. -----
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, retirar o ponto da ordem do dia e transitar para a próxima reunião de câmara.-----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 128
Reunião de 2013/12/11

Procº _____
Deliberação nº 1226

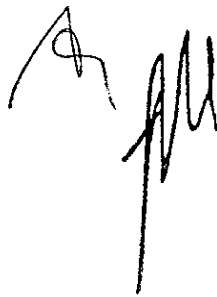
1. Assunto: PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS – ATUALIZAÇÃO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 89/13, de 04/12, do DGAFJ/DPFCI, para aprovação da atualização do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão de Corrupção e Infrações Conexas da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, e posterior remessa à assembleia municipal para aprovação nos termos da lei. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 89/13, de 04/12, do DGAFJ/DPFCI, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A IMPLANTAÇÃO DA 3ª FASE DA VINHA NA QUINTA MUNICIPAL DA SUBSERRA – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 484/13, de 28/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, para remessa à assembleia municipal com vista à autorização prévia do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21/02 – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), relativa à contratação de serviços para a implementação da 3ª fase da vinha na Quinta Municipal da Subserra.-----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 484/13, de 28/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



1. Assunto: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E MANUTENÇÃO DO SISTEMA AVAC PARA O MUSEU MUNICIPAL – NÚCLEO DE ALVERCA – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL -----
-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 465/13, de 20/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, para remessa à assembleia municipal, com vista à autorização prévia do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21/02 – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), relativa à contratação de serviços de assistência técnica e manutenção do sistema AVAC para o museu municipal, núcleo de Alverca.-----
-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 465/13, de 20/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----

5. Disposições legais aplicáveis:-----
-----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----

7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata ' 131

Reunião de 2013/12/11

Procº APRV.AD.RG. nº 68/13

Deliberação nº ' 1229

1. Assunto: FORNECIMENTO EM CONTÍNUO DE PÃO PARA O SETOR DE RESTAURANTE E BARES, PARA O ANO DE 2014 – ASSUNÇÃO DE COMPROMISSO PLURIANUAL-----

2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 470/13 de 20/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, para remessa à assembleia municipal, com vista à autorização prévia do compromisso plurianual, nos termos da alínea c), do nº 1, do artigo 6º, da Lei nº 8/2012, de 21/02 – Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), relativa ao fornecimento em contínuo de pão para o Setor de Restaurante e Bares, para o ano 2014.-----

3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 470/13, de 20/11, do DGAFJ/DFPCO/SC, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----

4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----

5. Disposições legais aplicáveis:-----

6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

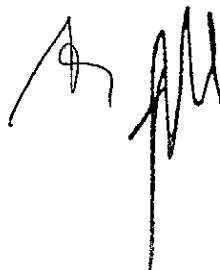
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

CAPÍTULO: EDUCAÇÃO E CULTURA



1. Assunto: REFEIÇÕES ESCOLARES – DEVOLUÇÃO DE VALOR PAGO EM EXCESSO PELO ALUNO GUILHERME FILIPE DUARTE MIGUEL -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 610/13, de 22/11, do DEC/DE, para ratificação do despacho que autorizou a devolução do valor pago em excesso, relativo a refeições escolares, do aluno Guilherme Filipe Duarte Miguel, a frequentar a escola EB1 Álvaro Guerra. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 610/13, de 22/11, do DEC/DE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano -----Orçam. 03/06.02.03.01-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: Despacho nº 13503/2009, de 27 de maio. -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para ratificação. -----

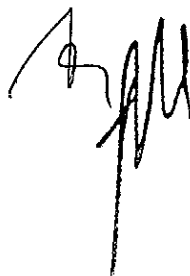
-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Presidente. -----



1. Assunto: PROTOCOLO DE UTILIZAÇÃO DO BARCO VARINO "LIBERDADE" – PROJETO BARCAS DO TEJO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 364/13, de 20/11, do DEC/Turismo, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com Humberto Manuel Leal da Silva, promotor do Projeto Barcas do Tejo, com vista à utilização do barco varino "Liberdade", durante a época baixa, entre a data da respetiva assinatura e o dia 30 de abril de 2014. -----

-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 364/13, de 20/11, do DEC/Turismo, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: O assunto não foi analisado, transita para a próxima reunião de câmara. -----



1. Assunto: BIENAL DE FOTOGRAFIA – DEFINIÇÃO DE DATAS E LOCAIS PARA RECEÇÃO DAS CANDIDATURAS, DE LEVANTAMENTO DAS OBRAS FOTOGRÁFICAS E PERÍODO DA EXPOSIÇÃO -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 221/13, de 25/10, do DEC/DCTPM/Cultura, para aprovação da definição das datas e locais para receção das candidaturas, de levantamento de obras fotográficas e do período da exposição da Bienal de Fotografia BF14.-----

-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 221/13, de 25/10, do DEC/DCTPM/Cultura, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: DOAÇÃO DE OBJETOS MUSEOLÓGICOS – MINIATURA DE COMEDOURO PARA PÁSSAROS E BONECA, AO NÚCLEO DE ALVERCA DO MUSEU MUNICIPAL -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 373/13, de 19/11, do DEC/DCTPM/Núcleo de Alverca, para aceitação da doação, ao núcleo de Alverca do Museu Municipal, de uma miniatura de comedouro para pássaros e de uma boneca, pertença de Maria Jacinta Farinha.-----

-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 373/13, de 19/11, do DEC/DCTPM/Núcleo de Alverca, documento que se dá inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação.-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----




1. Assunto: DOAÇÃO DE PINTURA REPRESENTANDO A IGREJA DE ALVERCA, AO NÚCLEO DE ALVERCA DO MUSEU MUNICIPAL -----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 371/13, de 18/11, do DEC/DCTPM/Núcleo de Alverca, para aceitação da doação, ao núcleo de Alverca do Museu Municipal, de uma pintura, pastel sobre tela, representando a igreja de S. Pedro e o adro, em Alverca do Ribatejo, de 1985, da autoria de Liliana Lopes, pertença de Maria Fernanda Teixeira Durães.-----

-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 371/13, de 18/11, do DEC/DCTPM/Núcleo de Alverca, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata.-----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----

-----
6. Propostas: O Sr. Vice-Presidente submete o assunto à reunião de câmara para aceitação.-----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vice-Presidente.-----

**CAPÍTULO: AMBIENTE, SUSTENTABILIDADE, DESPORTO, EQUIPAMENTOS E
DESENVOLVIMENTO SOCIAL**



Município
de
Vila Franca de Xira

Câmara Municipal

Fl. Livro _____

Fl. Ata 139

Reunião de 2013/12/11

Procº _____

Deliberação nº 1234

1. Assunto: PROTOCOLO DE INICIATIVAS DESPORTIVAS – JUVENTUDE DESPORTIVA ALHANDRENSE-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 530/13, de 02/12, do DASDEDS/DDE, para aprovação da minuta do protocolo a celebrar com a Juventude Desportiva Alhandrense, que visa definir as condições de cedência de uma mesa de ténis de mesa. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 530/13, de 02/12, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam. -----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: Deliberado, por unanimidade, em conformidade com a proposta do Sr. Vereador António Félix. -----

[Handwritten signature]

1. Assunto: HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO DAS QUINTAS MUNICIPAIS DE SUBSERRA E DO SOBRALINHO PARA O ANO DE 2014-----
-----
2. Resumo: Presente o processo instruído com comunicação interna nº 527/13, de 02/12, do DASDEDS/DDE, para aprovação do horário de funcionamento das quintas municipais de Subterra e do Sobralinho para o ano de 2014. -----
-----
3. Informações/pareceres: Anexa-se comunicação interna nº 527/13, de 02/12, do DASDEDS/DDE, documento que se dá por inteiramente reproduzido nesta parte da ata. -----
-----
4. Dotação orçamental: Plano ----- Orçam.-----
-----
5. Disposições legais aplicáveis: -----
-----
6. Propostas: O Sr. Vereador António Félix submete o assunto à reunião de câmara para aprovação. -----

-----
7. Deliberação: O assunto não foi analisado, transita para a próxima reunião de câmara. -----

Fl. Livro _____

Fl. Ata ` 141

Reunião de 2013/12/11

CAPÍTULO: ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL



Reunião de 2013/12/11

Deliberação nº **1235**

Deliberado, por unanimidade, aprovar a ata em minuta da presente reunião de câmara. _____

56.ata minuta reunião.



Município
de
Vila Franca de Xira

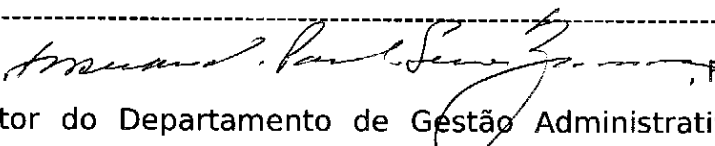
Câmara Municipal

Fl. Livro _____
Fl. Ata 143
Reunião de 2013/12/11
Deliberação nº 1236

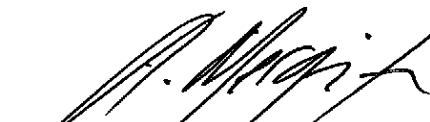
As deliberações desta ata foram aprovadas em minuta, no final da reunião. -----

Encerramento às 14h15. -----

Esta ata foi aprovada por, unanimidade, na reunião de câmara 2014/01/08, tendo sido dispensada a sua leitura, por ter sido previamente distribuída a todos os membros. -----

E eu, , Fernando Paulo Serra Barreiros, Diretor do Departamento de Gestão Administrativa, Financeira e Jurídica, em regime de substituição, a subscrevi. -----

O Presidente da Câmara Municipal,



- Alberto Simões Maia Mesquita -